

Retratos da leitura no Brasil



INSTITUTO PRÓ-LIVRO

Presidente Jorge Yunes
Vice-presidente administrativo Paulo Roberto Rocco
Vice-presidente técnico Oswaldo Siciliano

**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Governador José Serra

imprensa oficial

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Hubert Alquéres
Diretor Industrial Teiji Tomioka
Diretor Financeiro Clodoaldo Pelissioni
Diretora de Gestão de Negócios Lucia Maria Dal Medico

Retratos da leitura no Brasil

Galeno Amorim | organizador



imprensaoficial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Retratos da leitura no Brasil / Organizador Galeno Amorim. - São Paulo :
Imprensa Oficial : Instituto Pró-livro, 2008.

232p. : graf., tab.

Vários autores.

ISBN 978-85-7060-616-7.

1. Leitores – Aspectos Sociais 2. Leitores – Formação 3. Livros e
leitura – Brasil 4. Leitura – Brasil – Estatística I. Amorim, Galeno

CDD 028.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leitura : estatística 028.9

Direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial
sem a autorização prévia dos editores.

Impresso no Brasil 2008

Foi feito o depósito legal na Biblioteca Nacional
(Lei nº 10.994, 14.12.2004)

Direitos reservados protegidos pela lei nº 9.610/98
Proibida a reprodução total ou parcial sem a prévia
autorização do autor e ou dos editores

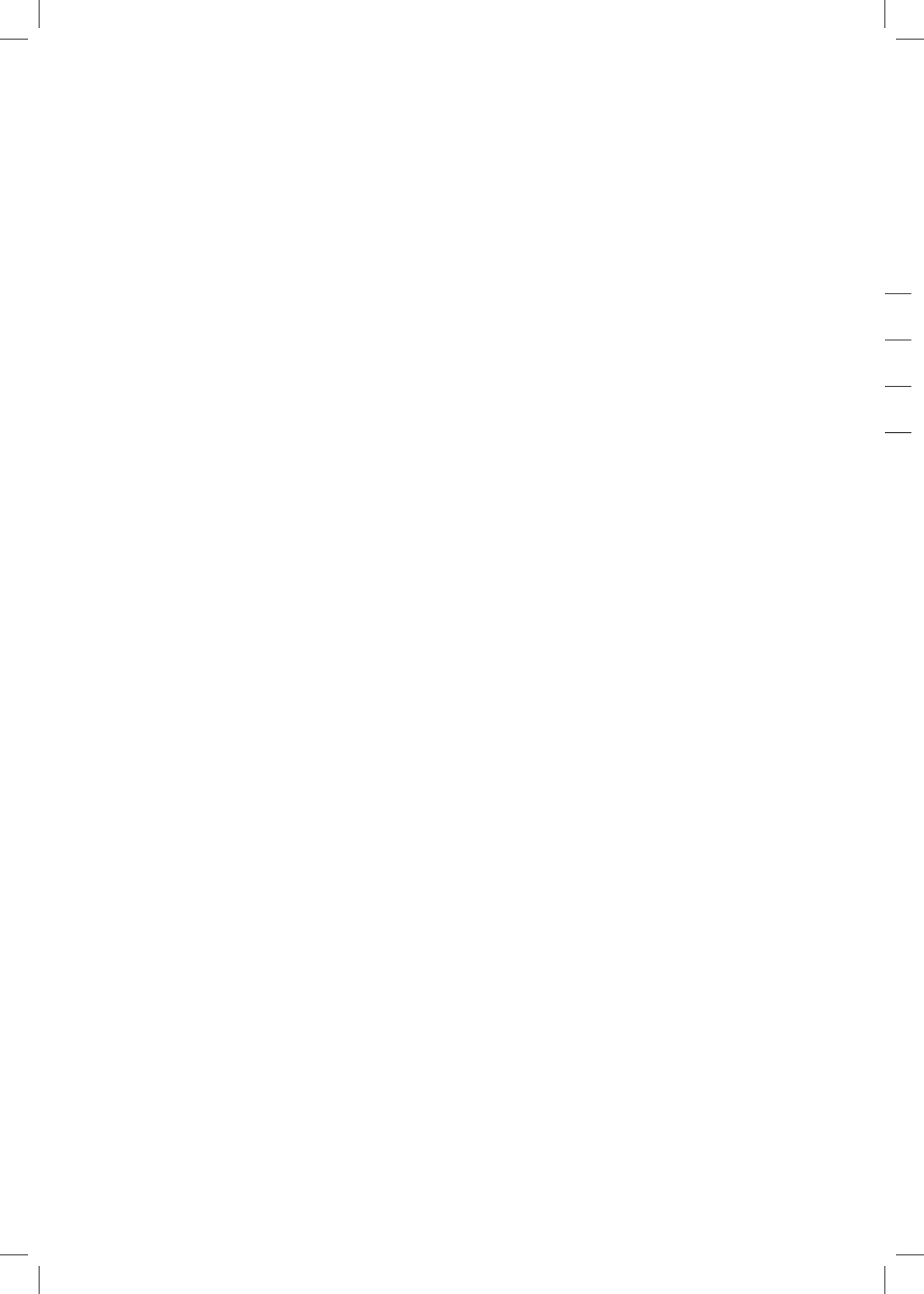
Edição de acordo com a nova ortografia.

Instituto Pró-Livro
Rua Funchal, 263, cj. 33, Vila Olímpia
04551 060 São Paulo SP
www.prolivro.org.br
instituto@institutoprolivro.org.br
Tel. 011 3846 6475

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Rua da Mooca, 1.921 Mooca
03103 902 São Paulo SP
www.imprensaoficial.com.br
livros@imprensaoficial.com.br
SAC capital e Grande São Paulo 011 5013 5108 | 5109
SAC Demais localidades 0800 0123 401

O Instituto Pró-Livro é uma organização social civil de interesse público - uma Oscip - criada por três das principais entidades do livro no Brasil: Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional de Editores de Livros (Snel) e Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros). É mantido com recursos provenientes das contribuições mensais de empresas do mercado editorial brasileiro.

Seu objetivo principal é viabilizar ações para ajudar a fomentar a leitura e o livro no Brasil. Para tanto, desenvolve projetos próprios e apoia iniciativas de organizações sem fins lucrativos ou órgãos públicos com quem estabelece parcerias, mediante prestação de assessoria, participação direta em ações ou doações. Constitui-se, portanto, numa resposta institucional das entidades do livro no País diante da necessidade de fortalecimento de ações estruturais e de participar ativamente das políticas públicas do livro e leitura.



Jorge Yunes

PREFÁCIO

Construindo um Brasil leitor

Investigar o comportamento leitor do brasileiro não é tarefa fácil. E não basta conhecer essa realidade. Se o nosso objetivo é avançar na construção de um País leitor, é fundamental promover a reflexão e o debate sobre esses resultados envolvendo os diferentes segmentos da sociedade e o governo. Será necessário estreitar relações para buscar soluções efetivas amparadas nas políticas públicas e nas ações de especialistas, representantes do governo e da cadeia produtiva do livro.

Com essa expectativa e com o objetivo de apresentar a análise de especialistas sobre os resultados da segunda edição da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, o Instituto Pró-Livro (IPL) decidiu promover esta publicação, contando com a parceria da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, que aceitou nosso convite para editá-la.

A leitura das análises feitas pelos autores convidados para esta reflexão mostra que os temas abordados se cruzam, tecendo um panorama da situação da leitura no Brasil a partir de diferentes olhares: pesquisadores, educadores, profissionais que representam a cadeia produtiva e os responsáveis pela formulação das políticas e sua instalação. Essa reunião e o quase consenso em torno do tema livro e leitura demonstram que começa a se tornar efetiva a instalação de debates e ações coordenadas entre

a sociedade e o governo, encontro esse fundamental para o avanço na melhoria dos indicadores de leitura no País.

O Instituto Pró-Livro sente-se honrado com a confiança que está sendo depositada nesta entidade que presido e em poder dispor da colaboração de tantos especialistas renomados na construção desse primeiro projeto importante e de âmbito nacional do IPL.

Este projeto – que já se traduz em diferentes ações – teve início assim que fomos convocados pelas entidades fundadoras do instituto – Abrelivros, CBL e Snel – para promover a segunda edição da pesquisa. Era, assim, oferecida ao IPL a oportunidade de promover o maior estudo de âmbito nacional que tem por propósito contribuir com a reflexão sobre a situação da leitura no País e, também, possibilitar o conhecimento sobre os resultados de investimentos realizados pelo governo e outras instituições da área do livro e da leitura desde a instituição da Lei do Livro, em 2003.

Sem dúvida, era a oportunidade de investir em um projeto que se tornou referência como o primeiro e único estudo em âmbito nacional sobre o comportamento leitor do brasileiro.

Os resultados da primeira edição até hoje subsidiam estudos, orientam decisões de governo e são citados por especialistas da área. Seus indicadores foram amplamente debatidos por ocasião das comemorações do Ano Ibero-Americano da Leitura, o Vivaleitura, em 2005.

Mas, passaram-se mais de 7 anos e, felizmente, nesse tempo, muito se investiu em programas de governo e em projetos direcionados ao fomento à leitura. Nos últimos anos, podemos citar, por exemplo, o desenvolvimento de ações e políticas de governo que possibilitaram o acesso ao livro a milhões de estudantes do ensino médio, a expressiva ampliação de estudantes de nível médio e superior e o esforço em zerar o número de cidades brasileiras sem bibliotecas, além de outras políticas que favoreceram a inclusão e o alcance à educação.

Essas ações, além de outras, criaram impactos importantes nos indicadores de leitura, que podem agora ser conferidos nos resultados da segunda edição da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*.

Era, portanto, fundamental uma avaliação dessa amplitude para se conhecer o impacto dessas políticas. Para se conhecer seus resultados e, principalmente, consolidar ou orientar novas ações que sejam efetivas.

Esse foi o principal objetivo do Instituto Pró-Livro ao decidir realizar a pesquisa, divulgá-la e fomentar debates, estudos e proposições entre especialistas e interessados no assunto.

Os resultados da pesquisa e esses estudos deverão também orientar as ações do próprio Instituto e indicar caminhos a seguir: Onde investir? Quais projetos apoiar financeiramente?

O Instituto pretende também ampliar o fórum de discussões apresentando os resultados da pesquisa em seminários, como o promovido em Brasília, em maio de 2008, e participando de outros encontros dirigidos aos diferentes segmentos das cadeias produtiva e mediadora da leitura.

Deverá empreender todos os esforços para promover as próximas edições e garantir, assim, que esse estudo seja repetido a cada 3 anos, de forma a construir séries históricas. Esperamos também contribuir com o aperfeiçoamento da metodologia Cerlalc/Unesco, que a elaborou por solicitação do Brasil. É isso que vai possibilitar a comparação com os indicadores de outros países.

Promover esta publicação como parte desse projeto teve, portanto, como principal objetivo, possibilitar o acesso à análise de renomados especialistas sobre os resultados da pesquisa e a situação da leitura no Brasil, contribuindo para ampliar esse debate e criar uma massa crítica sobre o assunto. Essa troca de ideias deverá possibilitar o avanço na identificação de ações efetivas e no fortalecimento das políticas públicas. Para ampliar a rede, está prevista a distribuição deste livro aos órgãos da educação e cultura e a entidades da cadeia produtiva do livro.

Reunir, para essa reflexão, renomados especialistas na área da leitura foi obra incansável de nosso colaborador Galeno Amorim, a quem foi confiada a coordenação da publicação e, também, da pesquisa. Todos aqueles que se interessam pelo assunto já conhecem a dedicação desse especialista, militante incansável dessa causa, e, acredito, compartilham do agradecimento que lhe é dirigido.

Devemos agradecer, também, à Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em nome de seu presidente, Hubert Alquéres, por ter compartilhado desses objetivos e aceitado ser nosso parceiro promovendo esta edição e sua distribuição e venda.

Faço votos que a leitura a seguir traga muitas inquietações e o desejo de nos unirmos para buscar ações efetivas para a construção de um Brasil leitor.

JORGE YUNES é presidente do Instituto Pró-Livro e da Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros). É diretor-superintendente do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (Ibep) e da Companhia Editora Nacional e formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

Hubert Alquéres

APRESENTAÇÃO

Por uma nação de leitores

“Um país se faz com homens e livros” – *Monteiro Lobato*

No universo da literatura, tantas possibilidades há de interpretação do texto, quantos são os significados das palavras. O próprio sentido da palavra ler, por exemplo, sofreu evolução ao longo do tempo. No latim, *legere*, que deu origem ao vocábulo, significava colher; recolher; juntar.

Pode-se afirmar que a linguagem escrita é uma das maiores invenções de todos os tempos, um instrumento que evoluiu para atender ao inexorável avanço da humanidade. Tamanha é sua importância que se tornou uma ferramenta de poder: aqueles que detinham o domínio do conhecimento, em geral adquirido pela escrita e pela leitura, passaram a sobrepor-se àqueles que não o possuíam.

Ainda hoje, e cada vez mais, a cultura representa a melhor maneira de integração do indivíduo na sociedade e a leitura é o mais eficiente instrumento para o acesso ao conhecimento.

Onde nasceria o estímulo primeiro à leitura? No seio familiar ou seria adquirido na escola?

Dizem que o gosto pela leitura é um hábito que se consolida a partir da prática cotidiana, devendo, portanto, ser estimulado desde a infância, até tornar-se uma necessidade. Muitos afirmam que os pais são os principais responsáveis pelo incentivo à leitura e que um bom leitor se faz, fundamentalmente, em casa.

Por outro lado, há evidências de que do total de leitores no país, a grande maioria tem grau de escolaridade do ensino médio e pertence à classe média. Mas é também evidente que as dificuldades de leitura configuram um quadro de inadequada formação educacional, decorrente da precariedade e da ineficiência do sistema de ensino.

O presente projeto não se propõe a apresentar soluções a questões relacionadas ao déficit de leitura no país. Retratos da leitura no Brasil, de iniciativa do Instituto Pró-Livro, pretende mostrar o perfil, tão fiel quanto possível, dos leitores e não-leitores brasileiros, mostrando os resultados obtidos pela adoção de políticas públicas e seu grau de eficiência.

Se ao reunir pesquisadores, educadores e profissionais afins para analisar e comentar o retrato pretendido, o resultado lograr o estímulo ao debate e suscitar a análise acerca dos possíveis caminhos para a formação de leitores, o projeto terá atingido seu objetivo maior.

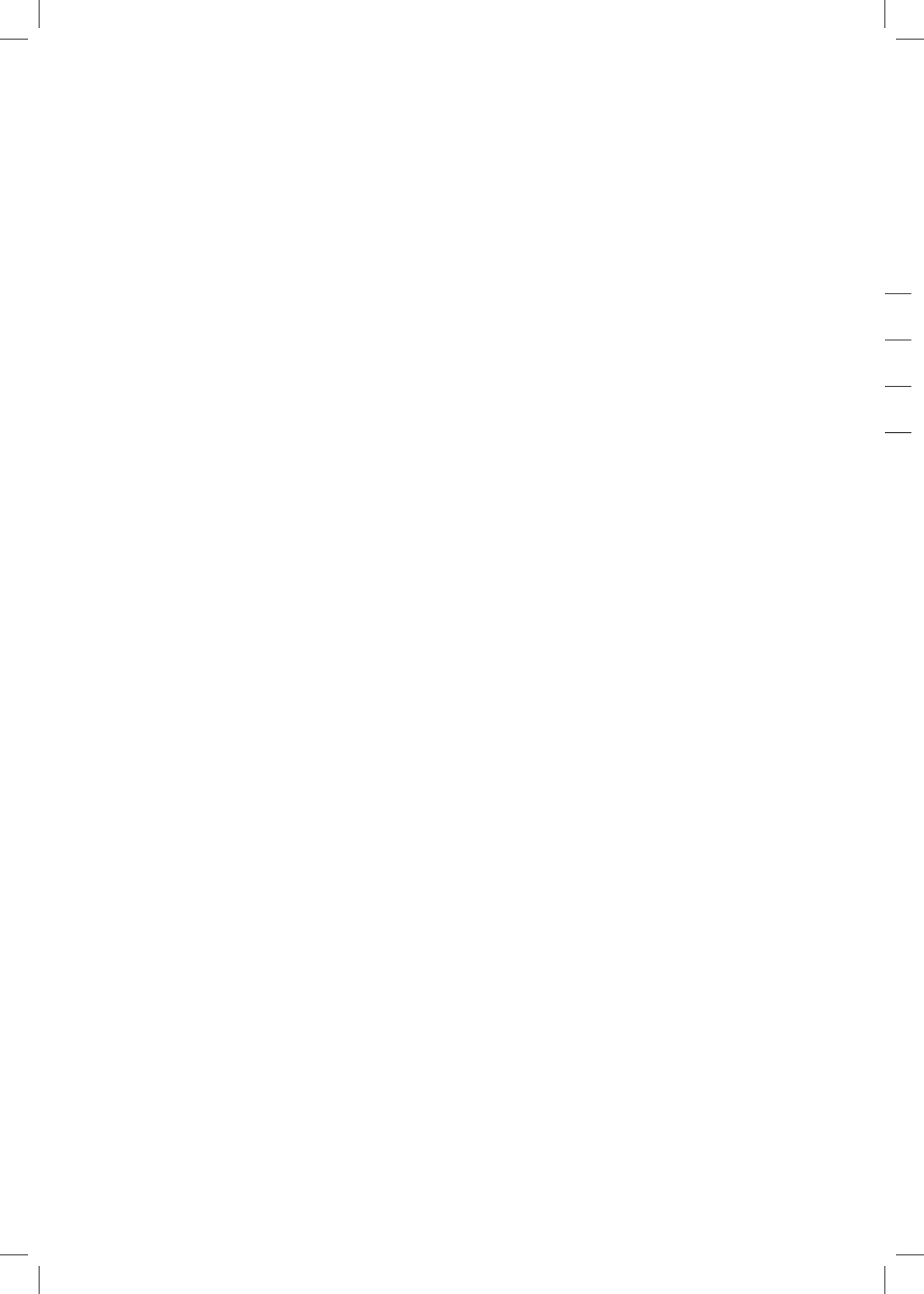
A Imprensa Oficial, com seus títulos publicados, parcerias com universidades, instituições culturais e organizações não-governamentais, o patrocínio e incentivo a programas de literatura em televisão educativa, também contribui com o processo de formação de leitores. Por isso, muito nos apraz a parceria que ora se efetiva com o Instituto Pró-Livro traduzida pela coedição dos resultados dessa pesquisa imprescindível à causa do livro e à ampliação do universo dos leitores no Brasil.

Por último, gostaria de lembrar a história de Severino Manoel de Souza, o catador de papel que inaugurou em 2005, num prédio invadido no centro de São Paulo uma biblioteca com livros encontrados e recolhidos no lixo. O acervo, com mais de 16 mil títulos atendia aos próprios moradores do imóvel, cerca de 1.800 usuários, cadastrados em um computador doado a Severino.

Isso nos traz a esperança de que a leitura venha a ser uma das necessidades essenciais do ser humano, enquanto fonte de conhecimento e de prazer, tornando mais vasto o território de sua imaginação. E, como tal, um direito a ser garantido.

SUMÁRIO

Introdução Galeno Amorim	
Os muitos retratos da leitura no Brasil	15
Moacyr Scliar	
O valor simbólico da leitura	31
Jorge Werthein	
Leitura e cidadania	41
Maria Antonieta Antunes Cunha	
Acesso à leitura no Brasil	49
Lucília Helena do Carmo Garcez	
Esse Brasil que não lê	61
André Lázaro e Jeanete Beauchamp	
A escola e a formação de leitores	73
Jéferson Assunção	
Leitura cultural, crítica ou utilitária	83
Zoara Failla	
Os jovens, leitura e inclusão	95
Felipe Lindoso	
A cadeia produtiva do livro e a leitura	109
José Castilho Marques Neto	
Uma nova agenda para as políticas públicas do livro e leitores	127
Resultados da pesquisa Retratos da leitura no Brasil – 2007	143



Galeno Amorim

INTRODUÇÃO

Os muitos retratos da leitura no Brasil

1. AONDE A PESQUISA PODE NOS LEVAR

Uma leitura mais atenta dos resultados e, sobretudo, das entrelinhas das respostas dos entrevistados para a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* pode trazer algumas revelações importantes. A primeira delas é que não dá para negar que tem havido avanços nos últimos anos e que os brasileiros estão lendo mais. Ou, pelo menos, um pouco mais. Em seguida, uma constatação, que não chega a negar a afirmativa anterior e muito menos a tirar o brilho que, porventura, ela possa conter: o País ainda está longe de ser uma nação de cidadãos leitores e há muito chão pela frente até que se chegue lá. Como a metodologia foi modificada em relação à edição anterior, não se pode, entretanto, fazer comparações dos resultados gerais com aqueles obtidos em 2000 – algo que só será possível a partir da divulgação dos próximos números da pesquisa, em 2011.

Dito isso, constata-se que o estudo traz algumas boas surpresas – como o fato de Monteiro Lobato – havia anos sem ser reeditado – aparecer como o escritor brasileiro mais admirado; ou a poesia, que quase já não é mais publicada, figurar entre os cinco gêneros mais lidos pelos leitores. E algumas confirmações – como reafirmar o papel da escola como palco privilegiado para a formação de leitores. Mais do que isso, dá pistas: mostra, por exemplo, que, ao que tudo indica, estamos no caminho certo – provavelmente o ritmo ainda

não seja dos melhores e, talvez, muitos de nós, com algum tipo de responsabilidade no assunto, ainda não estejamos conseguindo fazer tudo aquilo que era esperado.

De qualquer forma, entre os milhares de gráficos, quadros e informações provenientes dos cruzamentos dos dados colhidos com a população brasileira, inclusive de não-leitores, dá para se extrair pelo menos duas grandes notícias no terreno institucional. A boa é que a pesquisa cuidou de escancarar aos olhos de todos, e sobre isso não deixou nenhuma dúvida de que quando o Estado investe em políticas públicas – o que, afinal, é seu dever fazê-lo – os resultados não tardam a aparecer. Basta olhar, por exemplo, os índices de leitura produzidos pelas crianças e jovens que frequentam as escolas – mais do que o dobro do que se lê fora delas. Isso, no entanto, traz à tona outra questão: a escola está falhando na tarefa de formar leitores que, além de dominar as habilidades de leitura, também gostem de ler e continuem a fazer isso depois que estiverem longe dela. Isso, naturalmente, quando consegue fazer que lidem com essas técnicas, visto que continua pífio o desempenho dos alunos brasileiros em compreensão leitora nas medições internacionais.

A má notícia é que o Brasil, apesar dos recentes avanços, ainda não reconhece a questão do livro e da leitura como algo realmente importante e estratégico para seu presente e, sobretudo, para construir outro tipo de futuro. Isso fica claro ao se constatar o quanto ainda hesita na hora em que deveria conferir a ela a dimensão de uma política de Estado – o que inclui orçamentos públicos mínimos, estrutura para bem aplicá-los e uma clara definição de papéis para os diferentes entes da federação. Basta dar uma espiada nos capítulos deste livro e observar a baixa frequência da população nas bibliotecas brasileiras, um serviço público que, embora essencial, continua a merecer só um tratamento de segunda classe. Não por outra razão, elas estão às mínguas e, vez ou outra, surgem notícias na imprensa dando conta do fechamento de algumas delas.

Esta segunda edição de *Retratos da leitura no Brasil* apresenta amplo diagnóstico que, na medida do possível, busca aprofundar a investigação sobre diversos aspectos da leitura no País. Espera-

se que os resultados a que se chegou e, mais ainda, as reflexões e os novos estudos que esses engendrarão sejam úteis àqueles que atuam na área. Sejam eles da cadeia produtiva do livro, da cadeia mediadora da leitura ou, principalmente, gestores de programas, projetos e políticas públicas em quaisquer esferas da vida nacional que tenham por finalidade desenvolver e fomentar a leitura entre os brasileiros. Como também, de resto, poderá ter boa serventia aos que se dedicam a pesquisar, explicar e propor novas saídas para mudar a realidade atual.

Mas, certamente, não está aí o mérito maior da retomada de *Retratos da leitura no Brasil*. Uma iniciativa do Instituto Pró-Livro – organização não-governamental criada e mantida pelas principais entidades do livro no País, em resposta à desoneração fiscal do livro, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em fins de 2004 –, esta edição da pesquisa, agora renovada e ampliada, era uma antiga aspiração do mundo do livro, que ainda carece de diagnósticos mais precisos. De certa forma, ela atende às demandas de autoridades, gestores, empresários e aos reclamos dos meios de comunicação e da própria sociedade, historicamente às voltas com as dificuldades históricas para tatear nesse pantanoso terreno do desconhecido. Afinal, não vamos chegar a lugar algum sem uma compreensão mais clara do momento atual. Mas, principalmente, se, a partir das constatações, revelações e inquietações que o estudo em si traz, não pararmos para refletir sobre isso, reconhecer as deficiências, apontar caminhos e, por fim, estabelecer um grande pacto nacional em favor da leitura, com responsabilidades para cada uma das partes: Estado – nos âmbitos nacional, estadual e municipal –, setor privado e sociedade organizada.

Está aí, portanto, a principal contribuição de *Retratos da leitura no Brasil*, agora transformada em livro que, em breve, chegará às mãos das autoridades do governo federal, aos secretários estaduais de Educação e Cultura, às prefeituras e aos atores sociais e militantes que constituem o chamado *Povo do Livro* – editores, livreiros, escritores, trabalhadores do setor, professores, bibliotecários, pesquisadores, ONGs e interessados em geral no tema. O que se pôde ver nas semanas seguintes à divulgação dos resulta-

dos desta segunda edição, que se deu em fins de maio de 2008, em Brasília, foi uma intensa busca pelo relatório final – uma das razões que justificam a apressada edição deste livro. Ao mesmo tempo, pesquisadores independentes, universidades, centros de estudos e pesquisas e promotores dos eventos do mundo do livro pelo País afora – sem contar, naturalmente, os meios de comunicação, que acolheram e repercutiram os resultados com incrível abrangência e rapidez – têm demonstrado enorme interesse em, mais do que conhecer, se debruçar sobre os dados e discuti-los. Nesse sentido, estão sendo programados seminários, debates, conferências e teses acadêmicas em diversas regiões do País – e deve ser assim até que sejam pintados, em 2010, novos retratos para mostrar a quantas anda a leitura no Brasil (e espera-se que esteja bem melhor do que se viu neste inverno de 2008!), dando início a um novo ciclo de refletir, planejar, fazer, monitorar e avaliar.

Até lá, porém, há muito o que se fazer. Os autores escalados para a tarefa de promover as reflexões necessárias a partir dos dados brutos da pesquisa – o que o prezado leitor poderá ver de perto nos nove capítulos que constituem a primeira parte da presente obra; na segunda, estão os gráficos e os resultados propriamente ditos – cuidaram de apontar alguns desses caminhos. Alguns deles aproveitaram para fazer, de forma bastante apropriada, um mergulho em certos aspectos da leitura que não podem, de forma nenhuma, ser colocados em segundo plano justamente no momento em que se busca apurar hábitos e práticas leitoras no Brasil. Mesmo porque o ato de ler não pode ser meramente quantificado e traduzido, por mais confiáveis possam ser, em meros números.

Ler para o outro é um ato de amor. Já ler para si próprio é, mais do que uma ação intuitiva que busca prazer, conhecimento e desenvolvimento da própria inteligência, uma atitude de cidadania. Mesmo porque um livro, mais do que qualquer outro objeto que se conhece, vai muito além do seu significado primeiro, na medida em que contém bem mais do que as meras folhas de papel coladas ou costuradas e os sinais gráficos nelas estampados. É justamente além do limite dessa simplória definição que se dá seu significado pleno e tem início a produção do valor simbólico e social da leitura.

No rastro da importância social e política de um estudo dessa natureza – e ele é o mais amplo levantamento realizado até hoje no País sobre hábitos, práticas e opiniões referentes à leitura –, alguns dos autores se enveredaram por outro caminho, igualmente oportuno. Esses se debruçaram sobre os índices e as ideias expressadas pela população brasileira para refletir sobre as próprias práticas que eles atualmente empreendem na condição de responsáveis que são por algumas das políticas em andamento no Brasil de 2008. Disso, é natural que saia algo capaz de produzir novas ações e diretrizes para melhorar e aperfeiçoar o que vem sendo feito nessa área no País. Pode parecer pouco, mas não é.

Por fim, depois de perpassar os diversos aspectos e responsabilidades quanto ao tema, a obra se propõe a outra reflexão, e da maior importância para que os livros e a leitura venham a ter, a dimensão que merecem e precisam na vida nacional. No último capítulo da primeira parte, trata-se de forma bastante apropriada da construção de uma nova agenda para as políticas públicas do livro e leitura, onde se apresentam caminhos, ações e estratégias a serem buscados nos próximos anos para que outros avanços sejam gerados.

Afinal, não há quem duvide que a evolução que se deu na atual década – e isso pode ser confirmado pelo exame dos próprios indicadores de *Retratos da leitura no Brasil* – se sustenta, em parte, em dois grandes pilares. O primeiro deles reside no fato de que no último século, de Monteiro Lobato – se quisermos centrar o objeto da nossa análise, por ora, somente no período mais recente da história do Brasil – até os dias atuais, uma legião de brasileiros, anônimos ou não, arregaçou as mangas e foi à luta para militantes em favor dessa causa. A segunda é que, em consequência de um novo período de mobilização, que teve seu auge em 2005, nas comemorações no Brasil do Ano Ibero-Americano da Leitura – entre nós conhecido como Vivaleitura –, foi amplamente debatida e construída uma agenda informal de políticas públicas, que, de certo modo, parece já ter surtido algum efeito.

O ponto de partida para os avanços mais recentes – e muitos aconteceram no século passado, como a criação do Instituto

Nacional do Livro (INL), extinto na década de 1990, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ou, ainda, a conversão dos programas governamentais do livro em política de Estado – foi, sem dúvida, a instituição da Lei do Livro, em 2003. Depois disso, o Brasil promoveu a desoneração fiscal do livro – e não são muitos os países do mundo onde ele é completamente livre de impostos e taxas, como é por aqui –, criou programas governamentais de financiamento às editoras e fez ressurgir instâncias políticas de debate e concertação, como é o caso da Câmara Setorial do Livro, Literatura e da Leitura. Ao mesmo tempo, o governo intensificou os esforços para zerar o número de municípios sem biblioteca (eles eram 1,3 mil em 2003 e devem chegar a zero em fins de 2008). Mais importante ainda, criou o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), passo fundamental para converter o tema em política de Estado.

Agora, entretanto, é preciso ir além, a começar pela consolidação e o enraizamento dessa política nos Estados e cidades (na forma de planos estaduais e municipais do livro e leitura). E, principalmente, criando instrumentos do Estado capazes de financiar, gerir e articular essas políticas – que também precisam ser monitoradas, observadas e permanentemente avaliadas.

Espero, finalmente, que a pesquisa e o livro, duas iniciativas capitaneadas pelo Instituto Pró-Livro que tive o privilégio de organizar e coordenar, sejam capazes de oferecer a munção necessária se não para compreender um pouco o comportamento leitor da população brasileira, pelo menos para trazer novas inquietações. Talvez joguem alguma luz nos esforços que vêm sendo feitos, acima de quaisquer questões menores, por governos, empresas e sociedade.

Uma coisa é certa: ainda há muito o que se fazer! E há muitas cadeiras vazias e lugar para muito mais gente nessa viagem. E, diga-se de passagem, que adorável viagem...

2. Como ela foi feita e por quê

Esta segunda edição da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* começou a ser engendrada no início de 2004, quando o governo brasileiro discutia os rumos, diretrizes e metas para uma política pública do livro, leitura e bibliotecas que apontasse, no mínimo, para os próximos 20 ou 30 anos. Na ocasião, os diversos atores sociais que atuam na área foram convocados a debater e ajudar a construir esse caminho. Unesco, IBGE e universidades foram instados a, com os técnicos e dirigentes dos ministérios da Cultura e da Educação, definir as necessidades e o escopo de um diagnóstico ideal, e mais atual, sobre o comportamento leitor da população. A ideia era incluir indicadores que pudessem, mais tarde, servir de parâmetro para comparações internacionais, contribuindo também para o estabelecimento de objetivos e metas de curto, médio e longo prazos, até 2022, quando se comemorarão os 200 anos da Independência do Brasil.

Naquele mesmo ano, o Brasil apresentou a demanda ao Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc), um organismo internacional vinculado à Unesco. No bojo dos preparativos para a celebração, em 2005, do Ano Ibero-Americano da Leitura (batizado de *Ilimita*, em espanhol, e *Vivaleitura*, no Brasil) foi criado um grupo de trabalho com especialistas de diversos países da região. Com apoio da OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), o Cerlalc promoveu, nos anos seguintes, diversos encontros na Colômbia, México e Brasil. O objetivo era chegar a uma metodologia que pudesse servir de base para as investigações internacionais e levassem em conta tanto as novas visões sobre a leitura no mundo quanto as peculiaridades regionais.

O primeiro projeto-piloto foi realizado em fins de 2004 no município de Ribeirão Preto (SP), onde a prefeitura, com diversos parceiros locais e nacionais, desenvolveu uma ampla política de bibliotecas (abriu, desde 2001, ano da primeira Lei do Livro em uma cidade brasileira, 80 unidades). A metodologia foi testada pelo instituto A. Franceschini Análise de Mercado, de São Paulo, que fora responsável pela primeira edição da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*,

realizada em 2000 pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional dos Editores de Livro (Snel), Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros) e Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

Dois anos depois, em 2006, coube ao Ibope Inteligência testar a metodologia, já em estágio mais avançado, no segundo projeto piloto, no Rio Grande do Sul. O estudo foi financiado pela Câmara Rio-Grandense do Livro e apoiado pela OEI. O Ibope Inteligência foi novamente convocado, no ano seguinte, dessa vez pelo Instituto Pró-Livro, para realizar o estudo com abrangência nacional e agora como uma ação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Por ter participado de todas as discussões e etapas anteriores desde 2003, acabei convidado, na condição de diretor do Observatório do Livro e da Leitura, para coordenar os trabalhos, que aconteceram entre setembro de 2007 e maio de 2008 (o trabalho de campo foi da segunda metade de novembro ao início de dezembro de 2007).

O objetivo central da nova edição de *Retratos da leitura no Brasil* foi medir a intensidade, forma, motivações e condições para a prática da leitura no País na segunda metade desta década. Decidiu-se também gerar outras informações de caráter quantitativo e qualitativo sobre o acesso ao livro e à leitura e intensificar a investigação sobre as bibliotecas públicas e seu papel na formação de leitores. Ao buscar um padrão internacional para as medições, permitindo comparações entre os países, a ideia também já era criar as condições necessárias para a construção de uma série histórica a partir de 2008, com novas medições em intervalos de três anos.

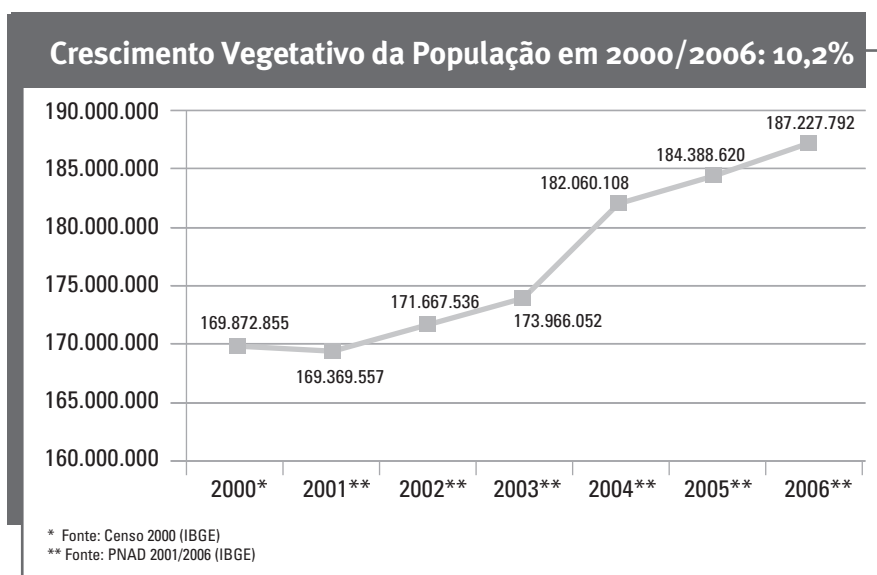
Uma das principais inovações da nova metodologia, e que se revelou um grande acerto, foi incluir no universo a ser investigado a população com idade entre 5 e 13 anos, que ficou fora da primeira edição, em 2000, e da maioria dos estudos internacionais. Essa decisão agregou um contingente de 34,7 milhões de brasileiros, constituído na maioria por crianças e jovens em idade escolar e, portanto, leitores em potencial.

Também passou a fazer parte da amostra – atacando, assim, outra lacuna existente em praticamente todos os estudos feitos pelo mundo afora –, a população com menos de 3 anos de escolaridade.

São 51,5 milhões de pessoas (dos quais 20 milhões com menos de 14 anos) nessa condição. Também estão aí os analfabetos, que reforçam o time de 77 milhões brasileiros não-leitores.

Ao todo, entre uma e outra edição da pesquisa, o universo investigado aumentou de 86 milhões em 2000 (o que correspondia a 49% da população) para 172,7 milhões seis anos mais tarde, (ou 92% da população, em 2006). O substancial aumento, quase dobrando a amostra em um período em que o crescimento vegetativo da população foi de 10,2%, implicou, evidentemente, drásticas alterações nas amostras da população segundo escolaridade, idade, gênero, religião, regiões geográficas, etc.

Outra inovação significativa foi a ampliação das cidades investigadas. Enquanto em 2000 haviam sido realizadas 5,2 mil entrevistas em 44 municípios de 19 das 27 unidades da Federação, dessa vez os pesquisadores foram a 311 cidades de todos os Estados brasileiros mais o Distrito Federal. Assim, todas as capitais e regiões metropolitanas foram pesquisadas e o número de pequenas cidades visitadas foi sete vezes maior do que em 2000, o que permitiu captar melhor a diversidade da geografia nacional.



Municípios que compõem a amostra

	Dados do IBGE*			Amostra da Pesquisa		
	Municípios	População	%	Municípios	Entrevistas	%
Até 20.000	4260	33.262.623	22%	71	973	19%
De 20.001 a 50.000	835	24.674.857	16%	71	959	19%
De 50.001 a 100.000	273	18.685.263	12%	44	539	11%
De 100.001 a 200.000	101	14.235.154	9%	40	441	9%
De 200.001 a 500.000	69	20.743.718	14%	58	742	15%
De 500.001 a 1.000.000	16	11.290.555	7%	16	385	8%
Mais de 1.000.000	11	29.234.371	19%	11	973	19%
Total	5.565	152.126.540	100%	311	5012	100%

Fonte: Censo IBGE 2000 (apenas população com 5 anos de idade ou mais)

Os Estados na amostra nacional

UF	População com 5 anos ou mais		Entrevistas da amostra		
		%		%	Diferença
AC	583.839	0,3%	14	0,3%	0,06%
AL	2.783.284	1,6%	84	1,7%	-0,06%
AM	2.984.612	1,7%	84	1,7%	0,05%
AP	551.953	0,3%	14	0,3%	0,04%
BA	12.768.334	7,4%	378	7,5%	-0,15%
CE	7.531.058	4,4%	210	4,2%	0,17%
DF	2.204.490	1,3%	70	1,4%	-0,12%
ES	3.213.080	1,9%	98	2,0%	-0,10%
GO	5.314.256	3,1%	154	3,1%	0,00%
MA	5.517.275	3,2%	154	3,1%	0,12%
MG	18.115.802	10,5%	532	10,6%	-0,13%
MS	2.101.230	1,2%	56	1,1%	0,10%
MT	2.608.945	1,5%	70	1,4%	0,11%
PA	6.389.489	3,7%	182	3,6%	0,07%
PB	3.322.368	1,9%	98	2,0%	-0,03%
PE	7.765.179	4,5%	224	4,5%	0,03%
PI	2.790.413	1,6%	84	1,7%	-0,06%
PR	9.636.894	5,6%	280	5,6%	-0,01%
RJ	14.660.460	8,5%	420	8,4%	0,11%
RN	2.800.454	1,6%	84	1,7%	-0,05%
RO	1.430.302	0,8%	42	0,8%	-0,01%
RR	362.134	0,2%	14	0,3%	-0,07%
RS	10.277.056	5,9%	294	5,9%	0,08%
SC	5.581.281	3,2%	168	3,4%	-0,12%
SE	1.851.276	1,1%	56	1,1%	-0,05%
SP	38.377.884	22,2%	1106	22,1%	0,15%
TO	1.210.469	0,7%	42	0,8%	-0,14%
TOT.	172.733.817	100,0%	5012	100,0%	

Os municípios pesquisados



• 311 municípios selecionados

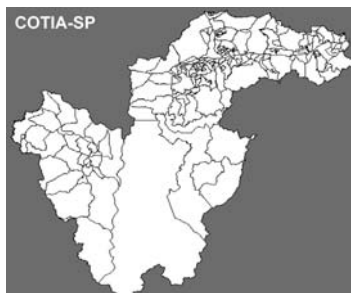
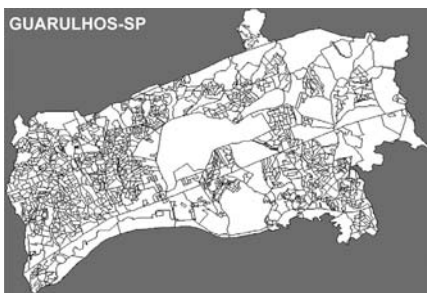
• Método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho)

Método PPT

- Sorteio de municípios por tamanho da população
- Sorteio dos setores censitários
- Seleção dos entrevistados

De forma a compor o Perfil Demográfico do Brasil

Exemplos:



O território nacional foi plenamente coberto com a aplicação de 5.012 questionários, que tiveram uma duração média de 60 minutos cada um, e foi feita nos próprios domicílios. Uma em cada quatro entrevistas foi fiscalizada, o que está bem acima dos padrões normais. O Ibope operou com margem de erro de 1,4% e intervalo de confiança de 95% (ou seja, se a mesma pesquisa for realizada 100 vezes, em 95 delas os resultados serão semelhantes).

O Ibope Inteligência fez uma pesquisa quantitativa de opinião e definiu o número de entrevistas proporcionalmente ao tamanho de cada unidade federativa. Sorteou as amostras probabilísticas e os setores censitários nos Estados e municípios utilizando o método chamado PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho) e, em seguida, os domicílios, até formar, proporcionalmente, as quotas por gênero, idade, grau de instrução, ramo de atividade, situação ocupacional, renda e número de pessoas no domicílio, seguindo à risca a própria formação atual da população brasileira.

O objetivo central da segunda edição de *Retratos da leitura no Brasil* foi diagnosticar e medir o comportamento leitor da população, especialmente em relação aos livros, mas sem deixar de analisar outros suportes, como os jornais, revistas, histórias em quadrinhos, livros digitais, audiolivros ou aquelas que atendem a determinados grupos de leitores, como o livro em braille. Buscou-se, assim, conhecer o perfil de leitores e dos não-leitores de livros, suas preferências, opiniões, hábitos e práticas do cotidiano. Quis saber, também, sobre quem são os principais influenciadores, as barreiras contra a leitura e como anda a percepção sobre leitura no imaginário da sociedade.

Para isso, a pesquisa adotou alguns conceitos que acabariam por dar o tom a todo o trabalho. Foram considerados leitores, por exemplo, aqueles que, no momento da entrevista, declararam ter lido pelo menos um livro nos três meses anteriores. E, da mesma forma, não-leitores os que disseram não ter lido nenhum livro nesse período, ainda que em outros possam ter lido ou nos três últimos meses tenham folheado ou lido apenas ocasionalmente livros ou qualquer outro suporte de leitura. A pesquisa não fazia qualquer avaliação sobre a qualidade da leitura ou mesmo sobre os níveis de

compreensão dos textos lidos. Como qualquer pesquisa de opinião, baseou-se tão-somente nas declarações dos entrevistados em resposta às questões formuladas pelos pesquisadores.

Foram criados quatro indicadores principais, que mostraram, em linhas gerais, o seguinte:

- Número de leitores: 95 milhões;
- Número de não-leitores: 77 milhões;
- Número de livros comprados: 1,2 livro por habitante/ano (o que dá 36,2 milhões de compradores de livros);
- Número de livros lidos (4,7 livros por habitante/ano).

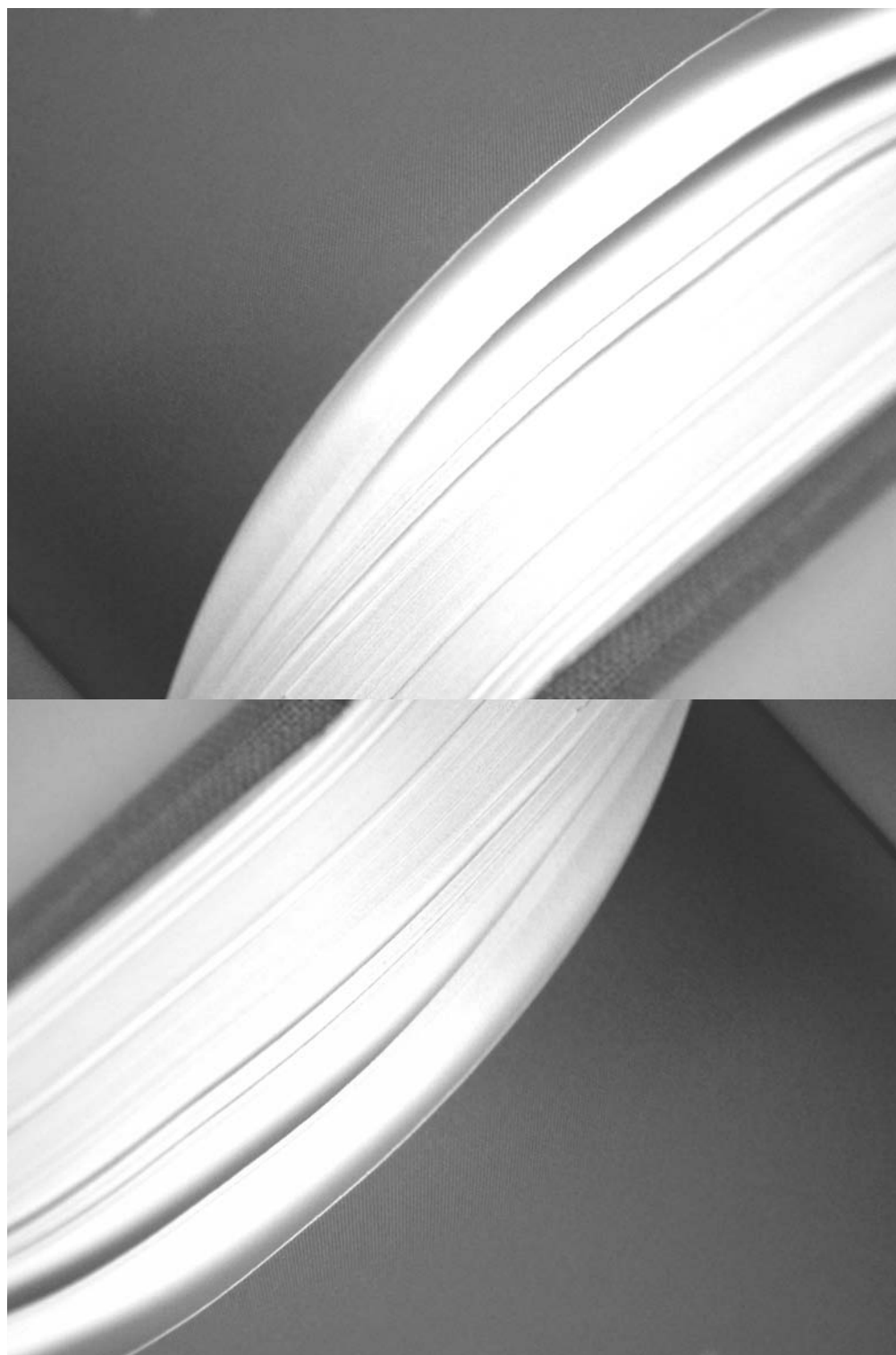
É importante, ainda, notar que entre 2000 e 2006 o Brasil ganhou um contingente de mais 5 milhões de pessoas com formação universitária, aumentando esse número para 15 milhões de habitantes com esse grau de instrução. No mesmo período, agregou outros 12 milhões de jovens com instrução média concluída. Em 2006, o número de brasileiros matriculados na escola, da Educação Infantil à Pós-Graduação, já era de 61 milhões, 5,6 milhões dos quais nos cursos de alfabetização de jovens e adultos. Vale destacar, ainda, que nesse curto período entraram em operação os programas de distribuição de livros gratuitos para os alunos do Ensino Médio, onde estão matriculados 9 milhões de jovens.

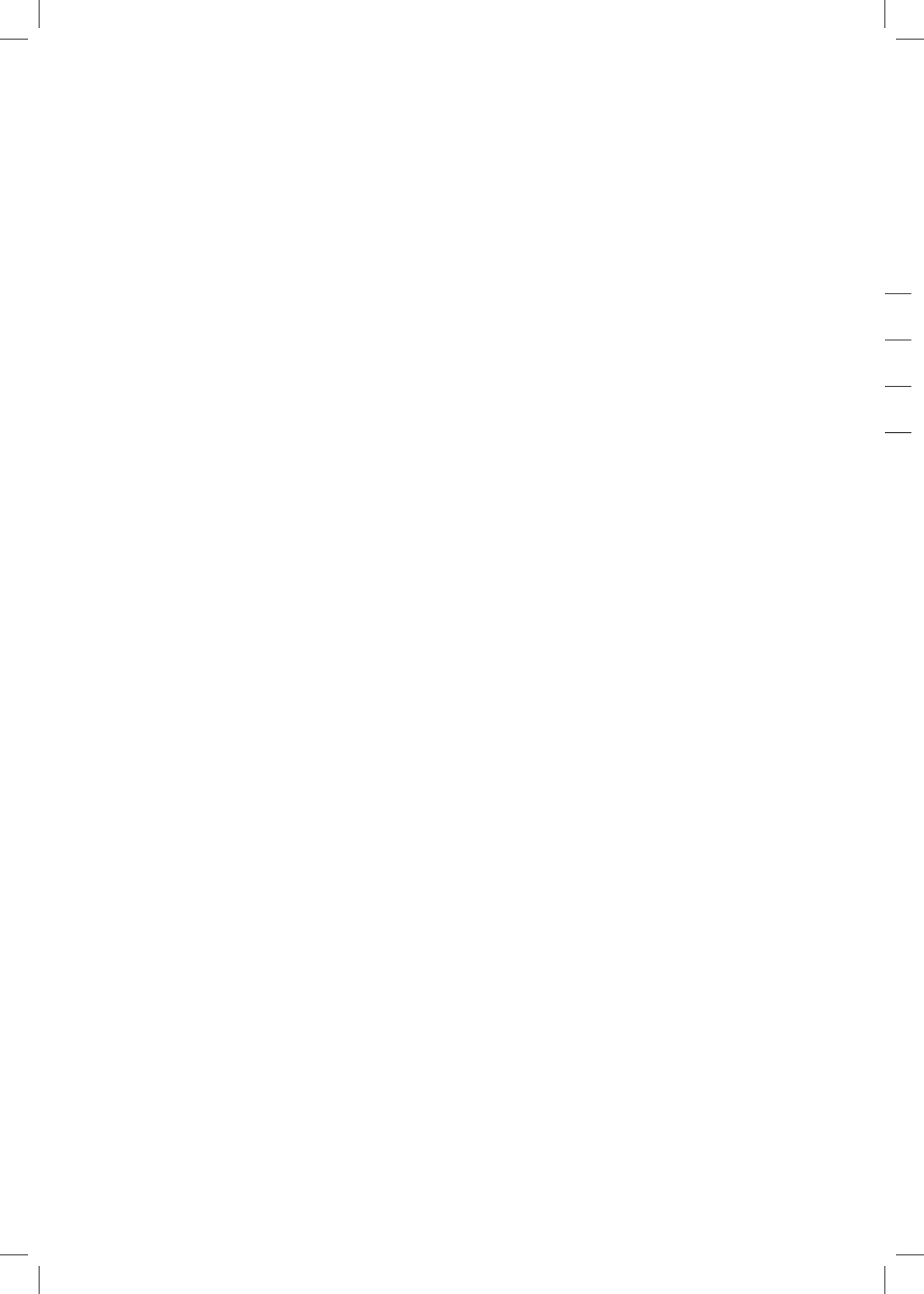
Talvez esses números possam dar alguma pista para tentar entender certas modificações no comportamento leitor da população. Afinal, é muito pouco tempo para explicar um suposto aumento da leitura que, em geral, é rechaçado pelo senso comum. Uma rápida comparação feita pelo Ibope com um mesmo grupo de leitores (mais de 15 anos de idade, mínimo de três anos de escolaridade e que leu pelo menos um livro nos 3 meses anteriores à entrevista) apontou um aumento de 1,8 para 3,7 livros lidos por ano. Não se pode, entretanto, extrapolar esse dado para a população em geral, em função da mudança de metodologia.

Mas, enfim, os brasileiros estão lendo mais ou não? Teria havido alguma mudança substancial capaz de modificar o comportamento leitor da população para cima ou para baixo? Essas e outras

perguntas estão sendo feitas sistematicamente desde o primeiro semestre de 2008, quando o Ibope Inteligência tabulou os primeiros dados da pesquisa. Desde então, vários dos principais especialistas brasileiros no tema foram escalados para ajudar a pensar sobre isso e produzir novas reflexões. Certamente continuarão a fazê-lo nos próximos três anos. Parte disso está aqui, nos 9 capítulos que compõem a Parte I do livro *Retratos da leitura no Brasil*. Na Parte II, o leitor poderá conferir nos gráficos e quadros e tirar ele próprio suas conclusões.

GALENO AMORIM é diretor do Observatório do Livro e da Leitura e foi o primeiro coordenador do Plano Nacional do Livro e Leitura. Presidiu o Conselho Diretivo do Ano Ibero-Americano da Leitura (Vivaleitura) e o Comitê Executivo do Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc/Unesco). É consultor internacional de políticas públicas do livro e leitura, autor de 10 livros e ex-secretário da Cultura de Ribeirão Preto (SP), onde criou e dirigiu diversos órgãos de políticas do livro e leitura.





O valor simbólico da leitura

Costumamos associar a palavra leitura a um texto escrito. Lemos um livro, lemos um jornal, lemos uma carta, lemos uma bula de remédio, e de fato, nas 13 acepções registradas no Dicionário Houaiss da língua portuguesa, a maioria tem este sentido, de ler textos. Mas, no sentido figurado, diz Houaiss, a palavra leitura quer dizer “maneira de compreender, de interpretar, um texto, uma mensagem, um acontecimento”. E dá como exemplo: “Os críticos realizaram uma leitura muito limitada do filme.” Ou seja: nem só a textos a leitura se refere. Como diz Wilson Martins em *A palavra escrita* (São Paulo, Ática, 1996, p. 33): “A escrita é apenas um – provavelmente o mais perfeito e o menos obscuro – entre inúmeros outros sistemas de linguagem visual: a essa mesma categoria pertencem os desenhos, a mímica, os códigos de sinais marinhos e terrestres, luminosos ou não, os gestos, em particular a linguagem dos surdos-mudos, etc.” Se podemos fazer uma leitura de um filme, de um incidente, de um desenho, isso quer dizer, na verdade, que estamos vendo esse filme, esse incidente, esse desenho, como coisas paradigmáticas, simbólicas. Leitura tem sempre a ver com simbólico, porque como diz Edward Sapir, citado por Martins: “A história da escrita é, em essência, uma longa tentativa para desenvolver um simbolismo independente com base na representação gráfica, seguida da lenta e amargura-

da constatação que a linguagem falada é de um simbolismo mais poderoso do que qualquer espécie de gráfico.” Ou seja: em matéria de comunicação entre seres humanos a fala ainda é soberana. Mas ela tem suas limitações que muito cedo foram descobertas. Há um filme canadense que o mostra muito bem. Ele retrata a chegada dos colonizadores brancos ao Canadá. O encontro entre esses e os indígenas é, naturalmente, marcado pelo estranhamento. Em particular, o chefe da tribo, cuja cultura é ágrafa, não entende por que os brancos rabiscam coisas em papel. O comandante do navio então se propõe a demonstrar, de maneira prática, a utilidade da escrita. Mostra um marinheiro que está a distância e diz ao indígena que quer a pistola dele e que o homem vai fornecê-la. Escreve então um bilhete dizendo “Manda-me tua pistola”, ou algo no estilo, e pede que o índio o leve até o marinheiro. Ao receber o papel, este, de imediato, entrega sua pistola. O índio fica assombrado: como o marujo descobriu que seu chefe queria a pistola, se nada ouviu dele? E então se dá conta de que o texto fez a mágica. Podemos imaginar o temor e o respeito com que passou a olhar letras manuscritas ou impressas em papel. A partir dali elas certamente adquiriram para o chefe, e talvez para a tribo, um valor simbólico. Que, entre parênteses, deve ter ajudado na dominação da região pelos brancos. Os índios poderiam fazer suas as palavras de Galileu Galilei: “De todas as invenções nenhuma é mais sublime do que aquela que nos permite comunicar nossos mais íntimos pensamentos a outra pessoa, não importa quão distante esteja em termos de tempo ou de lugar, e pela simples disposição, no papel, de duas dezenas de pequenos sinais. É o ápice da criatividade humana.” Historicamente, a escrita corresponde a um salto no desenvolvimento humano. A linguagem oral, os gestos, o desenho darão lugar àquilo que os alemães chamam de *Ideenschrift*, a “escrita de ideias”, das quais o ideograma é o exemplo; depois passamos para o *Wortschrift*, a escrita de palavras. E será uma escrita fonética: os sons contidos na palavra serão traduzidos em letras.

Nesse processo, cresce o valor simbólico da escrita. De que falamos, quando falamos em símbolos? Falamos de objetos, imagens ou outras representações de ideias e de conceitos. Um universo tão

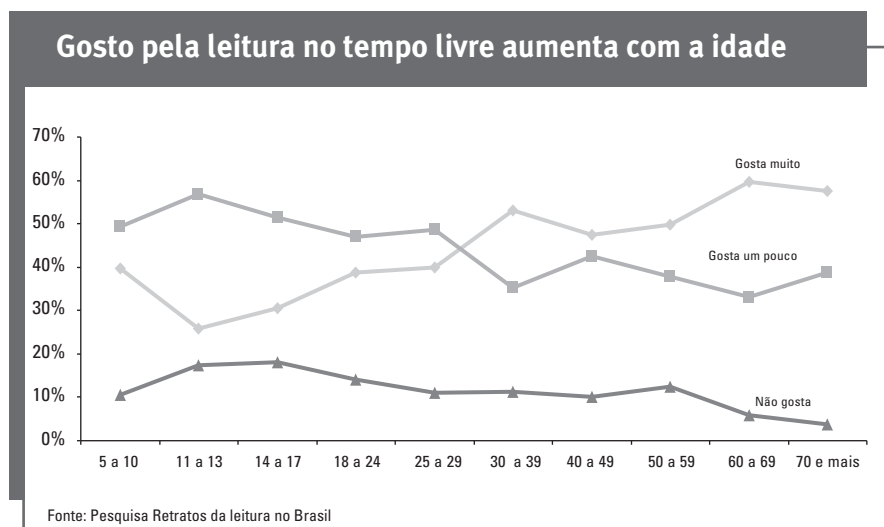
vasto e complexo que existe até um ramo do conhecimento a ele dedicado, a semiótica. A própria palavra símbolo é muito significativa. Vem do grego *symbolon*, em que *syn* quer dizer juntos, e *bolon* é arremessar. Unidos por símbolos nós, humanos, nos arremessamos juntos nesta aventura que é a vida. Juntos, não separados; esse caráter de união que o símbolo proporciona é uma coisa importante e contrasta, como já veremos, com outras conotações que a escrita pode ter.

A escrita percorreu longo caminho até chegar onde estamos. Os primeiros sistemas de comunicação, que eram ideográficos, datam do 7º milênio a.C. A evolução da escrita teve como cenário principal o Oriente Médio; ali surgiu, na Mesopotâmia, a escrita cuneiforme, assim chamada porque os caracteres tinham a forma de cunha. Já a escrita hieroglífica dos egípcios incluía desenhos (de aves, por exemplo). Essa escrita era muito importante para manter unido o império egípcio; estava a cargo de uma educada elite de escribas, que estavam a serviço do faraó, dos sacerdotes, dos nobres, e eram recrutados entre famílias selecionadas. Escrever era importante; ler igualmente. Havia, nos templos, o sacerdote-leitor, muitas vezes representados nas pinturas lendo de um pergaminho; a ele cabia officiar as cerimônias fúnebres.



No Oriente Médio surgiu o primeiro alfabeto unindo símbolos a fonemas. Foram os fenícios, habitantes do atual Líbano, que desenvolveram e aperfeiçoaram esse alfabeto. Dele se originaram os alfabetos grego e latino.

O Oriente Médio foi o berço de um texto muito importante na história do nosso mundo, sobretudo do Ocidente, um texto que, de início, estava sob a guarda, zelosa e ciumenta, de um pequeno grupo humano a princípio formado por uma reunião de tribos e depois unificado nacionalmente num povo e num reino. Esse processo foi catalisado por uma religião grupal que, diferente das outras praticadas na região, era monoteísta: cultuava uma única divindade, Javeh ou Jeová. A história desse povo e de sua relação com a divindade está contada naquilo que hoje conhecemos como Bíblia. O termo é grego e significa *livros*. De fato, a Bíblia é antes uma coleção de livros que começaram a ser escritos provavelmente entre 950 e 850 a.C. e tem vários autores, o que se comprova pelos diferentes estilos. O conjunto desses livros foi denominado, pelo cristianismo, Antigo Testamento, em contraposição ao Novo Testamento, que narra a vida de Jesus. Durante sua história, os hebreus estiveram sob o jugo de diferentes impérios; assim, Alexandre o Grande incorporou a região ao império macedônico, dando início a um processo



de helenização, ou seja, de imposição da cultura grega, durante o qual a Bíblia foi traduzida para o grego.

Em *The Alphabet versus the Goddess* (Londres, Penguin, 1998) Leonard Shlain defende a tese de que a ascensão do alfabeto coincidiu com a substituição do culto da Deusa-Mãe, e de outras deusas, pelo culto de deuses e, em particular, pelo culto de um Deus único, característico do monoteísmo nascido no Oriente Médio. O culto das deusas era baseado em imagens, portanto, em uma visão direta; já o monoteísmo rejeitava tais imagens, era uma religião abstrata e nela o texto passou a adquirir um papel importante. As sociedades monoteístas eram sociedades patriarcais, e o domínio da escrita passou a ser apanágio dos homens. Mulher não podia escrever. Daí a surpresa suscitada há uns anos pela afirmativa do *scholar* norte-americano Harold Bloom, segundo a qual o Antigo Testamento, ao menos em parte, teria sido escrito por uma mulher vivendo na corte do rei Salomão, cerca de 10 séculos antes de Cristo. Bloom parte, para sua afirmativa, de certo estilo feminino que teria o texto bíblico, mas sua opinião está longe de ser unânime.

A Bíblia pode ser lida de diferentes maneiras. Classicamente é considerada um texto religioso, um guia ético. Mas é também uma coletânea de esplêndidas histórias, que falam dos dramas básicos inerentes à condição humana, como é o caso do ciúme de Caim em relação a Abel. Isso explica por que um livro que começou a ser escrito há cerca de três milênios é, até hoje, um *best-seller*. Mas é um *best-seller* envolto numa auréola de respeito e mesmo de devoção. Copiá-lo, o que era feito em pergaminhos, exigia da pessoa que se encarregaria da tarefa uma cuidadosa preparação. Essa pessoa tinha de jejuar, tinha de orar; e, ao traçar cuidadosamente as letras, não podia cometer qualquer erro. Numa época em que não era possível, como no computador, deletar o equívoco, e em que também não existia corretores, isso era uma falha sem conserto. O pergaminho era enterrado como se fosse um ser humano falecido.

A devoção judaica pelo texto não ficava aí. É que, não existindo números (que só seriam inventados pelos árabes, mais tarde), as letras tomavam o lugar dos algarismos, e esses adquiriam um caráter simbólico. Por exemplo, em hebraico, a palavra *vida* é formada de

duas letras que correspondem ao número 18. Esse é considerado sagrado. Um judeu religioso, quando fizer uma doação, estabelecerá a soma por meio do 18 ou de um múltiplo dele. A Cabala, que é o misticismo judaico, preservou durante muito tempo esse tipo de numerologia.

O simbolismo que envolve a Bíblia é de natureza religiosa. E foi incorporado por outras religiões monoteístas, o cristianismo, por meio do Novo Testamento, o islamismo, pelo Corão; são, para usar uma expressão árabe, *os povos do livro*. Segundo uma tradição judaica, no período de 10 dias que medeia entre o Ano Novo e o Dia do Perdão, os judeus devem orar para serem inscritos no Livro da Vida. É que nesse mesmo período se abre outro grande livro, o Livro do Destino, e nele estará escrito o que acontecerá para as pessoas, se viverão ou morrerão. Paralelamente, existe em árabe uma expressão muito significativa da importância da escrita: é *Maktub*, estava escrito. As coisas não acontecem por acaso, resultam de um desígnio divino, e esse desígnio está escrito.

Entre os gregos e os romanos também se acreditava que a palavra escrita tinha poderes extraordinários: podia curar, podia amaldiçoar, podia repelir. Uma prática comum na antiguidade greco-romana era o uso de tabuletas escritas nos túmulos ou perto deles. Um tipo de tabuleta, por exemplo, continha uma maldição para aqueles que ousassem profanar a sepultura; outra, ao contrário, amaldiçoava a pessoa enterrada e era colocada, por inimigos dessa pessoa, nas proximidades do túmulo. Além disso, as letras tinham uma simbologia própria; na cultura grega, as vogais eram associadas com astros, e esses por sua vez podiam influenciar as pessoas: assim, Saturno era o planeta da melancolia, a Lua era o astro da loucura (daí vem a palavra lunático).

O simbolismo da escrita se prolongou no passar dos tempos, sobretudo porque atrás dele estava o fato inexorável: a maioria das pessoas não lia nem escrevia. Durante a Idade Média a cultura escrita foi preservada nos mosteiros, coisa que inspirou a Umberto Eco o romance *O nome da rosa*, depois transformado em filme. Isso em parte se devia ao fato de que as obras, literárias, ou religiosas, ou filosóficas, estavam em pergaminho, matéria-prima muito cara. Além

disso, na antiguidade, essas obras eram copiadas à mão. Resultado: havia pouquíssimos exemplares de cada uma delas, e esses exemplares pertenciam a ordens religiosas ou aos reis ou aos nobres – ainda que, mesmo entre esses, muitos fossem analfabetos.

A descoberta da imprensa mudou essa situação. É que, com a revolução mercantil, que marcou o advento da modernidade, começou a ascensão da burguesia e do regime político que ela defendia: a democracia burguesa. Agora, mais pessoas tinham acesso ao texto, mas ainda assim tratava-se de uma minoria. Ainda em meados do século passado metade da população brasileira era analfabeta. E isso reforça o poder simbólico do texto. Porque o texto é um símbolo disso mesmo, do poder. Tem acesso ao texto quem pode: quem pode frequentar colégio, quem pode comprar livros, quem tem tempo para ler. A impotência, o desamparo que sentem os analfabetos representam uma coisa penosa. Lembro que, quando menino, muitas vezes estava na parada de um ônibus quando um homem ou uma mulher, pobrementemente vestidos, se aproximavam de mim e perguntavam, apontando o veículo que chegava:

— Meu filho, que ônibus é esse?

Pergunta que tinha uma explicação óbvia: eles não sabiam ler. E seu constrangimento era de dar dó. Uma vez, contudo, eu pude ter uma pálida ideia do que é não poder ler nem escrever. A convite do governo japonês fui àquele país para um seminário de saúde pública realizado em Tóquio. A capital do Japão recebe muitos ocidentais, e assim não era difícil encontrar revistas, jornais e livros em inglês; igualmente nos filmes da tevê havia legendas nesse idioma. Mas então fui para Kyoto, uma cidade mais tradicional, onde tudo, ou quase tudo, era escrito em japonês. Eu olhava um anúncio na rua e não podia ler; eu olhava uma manchete de jornal e não podia ler. A aflição que senti foi enorme. Um dia saí por uma rua central, entrando em várias livrarias até achar uma que vendia obras em inglês e francês. Saí dali verdadeiramente aliviado – já tinha o que ler! – e consciente de ter vivido uma experiência importante.

Minha chegada à literatura deu-se muito cedo, e em duas etapas. Primeiro, foram as histórias que meu pai, imigrante vindo da

Rússia, contava todas as noites, na casa do bairro do Bom Fim, em Porto Alegre, onde morávamos. Era um grande contador de histórias ele. Sabia encantar seus ouvintes com narrativas e aquilo muito cedo despertou em mim a vontade de ser também um contador de histórias. Mas meu pai, apesar dessa vocação, não era um leitor. De família muito pobre, como eram as famílias de imigrantes, ele mal tinha frequentado a escola e não tinha o hábito da leitura. Minha mãe, que também era imigrante, teve, contudo, uma trajetória diferente; ela foi à escola, terminou o curso normal (era professora primária, como se dizia na época) e uma grande leitora – tão fã de José de Alencar que deu ao filho o nome de um dos personagens criados pelo grande escritor. Ela fazia questão de que os filhos lessem, e uma vez por ano levava-me à Livraria do Globo, no centro de Porto Alegre, onde havia uma espécie de feira do livro. Eu ficava absolutamente deslumbrado naquela enorme livraria, e a vontade que tinha era de comprar todos os livros ali existentes. Mas eu sabia que ele custa dinheiro, sabia que na nossa casa a grana era escassa, de modo que lhe perguntava quanto eu estava autorizado a gastar. E a resposta dela era uma só: na nossa casa não pode faltar livros, compra quantos quiseres.

Atrás dessa resposta estava a milenar tradição judaica de veneração ao texto; e estava também a consciência de que o conhecimento e a cultura representavam a maneira mais exequível de melhorar nossa condição. O que ela estava dizendo era algo como: nós, imigrantes, tivemos uma vida dura, mas vocês, nossos filhos, viverão melhor se puderem estudar, se tiverem uma profissão liberal. E o livro era o símbolo para isso, era a porta de entrada de um mundo melhor. Resultado: todas as casas no Bom Fim, mesmo as mais pobres, tinham sua pequena biblioteca. De novo, tratava-se de um símbolo. E um símbolo muito eloquente.

Mas para mim a leitura não era só uma forma de adquirir conhecimento ou cultura. Ler era também penetrar num mundo mágico, um mundo em que a gente podia dar rédea solta à imaginação. Eu lia Monteiro Lobato, Érico Veríssimo, Mário Quintana, Júlio Verne... E porque lia, e porque admirava os textos desses escritores comecei a escrever, estimulado por meus pais, por paren-

tes, por vizinhos, por professores. Tive a sorte de conhecer pessoas que representaram para mim verdadeiros modelos: Jorge Amado, por exemplo. Amigo de meu primo, o artista plástico Carlos Scliar, Jorge, quando vinha a Porto Alegre, hospedava-se na casa do pai de Carlos, Henrique Scliar. Eu era um menininho, mas minha mãe me levava lá para ver o escritor. Só ver, não falar com ele, porque a tanto não me atreveria; ficava na porta da sala, mirando, com olhos arregalados, aquele homem que – coisa prodigiosa! – escrevia livros.

Do que foi dito acima, conclui-se que a leitura e a escrita têm duplo aspecto. De um lado, o aspecto utilitário: a gente lê para se informar, para saber das coisas, como descobriu o chefe indígena do Canadá. De outra parte, temos o aspecto simbólico, que em parte deriva do aspecto utilitário. Lendo, adquirimos saber; ora, saber é poder, e essa verdade se afirma dia-a-dia no tipo de sociedade em que vivemos, uma sociedade em que a informação é decisiva. Houve um momento em que o texto escrito parecia ter sido deslocado pela cultura da imagem, na medida em que a tevê tinha um número crescente de espectadores. Mas então surgiu o computador e a Internet, e a tela já não era mais só o território da imagem, o texto voltava a ela com força total. Hoje há cada vez mais jovens diante de telas onde estão não imagens, mas palavras e mensagens, decodificadas por meio da leitura.

Há um aspecto que reforça o simbolismo da leitura. É o fato de que leitores, mesmo distantes no tempo e no espaço, formam uma família, uma verdadeira irmandade. Hoje a leitura é uma coisa pessoal, feita em silêncio, mas a gente esquece que nem sempre foi assim. Nos mosteiros medievais, por exemplo, um monge lia para os outros, ainda que esses outros soubessem ler. No século 19, o pai ou a mãe lia para a família reunida que, igualmente, podia ler. Mas é que o texto proporciona um vínculo emocional, inclusive com o autor – não por outra razão Baudelaire considera o leitor “*mon semblable, mon frère*”, meu semelhante, meu irmão. E o escritor precisa ser lido, o que explica o patético apelo da poeta Edna St. Vincent Milay: *Read me, do not let me die*, leia-me, não me deixe morrer. Há vida, no texto, a vida que o autor, sobretudo o poeta ou o ficcionista, ali depositou.

Por último, mas não menos importante, temos o que Barthes chamou de *o prazer do texto*. Leitura informa, leitura emociona, leitura é coisa prazerosa. Há um aspecto lúdico no ato de escrever, na escolha das palavras que construirão o nosso relato; e esse prazer de uma forma ou de outra chega ao leitor. Por isso, em se tratando de leitores jovens, é melhor apresentar a leitura como um convite amável, não como uma tarefa, como uma obrigação que, ao fim e ao cabo, solapam o próprio simbolismo da leitura, transformada num trabalho árido quando não penoso. A casa da leitura tem muitas portas, e a porta do prazer é das mais largas e acolhedoras.

O simbolismo que envolve a leitura mudou muito ao longo dos milênios: simbolismo religioso, simbolismo mágico, simbolismo de poder. Mas a leitura continua sendo um ato simbólico. Simboliza aquilo que a humanidade tem de melhor.

MOACYR SCLiar é autor de 80 obras em diferentes gêneros, conto, romance, crônica, ensaio, ficção juvenil. Vários de seus livros foram traduzidos, vários foram premiados e adaptados para a tevê, teatro e cinema. Colabora em numerosos periódicos. É médico, especialista em saúde pública, doutor em Ciências e membro da Academia Brasileira de Letras.

Leitura e cidadania

A *menina que roubava livros* (editora Intrínseca) é o título de magnífico romance que está há vários meses entre os mais vendidos no Brasil. A história se explica na primeira visada. Com característica única. O narrador é a morte. Todos vamos, um dia, acertar as contas e deitar para sempre. Na circunstância em que a história se desenrola, a perspectiva do final é mais do que ameaçadora. É presente. Constante. A menina, judia, rouba livros na Alemanha, durante a Segunda Guerra, para aprender e transmitir conhecimentos enquanto bombas explodem ao redor de sua casa, seus amigos morrem, seus pais sofrem. Ela insiste em ler. E sobrevive.

É metáfora da vida descrita de maneira magistral por um australiano que jamais viveu o conflito europeu. Markus Zusak, de apenas 32 anos, nasceu e viveu nos mares do Sul, onde produziu obra exemplar. Ele, também, foi buscar nos livros inspiração e conhecimento para produzir seu romance imperdível. A vida não é fácil, nem é justa. Mais injusta no mundo subdesenvolvido. As facilidades proporcionadas pela tecnologia são fartas e abundantes nos países ricos. Nos menos favorecidos, não.

O Brasil vem reduzindo sua taxa de analfabetismo com velocidade constante nas últimas décadas. Hoje é de 9% da população, ou 16 milhões de analfabetos absolutos com 15 anos ou mais. A pessoa

que não sabe ler nem escrever se sente profundamente limitada e discriminada. Não consegue entender o jornal, não sabe como pegar ônibus e nem tem condições para obter um emprego.

A história do Brasil explica em parte sua deficiência educacional. O País viveu 322 anos como colônia de Portugal. Nesse território, onde hoje existe um país, tudo era proibido. Não havia imprensa, não existiam escolas, muito menos universidades. O comércio era feito unicamente com Lisboa. E os raros estudantes da época tiveram de viajar para a capital do Império para buscar instrução em Coimbra. Foram pouquíssimos. A imprensa surgiu, no País, por intermédio de dois caminhos opostos: Em 1808, Dom João VI criou a imprensa régia, oficial, enquanto na mesma época, em Londres, começou a ser editado, em português, o *Correio Braziliense*, que chegava ao Rio de Janeiro como contrabando. Sua circulação era proibida.

A imprensa surge, a um só tempo, oficial e marginal. Mas as novas necessidades do País que havia se tornado reino unido a Portugal e Algarves fizeram surgir as primeiras faculdades no País. No final do século 19 já existiam profissionais liberais no Rio de Janeiro, situação impensável antes da chegada da família real portuguesa. O Brasil independente percebeu o desafio de transformar uma sociedade escravocrata em liberal. Importou mão de obra europeia excedente nos países de origem. Logo em seguida vieram os japoneses, que agora estão comemorando o centenário do primeiro desembarque de migrantes nipônicos no Porto de Santos, em São Paulo.

O território brasileiro foi, ao longo da colônia, uma área de onde se deveria retirar tudo o que era possível carregar. Europeus eram predadores daquele território. Levaram madeira, ouro, diamantes, açúcar e trouxeram negros para fazer o trabalho que não queriam realizar. Surgiu uma sociedade mestiça, que sofreu uma nova rodada de mestiçagem com a chegada dos migrantes europeus. Esse é o Brasil que desponta no século 20 como um país vastíssimo, de dimensões continentais, enormes problemas internos de desigualdade, gigantescos obstáculos para realizar a sua própria integração. Enfim, um país a ser construído.

A colonização do Brasil foi diferente do processo similar ocorrido nos países hispânicos. Aqui funcionou bem o único império nas Américas. Dom João VI, seu filho Pedro I e seu neto Pedro II consolidaram o País, definiram os limites territoriais, iniciaram as primeiras políticas públicas no sentido de interiorizar o desenvolvimento. A República, que continha um forte germe autoritário, resultado da herança positivista, deu sua contribuição ao crescimento. Na segunda metade do século 20, o Brasil foi uma das economias que mais cresceram no Ocidente. Deixou de ser um quintal abandonado e iniciou vigoroso processo de industrialização, financiado, em boa parte, pelo rendimento da agricultura, tendo o café como seu carro-chefe.

Hoje o País figura entre as 10 maiores economias do mundo. É a segunda maior das Américas, à frente do Canadá e do México. Mas aquele problema, antigo e fundamental, permaneceu como chaga aberta na sociedade. A desigualdade, a baixa qualidade da educação, o analfabetismo e a necessidade de distribuir renda passaram a constar entre os itens mais importantes da agenda dos governantes brasileiros. A questão nacional vai se colocar de permeio a tantos desafios. A desigualdade não ocorre apenas entre cidadãos, acontece também entre regiões.

Leitura e cidadania têm tudo a ver. É um binômio correto, objetivo, que anuncia a estreita relação entre uma ação de governo e sua consequência na vida dos nacionais. Ao tempo da colônia, o governante proibia a leitura e a difusão do conhecimento. O propósito era não formar cidadãos, privilégio admitido apenas aos membros da elite. O País democrático, que abre espaço para que os contrários convivam em paz dentro do mesmo espaço político, precisa oferecer mais e mais oportunidades a todos para aprender, conhecer, ler e, por intermédio desse caminho, se transformar em cidadãos de fato e de direito. Nos últimos anos, o Brasil avançou muito nessa estrada. Os desafios vão mudando de qualidade se a tecnologia oferecer novas oportunidades.

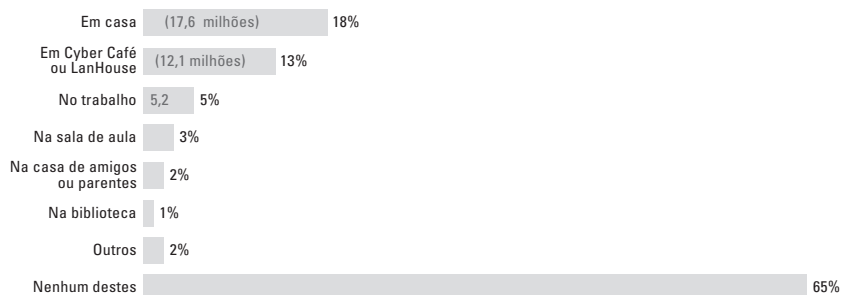
O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) informa que 67% dos brasileiros têm interesse na leitura. Segundo a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, 72% dos brasileiros associam a

leitura a valores positivos. Mas até bem pouco tempo atrás em cerca de mil municípios brasileiros não existiam bibliotecas (o País tem 5.564 municípios). Em 89% deles não existem livrarias. O governo federal, os governos estaduais e diversas instituições da sociedade civil promovem ações para fornecer livros, informações e alcançar o brasileiro que está na ponta da linha, em alguma região menos desenvolvida. É um tremendo esforço que envolve pesada logística. Não é fácil. Os resultados estão chegando. Poderiam ter mais velocidade. Porém, é inegável que a situação de hoje é melhor que a de ontem.

O que faz a diferença agora é a tecnologia. Os professores dispõem de recursos impensáveis anos atrás. Eles têm à sua disposição projetores, computadores com acesso à Internet e a possibilidade de interagir com outros centros de excelência. Podem, se quiserem, utilizar recursos para amplificar a voz e falar para um universo cada vez maior. Em vários países é normal ter salas de aula com 200 ou 300 alunos, que são convidados a ler antecipadamente sobre o tema que o professor vai discorrer. E, posteriormente, voltam aos livros para conferir o que foi exposto. É um tipo de ensino de massa, que visa a qualificar muita gente em pouco tempo.

Mas, há outro caminho ainda não totalmente percebido no Brasil. A nova tecnologia dos telefones celulares – a chamada 3G – transformou esses aparelhos em pequenas maravilhas, capazes de

Lugares onde os leitores costumam ler textos na Internet



Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil

produzir uma série de atividades, inclusive permitir o diálogo, ao vivo, com alguém em qualquer ponto do planeta. Telefone não é mais utilizado apenas para comunicação verbal. Ele se presta para transmissão de dados, para ver televisão, para receber e mandar *e-mails*, para ouvir rádio, para ler jornais, para ver filmes. É para essa nova tecnologia que os gestores da educação precisam olhar com muita atenção. Os professores devem se capacitar para utilizar a nova linguagem. Em países africanos, por exemplo, médicos e professores utilizam o celular para prescrever receitas e orientar seus alunos.

Existem cerca de 1,2 bilhão de usuários de telefones celulares no mundo. No Brasil já foram comercializados 170 milhões de aparelhos que cobrem mais de 80% do território nacional. O plantador de soja no interior de Mato Grosso sabe o preço exato de seu produto nas bolsas de valores do mundo por intermédio do aparelho. É ele que transmite notícias mais importantes e faz a conexão daquele remoto produtor no setentrão brasileiro com o mundo. Esse é o novo caminho. Na Internet há de tudo. Informação sobre praticamente o universo das curiosidades humanas. É preciso dispor das ferramentas certas e saber utilizá-las para obter o melhor resultado.

Infelizmente, os dados disponíveis nos censos elaborados pelo Ministério da Educação indicam que 50% dos professores da rede pública não têm computador. Se eles não dispõem do equipamento não saberão ensinar ao aluno como fazer para chegar à rede mundial. Volto ao início. O Brasil é um país de dimensões continentais, que se desenvolve apesar dos desníveis de renda entre pessoas e regiões. Algumas delas, como é comum na Amazônia, são de acesso difícil, ou quase impossível via terrestre. O ideal seria ter boas escolas, inclusive profissionalizantes, em cada um dos municípios brasileiros (esse é um dado do IBGE de 2007). Mas, na prática, a realidade é difícil, onerosa e demorada. Até o ano de 2010 todo o território nacional estará coberto pela rede de telefonia móvel.

É o momento de aproveitar essa formidável ferramenta que a tecnologia produziu. O primeiro telefone celular, produzido pela Motorola, surgiu em 1973, ao preço de US\$ 3.995. Sua bateria funcionava apenas 20 minutos. Só se prestava a falar e ouvir. Mais

nada. Hoje, os aparelhos são vendidos em lojas especializadas e supermercados, com prestações cada vez mais baixas. Eles se transformaram em necessidade que não distingue a classe social de seu proprietário. Todos os utilizam sem receio. É um instrumento notável de mobilização social, se bem utilizado. Trata-se de uma oportunidade única de dar um salto importante de qualidade em matéria de educação massificada e, ao mesmo tempo, personalizada para atingir objetivos determinados.

A cidadania decorre do processo de educação. O homem e a

Principais formas de acesso ao livro no Brasil (Por região geográfica)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
Comprados	39%	39%	47%	50%	51%
Fotocopiados/ xerocados	7%	8%	5%	6%	10%
Presenteados	27%	23%	24%	17%	35%
Emprestados por bibliotecas e escolas	37%	29%	33%	45%	31%
Emprestados por particulares	51%	50%	42%	41%	50%
Distribuídos pelo governo e/ou escolas	34%	37%	11%	12%	13%
Da Internet	5%	6%	8%	7%	11%
Não costuma ler livros	0%	1%	9%	1%	1%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (resposta dada somente por leitores).

Principais formas de acesso ao livro no Brasil (Por classe social)

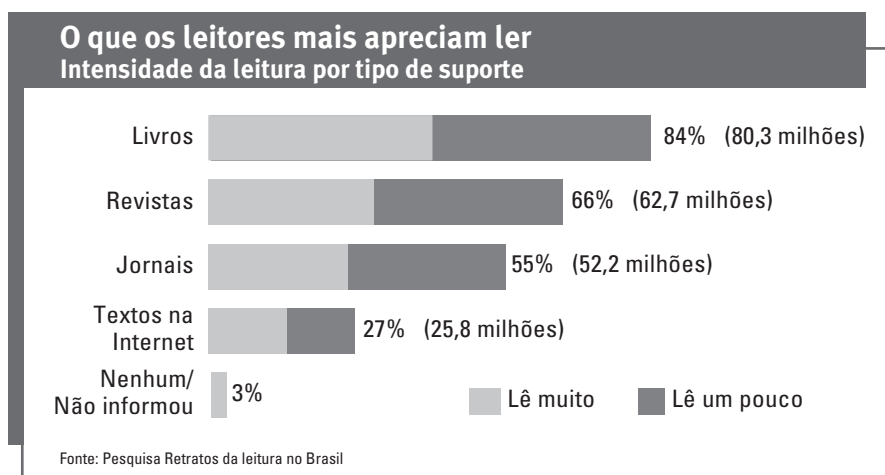
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Comprados	73%	65%	48%	32%	27%
Fotocopiados/ xerocados	5%	8%	8%	5%	2%
Presenteados	30%	30%	21%	24%	25%
Emprestados por bibliotecas e escolas	24%	31%	37%	33%	22%
Emprestados por particulares	35%	47%	46%	44%	49%
Distribuídos pelo governo e/ou pelas escolas	3%	11%	15%	29%	40%
Da Internet	10%	13%	9%	3%	3%
Não costuma ler livros	5%	6%	5%	4%	0%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (Resposta dada somente por leitores).

mulher alfabetizados conhecem seus direitos e seus deveres. Vão transmiti-los aos filhos e descendentes. Vão ajudar a escolher melhor os governantes e a julgá-los nos momentos adequados. Isso é cidadania. Não há como falar em cidadão se não houver educação que forme o caráter, que molde o espírito e prepare o jovem ou a jovem para a aventura da vida adulta, com todos os seus desafios, problemas e incertezas. A vida no mundo subdesenvolvido já foi pior. O Brasil cresceu aos saltos, aos ciclos, mas o seu resultado tem sido extremamente positivo.

A nossa infraestrutura está se adequando aos novos desafios do comércio globalizado, em que o País passa a ter papel importante na produção de etanol, grãos, comida e, quem sabe, petróleo. Tudo isso é muito novo para um país que em pouco mais de um século saiu do regime escravocrata, admitiu mão de obra estrangeira em volumes elevados, construiu uma sociedade mestiça em ambiente de amplas liberdades democráticas.

Há um país a ser feito. E uma sociedade a ser construída por cidadãos. Seus habitantes só vão merecer a cidadania plena se cuidarem da educação com o carinho que o assunto requer e a prioridade que necessita. Inclusão digital é um capítulo importante do processo brasileiro de levar educação a todos. Aqueles 9% de analfabetos deverão desaparecer em pouco tempo. O Plano de Desenvolvimento de Educação estabelece que dentro de 15 anos todas as crianças com até



8 anos estarão alfabetizadas no Brasil. É possível, é viável. Restarão os analfabetos funcionais, os que sabem ler e escrever, mas não conseguem entender o texto que está diante deles. E sempre haverá espaço e caminho para evoluir na construção da cidadania.

Vamos todos buscar nos livros, digitais ou em papel, o conhecimento (a pesquisa *Retratos da Leitura* já mostrou que os leitores que se dedicam a ler na Internet são os que dedicam mais tempo à leitura). É o caminho para que os conflitos naturais da vida em sociedade resultem em crescimento do bem-estar e redução das desigualdades. Há exemplos brasileiros, de Machado de Assis a Joaquim Barbosa, de pessoas que contornaram a pobreza, ultrapassaram as barreiras da desigualdade e venceram, cada um no seu ofício, porque persistiram no seu propósito de aprender. São cidadãos plenos. O conhecimento os resgatou da existência periférica numa sociedade subdesenvolvida. Nenhum dos dois, até onde sei, foi obrigado a roubar livros. No máximo, um e outro, pegaram por empréstimo algum exemplar na casa de um amigo. O escritor e o ministro do Supremo Tribunal Federal são exemplos eloquentes, definitivos e acabados da importância da educação na formação da cidadania.

JORGE WERTHEIN, argentino, é doutor em Educação e mestre em Comunicações pela Universidade de Stanford, autor de vários livros e artigos sobre educação, meios de comunicação, ciência e tecnologia, publicados em português, espanhol e inglês. É diretor-executivo da Ritla (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana).

Acesso à leitura no Brasil

Nestas primeiras observações, vale registrar que muitos dados desta *Retratos da leitura no Brasil* confirmam os da edição anterior (2000), mas apresentam algumas boas surpresas. A maior, sem dúvida, é o próprio crescimento do índice de leitura, embora, como se vai salientar, não se possa defini-lo com rigor, devido às diferenças metodológicas, importantes em função do próprio avanço da leitura, nesse intervalo de sete anos.

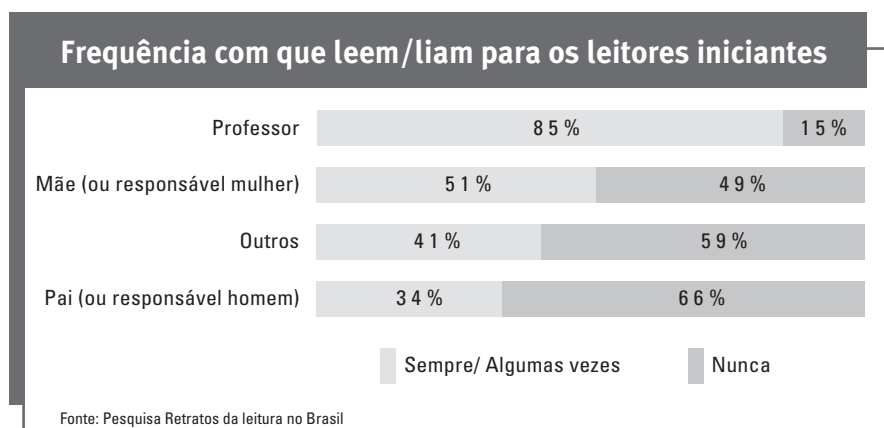
Outra surpresa, que demanda boa discussão de vários setores ligados à leitura, especialmente as editoras, é a posição de relevo da poesia praticamente em todas as análises. Considerados os Estados, em alguns deles a poesia chega a superar até os livros religiosos na preferência dos entrevistados. No entanto, parece nacional certa dificuldade na publicação do gênero, relatada por poetas e divulgadores.

Esse avanço geral revelado em 2007 é resultado do esforço de muitos e evidencia que, atuando em qualquer ponto da cadeia da leitura, estamos evoluindo. Falo de autores, ilustradores, editoras, divulgadores, livrarias, mediadores de leitura (dentro ou fora de escolas e bibliotecas), pesquisadores, gestores, do poder público ou não, encarregados da definição de uma política de leitura para nosso país. E é um trabalho de muito tempo: os valores – e a leitura

é um deles – são construídos pessoal e socialmente num longo processo. Sem cada elo da cadeia da leitura, são muitos os exemplos que vêm fazendo a diferença, numa caminhada de décadas.

É certo que, ao fazermos o melhor, no nosso raio de ação, estamos colaborando para que essa evolução continue. Mas acredito também que todos tenhamos a convicção de que há muito chão pela frente, até considerarmos atingidos os níveis mais decentes de leitura para cada cidadão brasileiro. E essa convicção é sinal de que o melhor que fazemos é insuficiente e é necessário reforçar uma ação como o termo *cadeia* sugere: um trabalho pensado, planejado, executado de maneira parceira, uma ação integrada, tendo sempre como alvo esse bem comum que nos une: a promoção da leitura.

Há uma grande, enorme fatia da população que não conhece os materiais de leitura, ou conhece muito mal. Há um claríssimo problema de acesso aos materiais de leitura, especialmente ao livro. Mesmo tendo-os por perto, falta a descoberta, a volta na chave que faz a súbita ligação e torna o sujeito capturado para a leitura. Ele não descobriu a senha. Por isso mesmo, à frente da leitura (5º ou 4º lugar, conforme o enfoque), depois apenas de ver televisão, ouvir música e (às vezes) ouvir rádio, os entrevistados (mesmo os mais novos) afirmam preferir ocupar seu tempo livre... descansando!!! Ao mesmo tempo, a falta de tempo (com índices de às vezes mais de



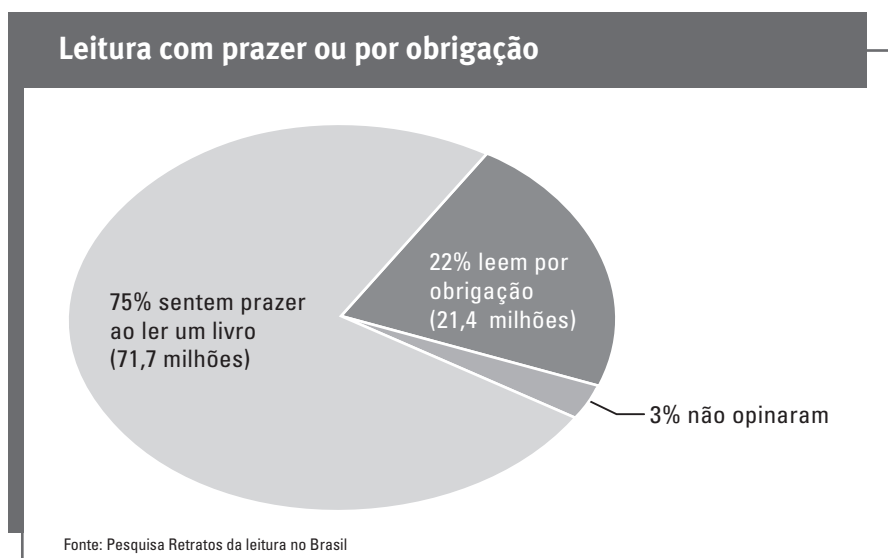
50%) é a alegação mais comum dos entrevistados, em várias respostas, para tentar justificar o não-envolvimento com a leitura. Voltarei a esse dado mais adiante.

Há registros e muitas indagações sobre as leituras indicadas pelos entrevistados.

1. Quatro obras apenas chegaram a pelo menos 1% na pergunta sobre o livro mais marcante na vida do entrevistado: a *Bíblia* (5%), *O Sítio do Pica-pau Amarelo* (1%), *O Pequeno Príncipe* (1%) e *Dom Casmurro* (1%).

Vale notar que a Bíblia é lida por praticamente todas as categorias de adultos, mesmo pelos que se declaram agnósticos ou ateus, mas são pelo menos três vezes mais lidas entre protestantes (9,8%) e evangélicos em geral (12,26%) do que entre católicos (2,82%) e kardecistas (2,54%).

Da mesma forma, o grande número de citações de *livros religiosos* (livros psicografados, biografias de santos e figuras de atuação religiosa ou orientações de vida com caráter religioso) poderia apontar uma necessidade a ser atendida, ou um campo a ser explorado editorialmente.



Sobre a indicação de Lobato: ele terá sido lido nas páginas das edições da Brasiliense ou nos capítulos da Rede Globo, que recriam sob esse título muitas narrativas do autor?

2. As demais indicações sobre o que leram ou estavam lendo, considerados os Estados ou as faixas etárias, foram: quatro títulos infantis, citados mesmo além da infância (*Branca de Neve, Cinderela, Chapeuzinho Vermelho, Os Três Porquinhos*,); dois juvenis (?): *Harry Potter* e *O Pequeno Príncipe*; e *O Alquimista, Dom Casmurro* e *Violetas na Janela*.

Embora 64% dos entrevistados afirmem gostar de ler (muito, 27%; um pouco, 37%), e ler prioritariamente por prazer, e até reler (30%) certas obras, o que revelaria o fato de 40% dos entrevistados alfabetizados não conseguirem citar um livro que estejam lendo ou tenham lido: memória fraca? Desimportância da informação, mesmo o item *título* ter sido indicado como o segundo mais importante, na escolha do livro para leitura e para compra?

Quanto à citação de autores mais admirados, apenas seis aparecem nos 14 maiores Estados brasileiros: Paulo Coelho, 6%; Machado de Assis, 4%; Jorge Amado, 4%; Monteiro Lobato, 5%; Cecília Meireles e Érico Veríssimo, 1%. Alguns poucos atingem 1% de indicação: Carlos Drummond de Andrade (7 Estados, 2%), Vinícius de Moraes (6 Estados, 2%) e José de Alencar (6 Estados, 1%).

3. Quanto à citação de autores mais admirados, apenas sete aparecem com pelo menos 1%: Paulo Coelho, 5,59%; Monteiro Lobato, 5,10%; Jorge Amado, 4,04%; Machado de Assis, 3,67%; Vinícius de Moraes, 1,25%; Carlos Drummond de Andrade, 1,12% e Cecília Meireles, 1,07%.

Perguntas: É bom sinal a pulverização ocorrida? Esses autores constituiriam os nomes da leitura média nacional? Poderiam ser tomados como *tendências* de uma seleção de livros, ou, salvo Paulo Coelho, são as leituras escolares o fator determinante da indicação? (Lembre-se que o autor é um item expressivo (22%) na escolha do livro a ser lido ou comprado).

4. Apenas três autores estrangeiros são indicados com pelo menos 1% na pesquisa: Sidney Sheldon, Agatha Christie e J. K. Rowling.

Motivações dos leitores para ler um livro (Por gênero)

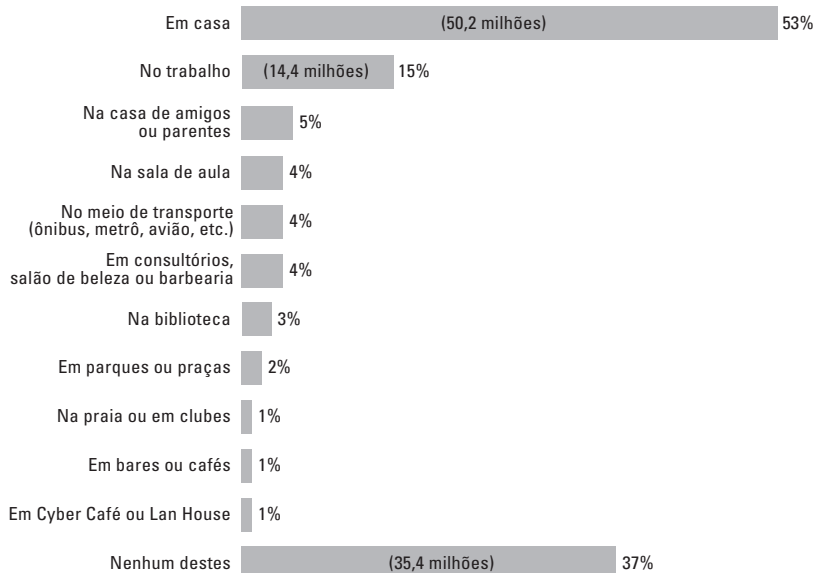
	Total	Homens	Mulheres
Prazer, gosto ou necessidade espontânea	36%	31%	41%
Exigência escolar / acadêmica	24%	28%	22%
Atualização cultural/ Conhecimento geral	14%	15%	13%
Motivos religiosos	9%	8%	11%
Atualização profissional	7%	8%	6%
Exigência do trabalho	5%	6%	4%
Outras citações com menos de 1%	0%	0%	0%
Não sabe/ Não opinou	1%	1%	1%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (resposta estimulada em que podia assinalar três opções).

As mulheres leem muito mais do que os homens por prazer ou gosto. E também por motivos religiosos.

Os homens leem mais por atualização profissional ou exigência escolar/ acadêmica.

Lugares onde os leitores costumam ler jornal



Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (resposta estimulada em que podia escolher várias opções).

No entanto, sem ter o nome do autor citado (Antoine Saint-Exupéry), *O Pequeno Príncipe* foi uma das duas obras relidas entre universitários e os que fizeram curso superior.

Tais escolhas, feitas certamente sem a bênção das instituições mais influentes na indicação de leituras, revelam apenas o poder da publicidade, ou indicariam a necessidade de uma discussão mais aguda da chamada leitura de entretenimento? Ou, independentemente da leitura escolhida *fora da escola*, caberia às instituições educacionais a tarefa de trabalhar com obras mais *consagradas* para desenvolver uma leitura *qualificada*? Sugeririam também que nós, educadores e editores, estaríamos exagerando numa atitude (em princípio, legítima e saudável) de *proteção à produção nacional*?

5. A pesquisa indica que as mulheres leem mais do que os homens, e, considerados os *suportes*, elas leem mais revistas, enquanto eles leem mais jornais e Internet.

Seria interessante aprofundar essas respostas: especialmente, que revistas e que jornais são lidos? Em que contexto são lidos? Para tais observações e para os resultados em geral, fica sempre por fazer a discussão sobre o quê e como leem os entrevistados, ainda que muitos defendam que esses pontos são irrelevantes: importante é ler, simplesmente.

Aproximemo-nos, afinal, das claras indicações dos dados da pesquisa.

Primeiramente, eles confirmam a necessária e estreita relação entre leitura e educação e, objetivamente, com a escola, encarregada da alfabetização e do letramento.

Esse vínculo natural torna-se imperativo num país com as desigualdades sociais nos níveis existentes no Brasil, onde a família não exerce o papel de primeira e mais importante definidora do valor da leitura. Entre os entrevistados leitores, confirma-se que a maior influência para a criação do envolvimento com a leitura vem dos pais (principalmente das mães). No entanto, dado o quadro de que 21% dos pais dos entrevistados não têm instrução alguma, 23% cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental ou têm Fundamental incompleto (15%), enquanto as mães sem qualquer escolaridade

são 24%, 22% fizeram até a 4ª série e 17% têm Fundamental incompleto, compreende-se quão difícil é para a família a inculcação do valor da leitura.

Por isso, apesar de não ter enfoque específico, a escola é elemento constante, às vezes apenas subjacente, ao longo da pesquisa e confirma a responsabilidade que recai sobre a escola (embora não só sobre ela) na tarefa de melhorar os níveis de leitura no Brasil.

Muitos entrevistados afirmam que não leem ou não vão a bibliotecas porque *não estão estudando*, o que mostra a ligação da leitura com a escola, ou com *os estudos*, na percepção das pessoas. O uso da biblioteca pública parece também feito em função da escola: sua frequência é maior nas faixas etárias de 5 a 17 anos, e tem como objetivos principais pesquisar e estudar. E com relação à frequência da leitura de diferentes tipos de livros, os didáticos e universitários são os únicos lidos mais frequentemente (68%) do que ocasionalmente (32%).

Por outro lado, é clara a progressiva valorização da leitura, à medida que avança a escolarização dos entrevistados: em todos os suportes (livro, revista, jornal e Internet), o Ensino Superior define um índice maior de leitura: os entrevistados com esse nível de ensino leem muito mais do que a média de livros técnicos (34%), obras sobre História, Política e Ciências Sociais (36%), Ensaios e Humanidades (14%), Biografias (28%), e usam muito mais a Internet (46%). (A lastimar o ainda difícil de controlar uso da reprografia, usada pelos entrevistados de curso superior em 19%, muito acima também da média.)

Poderíamos pensar num uso puramente *prático*, exigido pelos estudos universitários, mas esses entrevistados mostram-se mais espontaneamente dispostos à leitura. Enquanto homens afirmam gostar da leitura muito (21%), um pouco (39%) e não gostar (27%), as mulheres, muito (33%), um pouco (36%) e não gostar (18%), no curso superior, sem indicação de sexo, a pesquisa aponta para: gostar muito: 57%, um pouco: 32%, não gostar: 11%.

Todos os dados indicam, portanto, a necessidade de a escola assumir verdadeiramente seu papel de formadora de leitores. Seria importante um mutirão que, a curto prazo, ajudasse esses profissio-

nais/educadores a, eles próprios, descobrirem a tal senha, e, ou, se aperfeiçoarem com mediadores de leitura. Em todas as instâncias de governo, mas também nas escolas privadas de Ensino Superior, é essencial iniciar ou ampliar ações de disseminação (ou apoio) de cursos, em vários níveis, de formação de gestores para a leitura, cursos de educação continuada com uma carga horária expressiva na área da leitura e da literatura, produção e, sobretudo, divulgação e aquisição de obras técnicas e de pesquisa sobre o assunto para esses profissionais.

Visto que, a não ser entre os entrevistados que fizeram ou fazem estudos universitários, a leitura decresce muito entre os adultos, podemos supor que a escola não tem formado leitores para a vida inteira, talvez por práticas pouco sedutoras e obrigatórias, das quais o não-estudante procura se livrar assim que ultrapassa os limites da escola. Parecem necessárias ações de promoção da leitura que a liguem verdadeiramente à vida e tornem os materiais de leitura mais próximos dos alunos. Para tanto, ultrapassar os muros da escola, visitar de forma planejada, consequente e prazerosa ambientes onde se criam jornais, revistas e livros, conversar com os atores de cada uma das cadeias de criação e produção desses materiais, conhecer *sites* que enfocam a leitura, ir a feiras parecem ser ações que ajudam a inserir a leitura no universo dos sujeitos, sobretudo dos mais novos. Não é sem razão que os entrevistados do Rio Grande do Sul e do Pará informam comprar muitos livros em feiras: é reconhecida a importância das feiras de livros de Porto Alegre (além da incrível atuação de Passo Fundo) e de Belém.

Com relação aos dados levantados sobre o uso de bibliotecas, a pesquisa mostra que muitos dos entrevistados sequer conhecem esse equipamento no bairro ou na cidade. Segundo informação de 2005 do Ministério da Cultura – e a situação, hoje, já é mais favorável –, quase 90% dos municípios brasileiros têm pelo menos uma biblioteca. No entanto, apenas 66% dos entrevistados confirmam isso. A essa desinformação, soma-se a incômoda indicação de que apenas 10% dos entrevistados frequentam assiduamente tal espaço. A porcentagem geral de 75% de não-usuários de bibliotecas

sobe ainda mais quando são consideradas as respostas dos acima de 39 anos, confirmando a já comentada ideia de que leitura é para quem estuda (isso mesmo se observa nas pequenas cidades, o que será comentado mais adiante).

Em alguns Estados, aliás, a biblioteca escolar é mais frequentada do que a pública. É o que ocorre no Pará, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Tais dados explicam o fato de que apenas um número reduzido de usuários (10%) vá à biblioteca para ler por prazer e muito poucos (2%) aproveitem (ou tenham) outras atividades nesse espaço. Por outro lado, apenas 7% dos entrevistados empregados afirmam que a empresa onde trabalham possui biblioteca ou hemeroteca – o que deveria merecer uma ação efetiva de conscientização sobre o valor da leitura para o crescimento da própria firma.

É importante sublinhar que os 10% de frequentadores assíduos das bibliotecas estão muito satisfeitos com os serviços por elas prestados, em torno dos quais há uma quase unanimidade: a esmagadora maioria (predominantemente acima de 90%) diz gostar muito da biblioteca, ser atendida por bibliotecários (que saberão a esse respeito?), ser bem atendida e ser orientada quanto à indicação de obras e nela encontrar todos os livros que procura.

Sobre essa aceitação e conhecendo razoavelmente esses espaços, cabem-nos algumas indagações, sobre o próprio conceito de biblioteca e sobre o nível de exigência e expectativas dos entrevistados quanto ao que pode ou deve ser um espaço como esse. Mas essas respostas só serão obtidas com outra pesquisa, que certamente virá.

De todo modo, é evidente que também as bibliotecas, mesmo tais como são, precisam buscar leitores, seja por algum tipo de promoção (também elas indo além de suas paredes), seja por uma ampliação de seu caráter, tornando-se mais próximas da atuação de centros culturais, onde esteja, sobretudo, o livro, mas todos os suportes de leitura (inclusive a Internet, como vêm procurando os projetos do Ministério da Cultura), além de outras manifestações culturais e artísticas – tudo isso que se configura, nos tempos atuais, como formas também importantes de leitura.

Sabemos que a alegada falta de tempo para frequentar bibliotecas e para ler (seja o que for) abrange ou encobre uma série de sentimentos e posições: por exemplo, o desinteresse e as prioridades de cada um (entre as quais, obviamente, não está a leitura), além da eventual sobrecarga de trabalho e obrigações. A esses e mais aos que se queixam do difícil acesso a bibliotecas, precisamos oferecer facilidades especiais, como apoiar e multiplicar os projetos que se baseiem no deslocamento de materiais de leitura para pontos estratégicos, que vão do metrô e dos ônibus (nas regiões metropolitanas especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, 7% dos entrevistados leem no trânsito) a parques, praças, jardins, hospitais, prisões, centros esportivos, empresas, residências particulares. Divulgar e apoiar, das mais diversas formas, inclusive financeiramente, quando possível, as incontáveis iniciativas vitoriosas de promoção de leitura. (A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e o Prêmio Vivaleitura, com âmbitos diferentes, premiam projetos desse tipo).

Há, também, os que reclamam com razão da falta de pontos de venda. É fundamental, para resolver esse que é um dos grandes problemas da leitura, criar ações de apoio à criação e à manutenção de livrarias. Mesmo para os leitores automotivados e os entrevistados de alto poder aquisitivo, os pontos de venda dos materiais de leitura, especialmente de livros, são reconhecidamente insignificantes. Tão fora do universo das cidades brasileiras, que essa inexistência é raramente percebida pela população.

Pessoalmente, não acredito que a venda por Internet (hoje, em torno de 2%) chegará tão cedo à maioria da população brasileira e que, chegando, suprirá a necessidade da livraria física. Precisaremos de muito tempo para convencer o leitor de que não tem sentido andar pelas estantes e mesas das livrarias, folheando revistas e livros, procurando não o que conhece e foi comprar, mas algo novo, surpreendente, que vá preencher umas quantas horas de seu dia, ou da sua noite (e esse leitor existe, e essas livrarias podem existir!).

Todas as dificuldades, no campo da leitura, vêm agravadas nas cidades de pequeno porte, com até 10 mil habitantes (e, em certa

medida, nas chamadas *do interior*). Segundo a pesquisa em foco, os habitantes dessas cidades são: a) os que menos leem (revistas, 41%; livros, 50%); b) os que menos gostam de ler (56%); c) os que menos dizem escolher livros e indicam autores; d) os que menos frequentam bibliotecas (8% apenas frequentemente); e) os que menos têm acesso à Internet.

Da mesma forma, de acordo com a pesquisa, as regiões Nordeste e Norte apresentam mais problemas de leitura.

É óbvio que tais cidades e regiões exigem de toda a cadeia do livro um esforço conjunto maior para a superação dessas dificuldades. Com relação ao poder público, o Ministério da Educação tem programas dirigidos para essas regiões e mais o Centro-Oeste. O Ministério da Cultura, por sua vez, defende repetidas vezes no seu Plano Nacional de Cultura a criação de programas que superem os problemas regionais e locais. Seria importante que, a curto prazo, fossem executados, com a colaboração das entidades representativas do segmento do livro e outros atores, projetos de leitura para essas cidades e regiões, assim como para os pontos nevrálgicos que constituem a periferia das grandes metrópoles.

Como ações que, com boa vontade, poderiam ser instaladas rapidamente e ajudar a melhorar o reconhecimento da leitura, sempre levando os dados fornecidos pela pesquisa, seria interessante propor:

a) Como a televisão (1º lugar, com a média de 77%) e o rádio (4º lugar, média de 39%) são atividades muito frequentes na vida do brasileiro, seria importante, a curto prazo, multiplicar, nos veículos do poder público, e apoiar (com incentivos fiscais, mesmo!), nos privados, bons programas de promoção de leitura, dos mais variados formatos. Nesses programas, um enfoque importante seria a percepção da leitura como lazer (ou *descanso*).

b) Um dado que não me parece desprezível é o fato de que, na escolha da leitura, um número razoável dos entrevistados se diz sensível a influências. Um dos fatores que mais os influencia nessa escolha é a dica de alguém, além de levarem em conta críticas

e resenhas e a publicidade. Parece-me que teriam bom resultado publicidades e campanhas que, em vez de apresentar ideias generalistas e abstratas sobre a leitura (*ler é a melhor das viagens, ler é saber* e outras tais), enfocassem obras e seus autores. (Lembre-se que o tema, o título, a capa e os autores, nessa ordem, são poderosos vendedores do livro).

Deixei para o final um dado da pesquisa que tem a ver com esse último item tratado e que me enche de otimismo: na pergunta sobre quem mais influenciou o entrevistado no seu gosto pela leitura, a resposta *ninguém* vem sendo cada vez menos acionada pelos mais jovens: de 33% entre os mais velhos, a opção vai decrescendo até os mais novos, para os quais ela chega a apenas 4%. E, pelo menos na memória dos entrevistados, os professores atualmente leem mais para seus alunos – o que é uma espécie de dica.

Esse dado, aparentemente insignificante, tem para mim uma força especial: dando à leitura seu caráter essencialmente cultural e histórico, criada pela capacidade inventiva do ser humano, apoiada no traço mais revelador da nossa humanidade – a palavra – e promovendo o diálogo que a leitura sempre pretende, essa dica nos garante que aquela senha sempre pode ser a qualquer momento descoberta.

MARIA ANTONIETA ANTUNES CUNHA é doutora em Letras, mestre em Educação e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais. Desenvolveu diversos projetos de leitura e literatura para jovens e crianças e é editora e autora de vários livros didáticos e de pesquisa. É presidente da Fundação Municipal Cultural de Belo Horizonte (MG).

Esse Brasil que não lê

Sabe-se que grande parcela da população brasileira não domina as habilidades mínimas de leitura, o que constitui uma enorme dívida social na distribuição e democratização dos bens simbólicos no País. E as estatísticas evidenciam essa chaga de forma diferente, dependendo do recorte que fazem na pesquisa.

O Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf), medido pelo Instituto Paulo Montenegro, registra que o Brasil tinha, em 2007, na população de mais de 15 anos de idade, 32% de analfabetos funcionais. São considerados analfabetos funcionais aqueles que são analfabetos absolutos e os que têm uma alfabetização muito rudimentar que não lhes possibilita utilizar os instrumentos da leitura e da escrita nas práticas sociais do cotidiano.

Já o IBGE indica que a população de mais de 15 anos que tem menos de 3 anos de escolaridade está em torno de 23%. A Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) registra que, em 2006, os analfabetos absolutos de mais de 15 anos representavam 10,5% da população, ou seja, 14,4 milhões de indivíduos. Na pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, a proporção de analfabetos absolutos está em torno de 12%, pois inclui os informantes de mais de 5 anos de idade (35,5 milhões de pessoas). Geralmente, os analfabetos estão na base da pirâmide social e fora dos

grandes centros urbanos, onde há dificuldade de acesso à escola. São filhos de pais também analfabetos.

Esse segmento da população está excluído das práticas de leitura e tem sido alvo de políticas públicas urgentes de alfabetização, principalmente do Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação, que registra atuação em 4,2 mil municípios, 900 entidades parceiras e matrícula de 2 milhões de alfabetizando em 2008. Caso esses índices se mantenham, seriam necessários mais de 15 anos de trabalho para eliminar o analfabetismo no Brasil. É preciso considerar também a proporção de pessoas que passam pelo processo de alfabetização, mas continuam analfabetos funcionais, pois não consolidam habilidades necessárias para utilizar a leitura e a escrita como instrumentos de solução de problemas apresentados pela vida cotidiana.

O índice de analfabetismo no Brasil influi no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*).

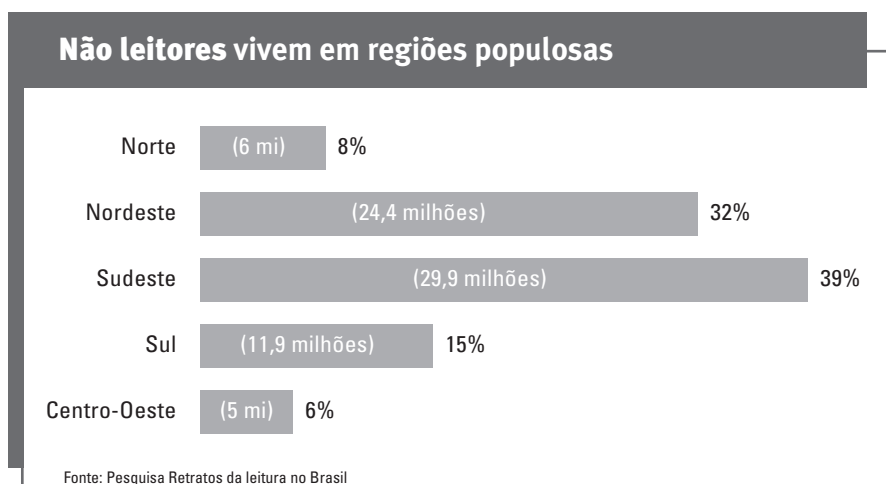
O IDH varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; e aqueles com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. Para a avaliação da dimensão **educação**, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores com pesos diferentes. A taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade tem peso dois, e a taxa bruta de frequência à escola, peso um. O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capazes de ler e escrever um bilhete simples, considerados adultos alfabetizados. O segundo indicador é resultado de uma conta simples: o somatório de pessoas, independentemente da idade, que frequentam os cursos fundamental, secundário e superior é dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. Estão também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e

de segundo grau, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária.

O Brasil apresentou, em 2006, IDH de 0,79, enquanto os países mais desenvolvidos ficaram em torno de 0,96. Assim, no *ranking* mundial, o Brasil está em 69º lugar em desenvolvimento humano (www.pnud.org.br).

Na pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, quando indagados a respeito da leitura mais recente, declaram-se não-leitores 45% da amostra, ou seja, não leram um livro nos três meses anteriores à pesquisa (77,1 milhões de indivíduos). Entre esses não-leitores, 28% (21 milhões) são analfabetos e 35% (27 milhões) têm até a 4ª série, faixa em que as práticas de leitura ainda não estão devidamente consolidadas e o indivíduo não se definiu como um leitor assíduo.

A maior parcela de não-leitores está entre os adultos: 30 a 39 anos (15%), 40 a 49 anos (15%), 50 a 59 anos (13%) e 60 a 69 anos (11%). O número de não-leitores diminui de acordo com o nível de escolarização, a renda familiar e a classe social. Na classe A, há apenas 5% de não-leitores. Isso pode levar à conclusão de que o poder aquisitivo associado ao nível de escolarização, privilégio das classes mais altas, é significativo para a constituição de leitores assíduos. No Ensino Superior, há apenas 2% de não-leitores.



Partindo da concepção interacionista de leitura, concebemos que ler é uma atividade social e, portanto, as estratégias cognitivas são adequadas aos propósitos de leitura, às finalidades que orientam nossa ação de ler. Quem lê, lê um texto para algum fim. As características desse texto e essa finalidade de leitura nortearão a atividade globalmente, ativando, na memória, conhecimentos prévios relevantes, que ajudarão a prever o que virá e a adotar estratégias de leitura adequadas a tais propósitos.

O modo como se lê varia em consequência de diferentes fatores, tais como situação de leitura (onde se lê, com que finalidade), conhecimentos prévios (acerca do tema, acerca da organização do texto, acerca do vocabulário e recursos linguísticos utilizados), experiência leitora. Kleiman (1989) destaca que é na interação de conhecimentos de três naturezas (linguístico, textual e de mundo) que o leitor atribui sentido ao texto.

O conhecimento linguístico é caracterizado como aquele relativo à organização sintática da língua, ao vocabulário, aos recursos gramaticais, dentre outros.

Os conhecimentos textuais são relativos às diferentes formas de organização, ou seja, às características dos gêneros textuais. Notícias, contos, reportagens, por exemplo, são gêneros textuais semelhantes, mas têm diferenças que levam os indivíduos a mobilizar diferentes hipóteses sobre o que se constituirá como tema ou assunto textual de cada um deles. Kleiman (1989, p. 20) ressalta que “o conhecimento de estruturas e de tipos de discursos determinará, em grande medida, suas expectativas em relação aos textos, expectativas essas que exercem um papel considerável na compreensão”.

O conhecimento de mundo diz respeito à familiaridade que o leitor tem com os temas que estão sendo tratados nos textos. Ou seja, os conhecimentos sobre os conteúdos levam os indivíduos a integrar informações no texto e a antecipar sentidos mesmo antes de começar a ler.

Na perspectiva interacionista de leitura pressupõe-se que ela seja uma atividade em que o leitor, utilizando diferentes estratégias e mobilizando conhecimentos prévios, constrói o sentido do

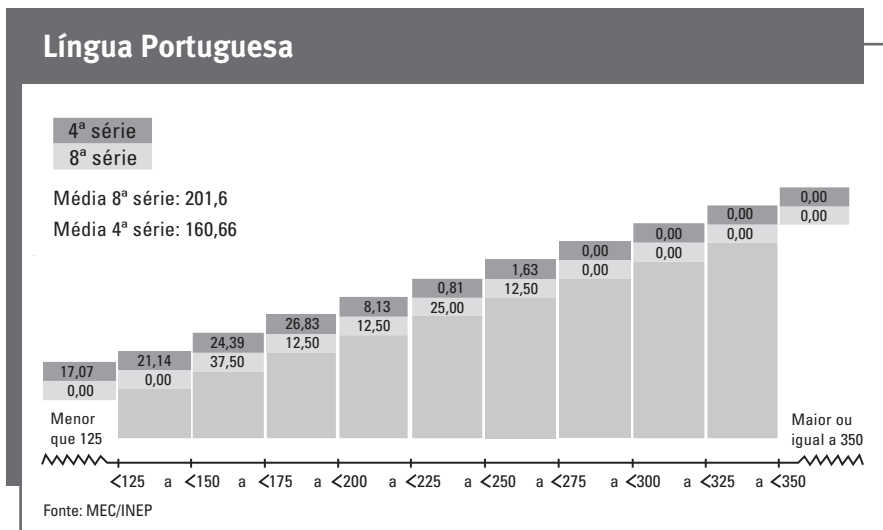
texto. Dessa forma, é possível que um leitor utilize bem uma determinada capacidade ao ler um texto específico, mas, ao se deparar com outro, não consiga tal desempenho. A familiaridade com o gênero textual ao qual pertence o texto, o domínio do tema sobre o qual o ele trata, os conhecimentos sobre o vocabulário e as estruturas gramaticais utilizadas no texto são determinantes no momento da leitura. Por outro lado, é possível que o leitor tenha domínio de uma determinada temática, tenha familiaridade com o gênero textual, por meio da escuta de textos lidos por outras pessoas e tenha domínio vocabular, mas não consiga entendê-lo texto por não ter desenvolvido capacidades de leitura exigidas para a compreensão daquele texto.

As dificuldades de leitura declaradas na pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* configuram um quadro de má-formação das habilidades necessárias à leitura, o que pode decorrer da fragilidade do processo educacional. Tanto é assim que as avaliações empreendidas pelo MEC, como o Saeb, mostram uma grande defasagem entre o desempenho esperado para a série e o desempenho real dos alunos em habilidades de leitura, compreensão e interpretação de textos. Como exemplo, podemos citar a Prova Brasil, que foi aplicada em novembro de 2005, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, em 5.398 municípios de todas as unidades do País. Foram avaliados 3.306.378 alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, distribuídos em 122.463 turmas de 40.920 escolas públicas urbanas com mais de 30 alunos matriculados na série avaliada. Os alunos foram testados em Língua Portuguesa quanto às habilidades de leitura, e em Matemática.

Os resultados de Língua Portuguesa da Prova Brasil são apresentados em uma escala que ordena, de forma contínua, o desempenho dos alunos de 4ª e 8ª séries, do nível mais baixo ao mais alto. São expressos em uma escala com nove níveis: 125, 150, 175 e assim sucessivamente, até o nível 350.

Observe a tabela a seguir, que apresenta os resultados nacionais em Língua Portuguesa:

Esses níveis ainda são considerados insuficientes em relação ao resultado desejado para essas séries. Seria desejável que os alu-



nos de 4ª série estivessem entre 200 e 350 e que os de 8ª série estivessem entre 250 e 400.

Também no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), uma análise patrocinada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que visa a traçar um panorama mundial da educação com a aplicação de testes trienais nas diversas áreas do conhecimento, o Brasil apresentou resultado insatisfatório. Realizado pela primeira vez em 2000, o Pisa enfatizou a proficiência em leitura. A julgar pelos resultados, os estudantes brasileiros pouco entendem do que leem. O Brasil ficou em último lugar, numa pesquisa que envolveu 32 países e avaliou, sobretudo, a compreensão de textos em alunos de 15 anos. O Brasil obteve 396 pontos, 150 a menos que a Finlândia, país mais bem colocado. A Finlândia atingiu o nível 4, enquanto a média brasileira não passou do nível 1, atrás de outros países emergentes, como Rússia e México, que alcançaram o nível 2. No Brasil, as provas foram aplicadas em 4,8 mil alunos, da 7ª série ao 2º ano do Ensino Médio.

Segundo o especialista Marcos Bagno, as notas baixas no Pisa são resultado da maneira equivocada com que a escola encara o en-

sino de Língua Portuguesa: “Pesquisas apontam que o grande foco do ensino dessa matéria está na gramática, pois a maior parte dos professores dedica 70% de suas aulas às normas, quando a ênfase deveria ser na leitura e na escrita”. (<http://www.educacional.com.br/home.asp>).

Os informantes da pesquisa declaram enfrentar dificuldades na leitura como: leem muito devagar: 16%; não compreendem o que leem: 7%; não têm paciência para ler: 11%; não têm concentração: 7%. Todos esses problemas dizem respeito a habilidades que deveriam ser formadas no processo educacional. Indicam que o leitor não domina ainda os procedimentos necessários para a decodificação rápida dos signos linguísticos.

Para superar essas dificuldades, seria necessário um esforço significativo por parte do poder público na formação e aperfeiçoa-

Gêneros que mais atraem os não-leitores

Bíblia	24%
Livros religiosos	8%
Romance	8%
Livros infantis	8%
Poesia	7%
História em quadrinhos	6%
Livros didáticos/ universitários	5%
Contos	5%
Cozinha/ artesanato/ assuntos práticos	5%
História, política e ciências sociais	4%
Enciclopédias e dicionários	4%
Livros juvenis	3%
Auto ajuda	2%
Livros técnicos	2%
Biografias	2%
Artes	2%
Esoterismo (ocultismo)	1%
Ensaio, Ciências e Humanidades	1%
Outros	2%
Nenhum desses	30%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (resposta estimulada em que podia escolher duas opções).

mento de professores de Língua Portuguesa e mediadores de leitura, de forma que esses assegurassem resultados mais efetivos no processo de domínio da leitura e da escrita pelos alunos. A ênfase do processo pedagógico deveria voltar-se para as práticas de leitura e de escrita e não para a memorização de nomenclatura gramatical.

Como a leitura faz variadas solicitações simultâneas ao cérebro, é necessário desenvolver, consolidar e automatizar habilidades sofisticadas para pertencer ao mundo dos que leem com naturalidade e rapidez. Trata-se de um longo e acidentado percurso para a compreensão efetiva e responsiva, que envolve: decodificação de signos; interpretação de itens lexicais e gramaticais; agrupamento de palavras em blocos conceituais; identificação de palavras-chave; seleção e hierarquização de ideias; associação com informações anteriores; antecipação de informações; elaboração de hipóteses; construção de inferências; compreensão de pressupostos; controle de velocidade; focalização da atenção; avaliação do processo realizado; e reorientação dos próprios procedimentos mentais.

Um leitor ativo considera os recursos técnicos e cognitivos que podem ser desenvolvidos para uma leitura produtiva. A leitura não se esgota no momento em que se lê. Expande-se por todo o processo de compreensão que antecede o texto, explora-lhe as possibilidades e prolonga-lhe o funcionamento além do contato com o texto propriamente dito, produzindo efeitos na vida e no convívio com as outras pessoas.

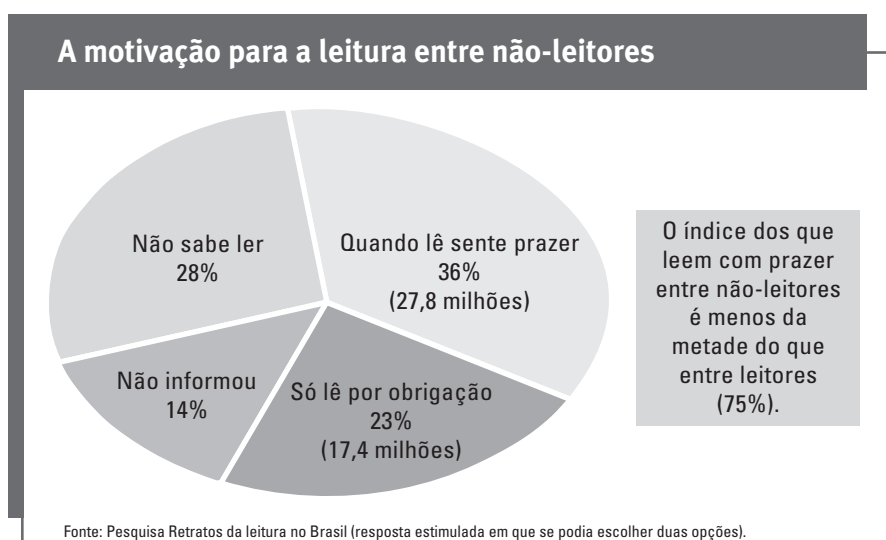
As alegações para a ausência de leitura no ano anterior à pesquisa evidenciam problemas de várias ordens: falta de tempo: 28%; outras preferências: 16%; desinteresse: 27%; falta de dinheiro: 7%; falta de bibliotecas: 4%. Assim, muitas alegações dizem respeito à falta de acesso real ao livro e outras ao desinteresse pela leitura. Se considerarmos a falta de tempo uma questão de opção na organização da agenda pessoal, o índice de desinteresse pela leitura cresce muito.

Esse interesse é desenvolvido de acordo com as oportunidades de leitura prazerosa surgidas durante a vida. É necessário que ela seja uma experiência gratificante, que o leitor descubra que a leitura responde a um desejo interior. Essa experiência pode

ser estimulada pelos pais, quando leem histórias para as crianças, pela escola e pelo professor, quando proporciona situações de leitura interessantes, por indicação de alguma pessoa leitora que exerce influência sobre o jovem, ou pelo ambiente em que a leitura é valorizada. Mas o sucesso nessa experiência depende do domínio da decodificação dos textos. Ler mal é uma barreira à formação do leitor, que vê na atividade um sacrifício insuperável e se desinteressa, desistindo rapidamente do empreendimento.

Os dados citados abaixo parecem configurar um ambiente em que a leitura não é socialmente valorizada, em que o livro não tem um lugar assegurado. Tanto é que 85% dos não-leitores nunca foram presenteados com livros na infância, enquanto no universo dos considerados leitores 51% receberam livros como presente. Outra informação importante diz respeito às práticas familiares de leitura. Nos lares dos não-leitores, 63% dos informantes nunca viram os pais lendo. Considerando que a pesquisa revela que a maior influência para a formação da leitura vem dos pais (principalmente das mães), esse dado é ainda mais significativo.

No entanto, dado o quadro de que os pais dos entrevistados não têm instrução alguma (23%), cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental (23%) ou têm Fundamental incompleto (15%), en-



quanto as mães sem qualquer escolaridade são 26%, 22% fizeram até a 4ª série e 16% têm Fundamental incompleto, torna-se muito difícil a construção pela família do valor da leitura.

Muito ainda tem que ser feito para que uma grande parcela da população brasileira deixe de ser como Fabiano, de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos:

Deu estalos com os dedos. A cachorra Baleia, aos saltos, veio lambe-lhe as mãos grossas e cabeludas. Fabiano recebeu a carícia, enterneceu-se:

—Você é um bicho, Baleia.

Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E **falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia**. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro lado, cambaio, torto e feio. Às vezes utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos — **exclamações, onomatopéias. Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas.** (p. 21) (...)

Em horas de maluqueira Fabiano desejava imitá-lo: **dizia palavras difíceis, truncando tudo, e convencia-se de que melhorava. Tolice. Via-se perfeitamente que um sujeito como ele não tinha nascido para falar certo.**

Seu Tomás da bolandeira falava bem, estragava os olhos em cima de jornais e livros, mas não sabia mandar, pedia. Esquisitice um homem remediado ser cortês. Até o povo censurava aquelas maneiras. Mas todos obedeciam a ele. Ah! Quem disse que não obedeciam? (p. 24).(…)

Ouviu o falatório desconexo do bêbado, caiu numa indecisão dolorosa. Ele também **dizia palavras sem sentido**, conversava à toa. Mas irou-se com a comparação, deu marradas na parede. **Era bruto, sim senhor, nunca havia aprendido, não sabia explicar-se**. Estava preso por isso? Como era? **Então mete-se um homem na cadeia porque ele não sabe falar direito?** Que mal fazia a brutalidade dele? Vivia trabalhando como um escravo. Desentupia o bebedouro, consertava as cercas, curava os animais — aproveitara um casco de fazenda sem valor. Tudo em ordem, podiam ver. Tinha culpa de ser bruto? Quem tinha culpa? Se não fosse aquilo... Nem sabia. O fio da ideia cresceu, engrossou — e partiu-se. Difícil pensar. Vivia tão agarado aos bichos... **Nunca vira uma escola. Por isso não conseguia**

defender-se, botar as coisas nos seus lugares. O demônio daquela história entrava-lhe na cabeça e saía. Era para um cristão endoidecer. **Se lhe tivessem dado ensino, encontraria meio de entendê-la.** Impossível, só sabia lidar com bichos.

Enfim, contanto... Seu Tomás daria informações. Fossem perguntar a ele. Homem bom, seu Tomás da bolandeira, **homem aprendido**. Cada qual como Deus o fez. Ele, Fabiano, era aquilo mesmo, um bruto. (p. 38) (...)

**Fabiano também não sabia falar. Às vezes largava nomes ar-
revesados, por embromação.** Via perfeitamente que tudo era besteira. **Não podia arrumar o que tinha no interior.** Se pudesse... Ah! Se pudesse, atacaria os soldados amarelos que espancam as criaturas inofensivas. (p. 39)

(...)

Não se conformou: devia haver engano. **Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que era bruto, mas a mulher tinha miolo.** Com certeza havia um erro no papel do branco. Não se descobriu o erro, e Fabiano perdeu os estribos. **Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? (...) era bruto, não fora ensinado. (...) devia ser ignorância da mulher. Até estranhara as contas dela. Enfim, como não sabia ler (um bruto, sim senhor), acreditara na sua velha.** (p. 99, 100) (...)

As contas do patrão eram diferentes, **arranjadas a tinta** e contra o vaqueiro, mas Fabiano sabia que elas estavam erradas e o patrão queria enganá-lo. (p. 121) (...)

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam depois para uma cidade, **e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. (...) Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias.** (p. 134) (...)

Graciliano Ramos, *Vidas Secas*.

Rio: Record, 1977 (38ª edição)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KLEIMAN, A. B. *Texto e leitor – Aspectos Cognitivos da Leitura*. Campinas: Pontes/Unicamp, 1989.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio: Record, 1977 (38ª edição)

<http://www.educacional.com.br/home.asp>

<http://www.ipm.org.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.inep.gov.br>

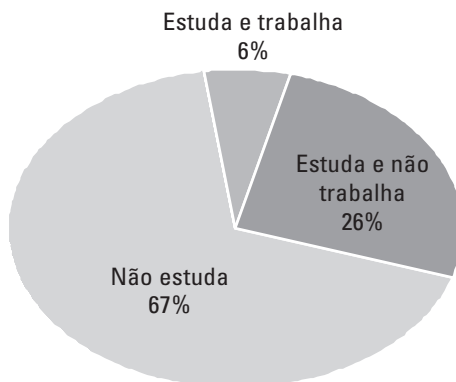
<http://www.pnud.org.br>

LUCÍLIA HELENA DO CARMO GARCEZ é licenciada em Letras, Língua e Literatura de Língua Portuguesa; mestre em Teoria da Literatura (UnB) e doutora em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fez estágio na Universidade de Lisboa como bolsista do Instituto Camões, é professora aposentada do Instituto de Letras da Universidade de Brasília e autora de vários livros.

A escola e a formação de leitores

Os resultados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* confirmam a importância da escola para as políticas de acesso ao livro e de promoção da leitura. Sua análise detalhada orienta quanto ao fortalecimento e articulação de ações de formação de leitores e também suscita questões que exigem o exame cuidadoso dos dados primários, de

População que estuda e trabalha*

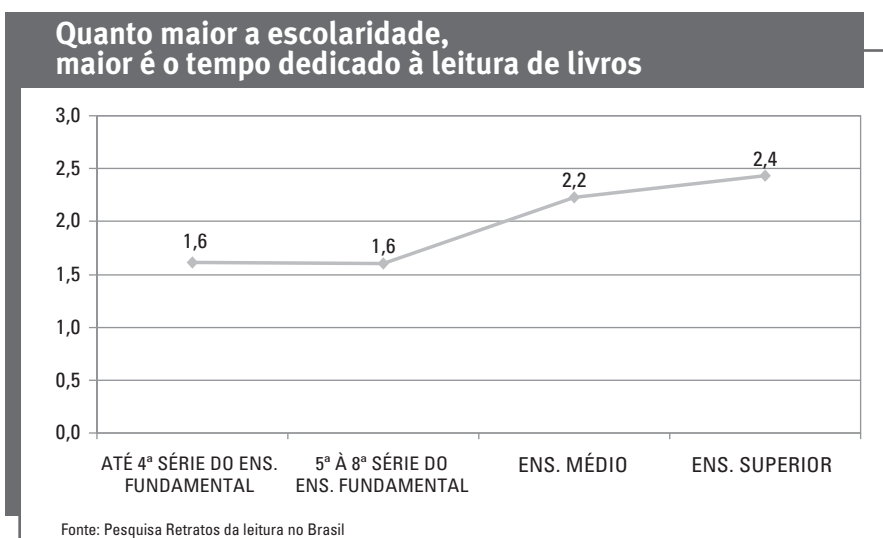


Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil

* População que não estuda, para efeito dessa análise, é constituída pelos que, no momento da entrevista, não estavam matriculados no ensino regular (podendo, no entanto, já ter concluído sua instrução escolar)

modo a orientar ações que possam ampliar e fortalecer a prática da leitura no País, dentro e fora da escola.

A pesquisa evidencia que é a escola quem faz o Brasil ler. O Brasil está estudando e é a partir da escola que os brasileiros entram em contato com o processo da leitura e, por meio dela, acessam os livros, independentemente de sua classe social. A escola pública forma a maioria da população – 85% dos entrevistados. É lá que a maioria das crianças e jovens têm acesso ao livro, é pela escola que se lê, não apenas para atender às tarefas escolares, mas também por prazer. Depois da mãe, a professora é a principal incentivadora da leitura, confirmando o papel central da escola, mas ressaltando a importância e possível correlação entre as políticas de alfabetização de adultos e a promoção da educação das crianças e dos adolescentes. A pesquisa confirma que as políticas públicas de acesso ao livro e de promoção da leitura têm importância fundamental para reduzir as desigualdades regionais e de classe. É na escola que se lê mais, os mais jovens leem mais e é na infância que se forma o leitor. Entretanto, depois da escola, o brasileiro lê menos. A escola não está formando o leitor, mas dando acesso à leitura. A prática da leitura continua sendo um privilégio de classe.



As constatações da pesquisa sobre a função central da escola para o acesso ao livro e na promoção da leitura não são novidades. É exatamente isso que se espera da escola e as vozes mais lúcidas do País apontam, há mais de 70 anos, essa missão. Que a escola pública esteja hoje incorporando seu papel como o principal equipamento civilizatório do País é uma notícia que deve entusiasmar todos os educadores. A pesquisa mostra o que a escola é e, mais ainda, o que pode vir a ser, pela à centralidade que ela ocupa na formação das gerações de leitores. Os resultados, portanto, recomendam que se examinem tanto as políticas direcionadas para a escola, principalmente, quanto as dirigidas ao não-leitor (aquele que, segundo a pesquisa, declarou não ter lido nenhum livro nos últimos três meses, ainda que tenha lido ocasionalmente ou em outros meses do ano), a fim de relacionar o impacto dessas políticas com os resultados registrados na pesquisa.

Os instrumentos que podem fortalecer as políticas de leitura do País estão presentes no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em abril de 2007. O PDE traz uma visão sistêmica da educação, articulando níveis e modalidades, considera a educação em seu contexto territorial e a tem como fator de desenvolvimento, apontando a necessidade de garantir o direito de aprender de nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos. Por meio de instrumentos de avaliação e critérios de priorização, as políticas públicas, a partir das diretrizes do PDE, têm-se direcionado para apoiar os sistemas educativos mais fragilizados, fortalecer a responsabilidade pública pelos processos e resultados educacionais, e estimular a mobilização e participação social pela melhoria da educação.

Ao mesmo tempo, o Plano de Desenvolvimento da Educação utiliza o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), indicador que registra a combinação dos resultados de aprendizagem, obtidos na Prova Brasil (avaliações de português e matemática, universais, nas 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental das escolas públicas urbanas), com os resultados do fluxo escolar – taxas de evasão e de repetência nas escolas. Cada escola tem acesso aos seus resultados, o que possibilita identificar os problemas e enfrentá-los em

suas especificidades. Cada problema identificado é abordado sistemicamente, ou seja, as ações apoiadas pelo Ministério da Educação incluem propostas para a gestão escolar, a formação do professor, a qualidade e disponibilidade de materiais didático-pedagógicos e infra-estrutura adequada, tudo direcionado para impactar os indicadores deficitários.

A introdução, em 2008, da Provinha Brasil, utilizada pelo professor em sua sala de aula com os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, quando as crianças estão em pleno processo de alfabetização, permite que cada escola avalie os resultados alcançados individualmente pelas crianças e pelas turmas, orientando decisões cotidianas da sala de aula, induzindo o redimensionamento na prática pedagógica do professor, quando necessário. O objetivo é garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade e, para isso, cabe à escola dispor de instrumentos de acompanhamento individual dos processos de aprendizagem, pois quem não sabe ler, mal escreve, mal fala e dificilmente consegue aprender a matemática.

Essas ações do PDE exemplificam claramente como as políticas do Ministério da Educação estão dirigidas para enfrentar as razões fundamentais que afastam parte da população da atividade da leitura. Se os resultados apontam a responsabilidade da escola na formação de leitores, paralelamente, pode-se afirmar que é a escola a responsável pela formação de não-leitores. Ao colocar no centro de suas preocupações o direito de aprender, o PDE atribui à escola o primeiro desafio do brasileiro: tornar-se leitor, aprender a ler com fluência, de modo a fazer da leitura um prazer e um momento de encantamento. Ao trabalhar a leitura como prática social para além de uma ação de escolarização, a leitura não se restringe ao espaço escolar e a escola desenvolve o *habitus* da leitura como prática social, e, conseqüentemente, forma leitores. Todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal, além de mais de 5.500 municípios, elaboraram planos de ações e aderiram ao PDE, o que amplia sua possibilidade de garantir políticas educacionais que efetivamente garantam o direito de aprender a todos e a cada um, perpassando pela melhoria da leitura em seus sistemas educacionais.

O Ministério da Educação, em parceria com o Unicef, vem desenvolvendo pesquisas nas redes de escolas municipais e estaduais para identificar escolas que vêm alcançando bons resultados na Prova Brasil e no Ideb. O registro dessas boas práticas tem demonstrado que um ponto em comum entre essas redes e escolas é a manutenção de programas de leitura, dirigidos para a conquista da fluência e do prazer de ler. A leitura prazerosa é, de fato, um dos mais importantes caminhos para o desenvolvimento de outras habilidades intelectuais, com forte impacto em todo o aprendizado. É por ela que o aluno tem acesso às diferentes áreas do conhecimento.

Outra ação do PDE que atuará favorecendo o desenvolvimento da leitura nas redes escolares é o Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Articulando as universidades com os municípios, a rede está permitindo ampla política de formação de professores, tanto inicial como continuada, por meio da utilização das novas tecnologias de comunicação, como a Internet. Segundo a *Retratos da leitura no Brasil*, a Internet tem influenciado positivamente a prática da leitura, tanto pelo destaque ao tempo dedicado às atividades de leitura como pela democratização do acesso aos livros de literatura brasileira e outros, com o expressivo número de 7 milhões de cópias baixadas a partir das 72 mil obras disponíveis no portal Domínio Público (www.dominiopublico.gov.br), do Ministério da Educação. A meta da UAB é fazer com que cada professor da rede pública esteja efetivamente vinculado a um pólo da UAB, garantindo a permanente integração dos docentes a um projeto nacional de qualidade da educação básica, com acesso às novas tecnologias e à comunidade virtual de professores que se articulam para desenvolver no portal metodologias para a melhoria do ensino.

A distribuição de laboratórios de informática para todas as escolas públicas e a conexão por meio da banda larga à rede internacional de computadores é outra ação do PDE que atende à necessidade de manter a escola como centro de produção e acesso às diversas formas de conhecimento.

Desse modo, as ações estruturantes do PDE – Ideb, Provinha Brasil, Rede UAB, entre outras – têm atuado conjuntamente com as

políticas de leitura de longo prazo. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se amplia, a cada ano, abrangendo atualmente também o Ensino Médio e o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, por meio do Programa Nacional do Livro de Alfabetização (PNLA). Do mesmo modo, o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE) tem distribuído acervos para todas as escolas públicas, contemplando obras que interessam tanto à educação infantil como aos níveis Fundamental e Médio.

O papel da escola na formação de leitores deve ir além do domínio da leitura e do acesso ao livro. Os vários suportes e os diferentes códigos e mídias devem ser tratados no ambiente escolar, na perspectiva de democratização do acesso aos diversos bens culturais e sociais disponíveis na sociedade contemporânea. A política deve focalizar na formação do comportamento leitor, facilitado pela viabilização de livros cada vez mais acessíveis para todos os brasileiros, e práticas pedagógicas que promovam a produção e a leitura, a exemplo das oficinas de professores e alunos para a produção de textos, fomentadas pela Olimpíada de Língua Portuguesa.

A Olimpíada de Língua Portuguesa mobilizou mais de 6 milhões de estudantes das escolas públicas de Educação Básica que, por meio de trabalho em oficinas com os professores e alunos, orienta para a produção de textos. Ler e escrever, desenvolver a imaginação e a capacidade de situar-se no lugar do outro são conquistas que o acesso à literatura, como arte e prazer, permitem aos nossos estudantes. Portanto, não se trata apenas de garantir a leitura do livro didático como instrumento de aprendizagem, mas de acessar a um novo registro do texto, o registro poético. Note-se, inclusive, que a poesia aparece na pesquisa como um dos gêneros prediletos dos leitores mais jovens.

Vale destacar também na pesquisa dois aspectos correlacionados: por um lado, a importância da mãe como influente formadora de comportamento leitor. Por outro, os índices de escolaridade das populações adultas no Brasil apontam que boa parte delas não tem o Ensino Fundamental completo. A questão da educação de jovens e adultos, portanto, não pode ser relegada a um plano secundário, como se fosse um favor a ser

feito a quem não teve acesso ao Ensino Fundamental. Trata-se, como consagra a Constituição Federal, de um dever do Estado e de um direito subjetivo de todos os cidadãos e cidadãs. Mas, além de ser um direito, mais uma vez se constata que famílias leitoras e escolarizadas contribuem decididamente para a melhoria da qualidade da educação das novas gerações. Se o País quer, de fato, emancipar-se do ponto de vista educacional, será necessário educar integralmente uma geração, pois, como tem lembrado o ministro da Educação, Fernando Haddad, entre os brasileiros o maior orgulho é ter dado educação a seus filhos, e ninguém aceitaria que seus filhos viessem a ter escolaridade inferior àquela que alcançou. Portanto, o investimento que o PDE vem fazendo em articular e organizar as ações do ministério em torno do direito de aprender, incluindo o direito à educação de jovens e adultos, acena para uma transformação profunda que o País precisa viver na valorização social da educação. Educar também os mais velhos é uma forma de contribuir para a educação das novas gerações.

Esse amplo conjunto de ações e a lógica estruturante que orienta o PDE, no entanto, não serão suficientes para tornar o Brasil um país de leitores, como desejamos, se não houver a necessária articulação de outras políticas públicas que ampliem o acesso da população ao livro, promovam o valor da leitura, formem mediadores de leitura, na escola e fora dela, e tornem o livro um produto mais acessível aos níveis de renda da população.

Tempo dedicado por leitores à leitura de livros na semana (Por escolaridade)

	Até 4ª Série E. Fund.	5ª à 8ª Série E. Fund.	Ensino Médio	Ensino Superior
Menos de 1 hora	35%	35%	28%	20%
1 hora	32%	32%	30%	30%
2 horas	15%	14%	19%	20%
3 horas	6%	6%	8%	8%
De 4 a 10 horas	7%	10%	12%	20%
Mais de 10 horas	1%	1%	3%	2%
Não informou	3%	2%	1%	2%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil

A iniciativa do MEC e do Ministério da Cultura (MinC), em parceria com os editores, autores e organismos internacionais, como a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), instituiu o Plano Nacional do Livro e da Leitura. O PNLL registra e articula ações em favor da promoção de livro e da leitura e tem conquistado um importante espaço na mobilização de diferentes setores para a causa do livro e da leitura. O Prêmio Vivaleitura, organizado pela parceria MEC, MinC e OEI, tem

Concentração de leitores por idade, classe e situação escolar (em %)

Idade	Classe A	Estudam	Não estudam	Classe B	Estudam	Não estudam	Classe C	Estudam	Não estudam
5 a 10	(10%)	28%	4%	(9%)	19%	2%	(17%)	33%	3%
11 a 13	(5%)	14%	2%	(7%)	15%	1%	(10%)	19%	2%
14 a 17	(9%)	28%	2%	(13%)	29%	1%	(13%)	24%	3%
18 a 24	(8%)	10%	8%	(14%)	19%	11%	(15%)	12%	18%
25 a 29	(5%)	5%	6%	(8%)	5%	10%	(9%)	4%	12%
30 a 39	(14%)	5%	17%	(14%)	6%	20%	(14%)	5%	23%
40 a 49	(14%)	5%	17%	(18%)	4%	28%	(11%)	2%	19%
50 a 59	(25%)	5%	32%	(10%)	2%	15%	(7%)	0%	13%
60 a 69	(4%)	0%	6%	(5%)	0%	9%	(3%)	0%	5%
70 e mais	(6%)	0%	8%	(1%)	0%	2%	(1%)	0%	3%
Total	(100%)	100%	100%	(100%)	100%	100%	(100%)	100%	100%

Idade	Classe D	Estudam	Não estudam	Classe E	Estudam	Não estudam
5 a 10	(18%)	34%	3%	(22%)	47%	0%
11 a 13	(13%)	24%	2%	(9%)	16%	2%
14 a 17	(13%)	23%	4%	(15%)	23%	8%
18 a 24	(14%)	10%	17%	(13%)	10%	16%
25 a 29	(7%)	2%	12%	(10%)	2%	16%
30 a 39	(13%)	3%	24%	(14%)	2%	25%
40 a 49	(10%)	2%	17%	(10%)	0%	18%
50 a 59	(6%)	1%	12%	(7%)	0%	12%
60 a 69	(2%)	0%	4%	(1%)	0%	2%
70 e mais	(3%)	0%	5%	(0%)	0%	0%
Total	(100%)	100%	100%	(100%)	100%	100%

Nas classes A, B e C há uma concentração de leitores tanto entre crianças, adolescentes e jovens que estudam como entre adultos que não estudam mais.

Nas classes D e E, os leitores se concentram mais na população estudantil (5 a 17 anos). Entre os que não estão mais na escola a concentração é menor, proporcionalmente.

A penetração elevada entre a população leitora das classes D e E deve-se, provavelmente, aos programas governamentais de distribuição de livros e, particularmente, ao PNLEM, iniciado em 2006.

contribuído para fortalecer e difundir milhares de iniciativas dirigidas para a valorização da leitura. O melhor conhecimento dessas experiências permitirá que as políticas públicas fomentem a articulação local de ações, trazendo tecnologias de promoção da leitura para mais perto da escola, ao mesmo tempo em que favorece a abertura da escola para o acesso da população ao livro.

No que diz respeito ao acesso ao livro, destaca-se, na pesquisa, a importância de investir nas bibliotecas públicas, fortalecendo a rede nacional de bibliotecas, e cobrar do setor produtivo o impacto prometido a partir da desoneração da cadeia produtiva. A redução dos impostos que incidiam sobre o setor, até o momento, não alcançaram o consumidor. Argumentos recorrentes de que a baixa tiragem é responsável pelo elevado preço unitário soam como petição de

Concentração de leitores por idade, classe e situação escolar (em números absolutos)

Idade	Classe A	Estudam	Não estudam	Classe B	Estudam	Não estudam	Classe C	Estudam	Não estudam
5 a 10	(10%)	199.540	66.513	(9%)	1.261.515	199.540	(17%)	6.375.207	598.619
11 a 13	(5%)	96.416	32.139	(7%)	1.001.891	130.791	(10%)	3.661.861	485.435
14 a 17	(9%)	198.239	32.139	(13%)	1.925.023	65.179	(13%)	4.684.467	585.707
18 a 24	(8%)	72.623	141.975	(14%)	1.228.593	992.561	(15%)	2.338.424	3.854.536
25 a 29	(5%)	33.040	105.663	(8%)	359.845	932.808	(9%)	837.177	2.651.869
30 a 39	(14%)	36.312	323.534	(14%)	388.712	1.836.851	(14%)	1.033.398	4.857.521
40 a 49	(14%)	36.312	322.632	(18%)	243.465	2.481.214	(11%)	476.431	4.098.020
50 a 59	(25%)	36.312	609.854	(10%)	141.975	1.354.093	(7%)	69.352	2.691.4
60 a 69	(4%)	0	108.935	(5%)	0	785.590	(3%)	69.568	1.034.864
70 e mais	(6%)	0	145.247	(1%)	0	202.161	(1%)	0	603.781
Total	(100%)	708.794	1.888.631	(100%)	6.551.019	8.980.788	(100%)	19.545.885	21.461.786

Idade	Classe D	Estudam	Não estudam	Classe E	Estudam	Não estudam
5 a 10	(18%)	5.617.012	465.592	(22%)	664.014	0
11 a 13	(13%)	3.946.917	326.977	(9%)	228.325	32.139
14 a 17	(13%)	3.760.719	618.963	(15%)	322.289	128.555
18 a 24	(14%)	1.668.690	2.987.990	(13%)	135.431	262.950
25 a 29	(7%)	403.123	2.041.865	(10%)	33.040	262.483
30 a 39	(13%)	443.824	4.067.170	(14%)	394.859	394.859
40 a 49	(10%)	305.589	2.990.939	(10%)	0	293.503
50 a 59	(6%)	130.791	2.010.889	(7%)	0	197.304
60 a 69	(2%)	32.139	763.134	(1%)	0	33.257
70 e mais	(3%)	33.257	826.944	(0%)	0	0
Total	(100%)	16.342.061	17.100.463	(100%)	1.415.238	1.605.0

princípios, visto que o inverso poderia perfeitamente ser verdadeiro: livros mais acessíveis teriam maior número de compradores. A única vantagem desse debate é que na questão do livro e da leitura há convergência de interesses de diferentes atores. Interessa a todos: governos, editores, autores, livreiros e a muitos mais que o Brasil se torne um país de leitores. Há, portanto, amplo espaço para a construção de acordos, distribuição de responsabilidades e projeção de resultados à altura dos nossos desafios.

Os resultados da pesquisa *Retratos da leitura* merecem um estudo cuidadoso, a partir do exame dos dados, considerando um conjunto de variáveis e suas correlações, como o território, as populações escolarizadas e não-escolarizadas, as práticas escolares onde os resultados são mais positivos e o cruzamento dessas informações com os resultados da Prova Brasil e do Ideb.

Muito há que ser feito, mas as boas notícias são que a escola tem seu lugar reconhecido como centro de formação de leitores, que o professor é figura central na formação de leitores e que as políticas atuais de distribuição de livros didáticos e literários, de obras de referência e de periódicos nas escolas cumprem um papel fundamental de garantir acesso ao livro e à leitura.

Já se sabe, portanto, que esse conjunto de ações tem impacto positivo na transformação que o País necessita. Resta, como consequência, fortalecê-las para que cada vez mais a escola pública seja reconhecida como o mais importante local para a formação dos cidadãos livres, autônomos, críticos e criativos, como é a expectativa da população brasileira com a educação pública.

JEANETE BEAUCHAMP é mestre em Educação; foi secretária municipal de Educação em Mauá e Embu (SP). É autora de livros didáticos de Língua Portuguesa e diretora de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e Tecnologias para a Educação Básica do MEC, onde coordena programas nacionais do livro didático para Educação Básica e Biblioteca Escolar.

ANDRÉ LÁZARO é formado em Letras e mestre e doutor pela Escola de Comunicação da UFRJ. É professor da UERJ, onde foi sub-reitor de Extensão e Cultura. É secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

Leitura cultural, crítica ou utilitária

Precursores do Renascimento, os chamados *goliardos* (filhos ou seguidores de Golias), eram estudantes que, muitas vezes, se deslocavam do interior dos países europeus para estudar nas universidades das capitais. Em sua época – séculos 12 e 13 – as universidades eram clérigas e não era incomum que esses leigos interioranos tivessem dificuldade em se adaptar à vida religiosa. Para ser culto, era preciso ter fé. E isso não é para qualquer um. Por essa razão, muitos estudantes abandonavam a sala de aula ou ficavam nela, mas mantendo uma perspectiva crítica em relação à escola e à igreja. Não perdiam a laicidade, porém ganhavam o conhecimento. Sem profissão, alguns iam parar nas ruas, onde viraram poetas boêmios – um deles era o famoso poeta francês François Villon.

Conforme Adolfo Bartoli em *Precursores do Renascimento*, foi nas ruas das grandes cidades européias que ficou borbulhando um tipo de relação com a cultura (e a leitura) que não era clériga nem leiga, mas uma mistura, um caldo. Ela vinha da escola, entretanto, não se estancava dentro dos seus muros. Transbordava até à rua e inundava as calçadas do mundo real, o mundo barulhento dos negócios úteis e inúteis, com uma perspectiva do conhecimento para além do funcional.

Assim, se por um lado, caminhando entre a multidão de analfabetos da Idade Média, os *goliardos* eram detentores de conhecimento, por outro, não se relacionavam com ele de maneira clerical. Seu otimismo (sua voluptuosidade, seu desejo) em relação a ler, a desvendar, a conhecer por conhecer – por simples vontade – dava àquelas cidades da Europa ainda medieval um “caldo de cultura” humanista que foi fundamental para que alguns valores importantes florescessem e dessem seus frutos durante o Renascimento. O principal deles foi, sem dúvida, o leitor cultural.

Nem no Brasil nem na maioria dos países pobres em que a escola pouco se desenvolveu, percebe-se algo semelhante, não obviamente aos *goliardos*, mas à perspectiva que eles mantinham sobre a cultura e a leitura. Nesses locais, com raras exceções, a única leitura que se faz, até hoje, é a *clériga*, a escolada, restrita ao interior dos muros da escola e da universidade, utilitária e pragmática, sem força para ultrapassar o funcional.

Como sabemos (e a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* não deixa dúvidas sobre isso), em geral, lê-se, no Brasil, por obrigação. Não só porque a escola mandou, mas também por uma espécie de obrigação social, responde-se às incitações dos departamentos de *marketing* das grandes empresas, cujas listas dos mais vendidos nas páginas dos jornais orientam o desejo de consumo dos leitores bibliotecários (aqueles que compram o livro por reflexo às incitações, para os terem como objetos, sem necessariamente o lerem). No entanto, quando leem, como leem? Por que leem? Leem de uma maneira utilitária e leem porque *todo mundo* está lendo, ou seja, não porque tenham uma relação autônoma, própria, uma cultura da leitura, mas, sim, de maneira heterônoma, seguindo *as leis do outro*. Na verdade, por outra espécie de obrigação: todo mundo leu e eu também tenho de ler. A história desse tipo de leitura (funcional e utilitária) é longa e suas causas, diversas. Neste artigo, gostaria de apontar algumas das que considero essenciais e que, a meu ver, podem ser vistas com muita facilidade na *Retratos da leitura*.

Uma história da leitura no Brasil

Em primeiro lugar, seria útil uma rápida olhada na história da leitura no Brasil, a partir de alguns autores que abordaram esse tema, tanto do ponto de vista cultural quanto educacional. Autores como Sérgio Paulo Rouanet¹ e Renato Ortiz², entre outros, apontam problemas em termos educacionais e de valor simbólico na prática leitora em nosso país. É fato que a relação do brasileiro com ela é recente e herdeira de uma história bastante problemática. Por exemplo: enquanto na França de 1890 cerca de 90% dos habitantes eram alfabetizados, e na Inglaterra de 1900 este número chegava a 97%, em Portugal havia apenas de 20% a 30% de alfabetização no mesmo período, ou seja, pouco menos de cem anos³. Conforme Ortiz, o Brasil da última década do século 19 tinha um índice de analfabetismo de 84%!

Conclui-se de dados como esses que os povos europeus que colonizaram o Brasil – em sua maioria, portugueses e habitantes do sul daquele continente (na mesma época, a Espanha e a Itália tinham cerca de 50% de analfabetos) – provêm de culturas em que a prática da leitura se desenvolveu com mais lentidão do que na Europa Central e do Norte. Também esses são países com menos leitores culturais, afinal esses decorrem diretamente do transbordamento de uma educação que, nos países do sul da Europa, desenvolveu-se de forma diferente do que no Norte. Soma-se a esse fato o de que, no Brasil, o processo de formação do País ocorre, principalmente, com base nas culturas desses europeus pouco alfabetizados e de dois povos de cultura oral: os indígenas, originários, e os africanos, trazidos pela escravidão.

A intensa miscigenação, que dá ao Brasil traços de país mestiço, proporciona uma rica cultura que se expressa em cores, sons e movimentos, como poucas no mundo. Afloram no Brasil, profusamente, ritmos, pinturas, danças, artesanatos resultantes da mistura entre o local e o vindo da África, da Europa e da Ásia.

1. ROUANET, Sérgio Paulo (2000). “A cultura do fim de tudo: do fim da cultura ao fim do livro”, em *Revista Tempo Brasileiro*, jul-set. – n° 142. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

2. ORTIZ, Renato (1994). *A Moderna Tradição Brasileira – Cultura Brasileira e Indústria Cultural* – 5ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense.

3. MATA, M. J. G. (2001). “Ciência, tecnologia y valores en el siglo XIX”, in LAFUENTE GUANTES, M.I. (2001). *Los Valores en la Ciencia y la Cultura*, Universidad de León (Unileón), León.

No Brasil, país de cultura de fronteira (de encruzilhada), eles encontraram ambiente típico para uma assimilação transformadora, em que o local é tão interessante quanto o estrangeiro. Daí a metáfora antropofágica, exemplo de interesse vivo à diferença e de cultivo do local em diálogo com o mundial, e que resultou em nossos antropófagos modernistas educados na (ou pela) Europa, cuja cultura, como a dos *goliardos*, respingou pelas ruas brasileiras.

O fato é que, apesar da rica cultura oral, corporal e visual dos brasileiros, convive-se no País também com o resultado da herança de analfabetismo e da manutenção da exclusão da maioria da população à educação, ao letramento e ao cultivo do pensamento humanístico e científico, já que a dimensão escrita da palavra foi pouco acessada ou cultivada, em escala social, por vários motivos. A fraca e rara ilustração que chegou ao País restringiu-se quase exclusivamente às elites carioca, paulistana, pernambucana e baiana, entre alguns outros focos pontuais. Apesar de intensa nesses locais, o restante do Brasil amargou um distanciamento das letras e das humanidades até, praticamente, o século 20. Com escolas e universidades insuficientes, também a leitura cultural teve poucos ambientes para se desenvolver em nosso território.

Mas não são só essas as dificuldades. Contrastando com os já mais de 700 anos de espírito *goliardo* na Europa, no Brasil só há 200 anos deixou de ser proibido imprimir-se livros. A impressão só chegou ao País em 1808, com a imprensa real, porém direcionada para a fabricação de documentos e livros oficiais. São apenas 200 anos! E por essa razão, com bem poucas exceções, a difusão do livro no País inicia-se apenas no século 20, e é acessada quase exclusivamente por uma camada muito pequena da população. Os demais brasileiros amargavam o empobrecimento, resultado de um dos mais longos períodos de escravidão do mundo ocidental. Assim, com o início do século 20 e o desenvolvimento de grandes centros urbanos, há uma disjunção importante entre uma pequena elite letrada nos poucos colégios de educação de corte europeu e uma imensa massa sem acesso ao

conhecimento formal, como deixam claros muitos educadores, entre os quais David Plank⁴. Com pouca educação, a cultura da leitura não encontra ambiente para florescer.

Além disso, para Plank, a história da educação no Brasil é de exclusão, de uma elite que se beneficia do que de melhor há em termos de ensino e de uma crescente mercantilização do saber. Ilustração para uns, ignorância para outros. Segundo ele, desde o seu início, ainda no século 19, as políticas educacionais brasileiras, excetuando breves períodos, ainda no começo do século 20, nunca tiveram como fim o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual. Pelo contrário, salientaram as diferenças, promoveram a nítida separação entre uma educação de elite e outra para os pobres.

O mesmo acontece com os livros e a leitura. Afinal, como mostra a *Retratos da leitura no Brasil*, se a escola é o local mais importante para a formação de leitores no País, onde ela é eficiente dá frutos e há cultura da leitura. Ali, os livros fazem parte do cotidiano e integram as práticas culturais, para além dos muros da escola. Onde ela não é eficiente, só há leitura funcional, ou seja, aquela com respeito a fins, utilitária e pragmática. Leitura heterônoma, seguindo leis alheias ao interesse do leitor cultural.

Voltando à história da educação no País, depois do início do desenvolvimento da escola, nos meados do século 20, as políticas educacionais (ainda conforme Plank) são duramente impactadas pela ditadura militar. Com a reforma Mec-Usaid, que extirpou do currículo horas e horas de disciplinas *humanas* (filosofia, sociologia, francês, latim, etc.)⁵ e colocou em seu lugar as técnicas, com respeito a fins, a *educação* virou *ensino*, adestramento para a formação de mão-de-obra para aquecer o desenvolvimentismo capitalista brasileiro.

Desde então – já que a escola teve sua dimensão crítica e cultural decepada –, a cultura da leitura praticamente só vem se desenvolvendo com muito espontaneísmo, ao acaso, dependendo de

4 PLANK, D. (2001). *Política Educacional no Brasil: Caminhos para Salvação Pública*. Porto Alegre: Editora Artmed.

5 Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) deu um passo importante em termos da formação de uma sociedade leitora, com a retomada da obrigatoriedade, a partir de 2007, da Filosofia e da Sociologia no ensino médio.

imensos esforços individuais, sem força para que o Brasil venha a ter uma massa de leitores críticos. O espírito laico dos leitores culturais vem sendo deformado por uma educação utilitarista que, se por um lado, nas décadas anteriores, se desenvolvia em um pequeno público – na comparação com a totalidade da população brasileira –, depois do golpe que levou passou a ser substituído pelo espírito pragmático e instrumental de um leitor formado para ser cada vez mais utilitário, apto a aprender os rudimentos das profissões que a periferia do capitalismo necessita.

Além disso, diferentemente do que aconteceu em países vizinhos, tais como a Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia (todos eles com índices de leitura superiores aos nossos), a universidade só chegou ao Brasil no final dos anos 1930, porém, com poucas vagas disponíveis, e a expansão do mercado livreiro ocorreu na esteira da abertura de escolas básicas no País só a partir dessas décadas.⁶

Leitura e cultura de massas

Assim, o Brasil chega ao século 21, época de grande difusão do audiovisual, ainda com um enorme *déficit* em temas de prática leitora. Como ressalta Nelson Werneck Sodré em *Síntese de História da Cultura Brasileira*, atropelados pela cultura de massa, ainda desde a metade do século 20, a relação dos brasileiros com o audiovisual é, na verdade, anterior à sua relação com o livro e a leitura. No Brasil, há, conforme Werneck Sodré, uma antecedência do rádio e do cinema na comparação com o livro. Assim, o brasileiro passou, sem mediação, da oralidade para a cultura audiovisual, ou seja: tem acesso a uma tecnologia mais avançada de gravação antes de sua precedente e sem a qual, poderíamos dizer, está mais apto a *ver* as imagens do que propriamente *lê-las*.

6 A indústria editorial brasileira, conforme Felipe Lindoso, em *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura - política para o livro*, chegou ao final do século 20 como a maior da América Latina e a oitava em volume de produção de todo o planeta, num espaço de tempo muito pequeno. Citando Laurence Hallewell, em *O Livro no Brasil* (sua história) TAQ Edusp (1985), afirma que o Brasil conta, no campo editorial, com uma série de extremos e superlativos, afinal, poucos países levaram tanto tempo para desenvolver uma indústria editorial nacional e a desenvolveu tanto nos últimos anos. Nenhum, no chamado Terceiro Mundo, tem uma indústria editorial tão desenvolvida.

A escrita-leitura, essa importante tecnologia de gravação e degravação da memória externa humana, não foi bem assimilada nem desenvolvida no Brasil, a não ser por uma pequena parte da população, que teve acesso a ela na escola e – muito tardiamente – na universidade. Com acesso a esse conhecimento, a elite econômica se transformou, também, na elite cultural do Brasil (no entanto, possuidora de uma cultura ornamental, ostentatória, em sua maioria, na opinião de Ortiz), relegando, também, a segundo e terceiro planos, a arte e a cultura dos detentores das formas mais espontâneas de expressão.

Assim, reduz-se em muito, no Brasil, o público leitor, consumidor de livros, impactando fortemente não apenas quantitativamente (em termos de tiragens e números de títulos) como qualitativamente, já que a falta de uma esfera crítica desenvolvida incide no tipo de livro consumido, mais direcionado, conforme Ortiz, às regras do mercado do que a certa autonomia criadora.

Retrato da leitura no Brasil

É com essa moldura histórica que queremos olhar, a partir de agora, o semblante do leitor brasileiro na *Retratos da leitura no Brasil*. E o que a pesquisa diz? Ela não mostra só que há mais leitores em nosso país à medida que cresce a escolaridade dos brasileiros. Sim, cresceu o índice de leitura, mas que leitura? Embora haja aumento nesse índice (um fato a se comemorar), a pesquisa mostra, no entanto, que a leitura cultural ainda é muito pequena, seja em que nível de escolaridade for. Dos 4,7 livros lidos *per capita*/ano no Brasil, o índice de livros indicados pela escola chega a 3,4. Ou seja, apenas 1,3 livro lido pelos brasileiros não tem origem na indicação que a escola faça, seja ele didático ou não.

A pesquisa mostra que a chance de que esses leitores sejam leitores culturais – que tenham prática cultural da leitura – é, ainda assim, muito pequena, pois a escola e a universidade, dirigida para formar mão de obra, não acessam a eles a cultura da leitura, nem literatura contemporânea, seja ela brasileira ou universal. Basta uma rápida olhada na lista dos livros e dos autores que os leitores disseram estar lendo para percebermos:

1. *Uma clericalização do leitor* (a Bíblia é, disparadamente, o livro mais lido no Brasil, mas na lista estão a biografia de *Edir Macedo* e *Violetas na Janela*, além de outros de cunho religioso).

2. *Uma infantilização do leitor brasileiro* (para o bem e para o mal – *Cinderela*, *Branca de Neve*, *Sítio do Pica-pau Amarelo*, *Os Três Porquinhos*, *O Menino Maluquinho*, *Peter Pan*, *A Pequena Sereia*, *O Pequeno Príncipe*, entre outros, revelando que, se incluídos os leitores com 5 anos ou mais, eles tomam um peso muito grande no universo de leitores brasileiros. Da lista de 30 livros que estavam sendo lidos, 13 eram infantis).

3. *Em termos de literatura só aparece o que a escola recomenda* (*Dom Casmurro*, *A Moreninha*, *Senhora*, *Iracema*, *O Cortiço*).

4. O leitor brasileiro responde muito prontamente às incitações da indústria editorial (*Quem mexeu no meu Queijo*, *O Alquimista*, *O Caçador de Pipas*, *O Monge e o Executivo*).

5. *O conhecimento de literatura estrangeira é pífio*. Não vai além dos *best-sellers*, os *livros-eventos* tais como o da última lista, além de *O Código Da Vinci* e *Harry Potter*. Os autores listados seguem o mesmo tom. Jamais é lembrado qualquer autor estrangeiro de indiscutível qualidade, um Kafka, um Dostoiévski, um Borges. Quanto aos escritores mais admirados pelos brasileiros, figuram na lista Jorge Amado, Monteiro Lobato, Ariano Suassuna, Érico Veríssimo e outros com *links* evidentes entre a veiculação de suas obras em adaptações de sucesso na televisão. As exceções como Machado de Assis, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz não são suficientes para formarem um pólo razoável de equilíbrio da leitura cultural dentro desse universo. Certamente que esses nomes foram citados mais pelo fato de serem famosos do que por serem lidos, propriamente, já que seus livros pouco figuram na lista dos mais conhecidos.

Outra questão importante: o número de citações à Bíblia é dez vezes maior que o segundo colocado: *O Sítio do Pica-pau Amarelo*, que, na verdade, não é um livro. Abaixo da Bíblia, até o sexto lugar todos são literatura infantil. O sétimo é *Dom Casmurro*, mostrando, mais uma vez, a força da escola, mas logo reaparece uma extensa

lista de infantis e *best-sellers*. Também aí nenhum clássico universal surge, demonstrando o quanto o leitor brasileiro não só não está lendo (como na lista anterior) como também *desconhece* as demais literaturas.

Outros retratos do leitor brasileiro

Não só a *Retratos da leitura no Brasil*, mas também diversas pesquisas e avaliações educacionais apontam para a precária formação de um público leitor no Brasil. Os baixos desempenhos dos alunos, revelados tanto pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) quanto pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), mostram uma dramática realidade em termos de prática leitora no Brasil. E, do ponto de vista cultural, pior ainda do que do educacional.

Outra pesquisa importante para conhecermos um pouco mais da leitura fora da escola no Brasil é a *A Escola Pública na Opinião dos Pais*, realizada no início de 2005, pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ela mostra que a grande maioria dos pais ou responsáveis pelos estudantes brasileiros das escolas públicas de Ensino Fundamental raramente lê livros ou jornais. No entanto, esses pais afirmaram assistir à televisão todos os dias (84%). Um total de 74,7% desses pais lê raramente ou nunca jornais de circulação diária; 74% nunca ou raramente leem livros e 72% não leem ou raramente leem revistas⁷. Praticamente são esses os números que também aparecem na *Retratos da leitura no Brasil*. Saeb, Pisa, *Retratos da leitura no Brasil* e *A Escola Pública na Opinião dos Pais* mostram o tamanho do desafio de transformar o Brasil em sociedade leitora.

O fato é que o Brasil herda uma falta de relação cultural com o livro e ingressa no século 21 no pleno convívio com outras tecnologias de gravação e reprodução, em especial a televisão. Com isso, é preciso pensar uma via de superação do problema que não abandone essas características do País, o que poderia levar-nos a um transplante de um modelo europeu que em nada teria a ver com a história brasileira. É preciso, assim, pensar a leitura em um diálogo com todas as

⁷ A pesquisa foi publicada em: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news05_07.htm

características que elencamos anteriormente, ou seja: sua oralidade e espontaneidade e sua relação com os meios de comunicação de massa anteriores à relação com o livro. O desafio de propor vias de superação para o problema da pouca cultura da leitura no Brasil precisa, então, dialogar com essas características da população brasileira.

Nesse sentido, o filósofo Renato Janine Ribeiro, diretor de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),⁸ considera que a maneira de difundir adequadamente esse hábito cultural, no Brasil, não é defendendo a *tradição* da leitura, mas, sim, deixando claro que o sujeito contemporâneo só consegue ser interativo com a mídia, sendo, ele mesmo, *multi-meios*. E, para ser multimeios, um dos meios que ele precisa ter é o da leitura.

No mundo atual, não apenas a prática leitora deve passar pelo uso das novas tecnologias como o usuário das novas tecnologias deve ter desenvolvido, pela escola, pela família e pela sociedade leitora, a prática da leitura. É preciso mostrar os ganhos que significam acessar mais que uma só dimensão da palavra, a da oralidade. Conforme Hercílio Quevedo, trata-se de uma dimensão limitadora⁹ da apreensão da complexidade do mundo, principalmente o contemporâneo, que, afinal, nos exige muito mais capacidade de interpretação e instrumental conceitual e teórico para *ler* um mundo de imagens, sons e atos em profusão nunca visto antes.

Por último, a partir das pesquisas, levantamentos e textos a que nos referimos no presente artigo, podemos dizer que, no Brasil, não há presença, em escala suficiente, de três fatores qualitativos e dois quantitativos necessários para a existência de leitores em um país.

Os fatores qualitativos são:

1. *O livro deve ocupar um destaque no imaginário nacional.*
2. *Devem existir famílias de leitores.*
3. *Deve haver escolas que saibam formar leitores.*

⁸ Site www.inep.gov.br, visitado no dia 21 de março de 2007.

⁹ QUEVEDO, H.F. (2003) em RÖSING, Tânia; BECKER, Paulo (orgs.), *Leitura e Animação Cultural: Repensando a Escola e a Biblioteca*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

Os quantitativos:

1. *O acesso ao livro (suficientes bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos).*
2. *O preço do livro.*

A presença desses cinco fatores – parte dos princípios norteadores do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) – é essencial para que o Brasil se transforme em uma sociedade leitora. E toda a política de livro e leitura deve incidir em cada um desses itens. É o que o Ministério da Cultura, o da Educação e a sociedade civil reunidos em torno do PNLL vêm fazendo. O diagnóstico já foi realizado e as vias de superação já são conhecidas. Daí a importância de concretizar os eixos e linhas de ação do PNLL. Esse é imprescindível para fazer do Brasil uma sociedade leitora tanto do ponto de vista educacional quanto cultural. Ecoando os *goliardos*, eu chamaria essa ação, até mesmo, de *vital*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTOLI, Adolfo. *Precursores do Renascimento*. São Paulo, Editora Parma, 1983.
- CANDIDO, Antônio. “O direito à literatura”. Em *Vários Escritos*. São Paulo: Duas cidades, 1995.
- EAGLETON, Terry. *A Idéia de Cultura*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.
- FISCHER, Steven Roger. *História da Leitura*. São Paulo: editora Unesp, 2005.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira – Cultura Brasileira e Indústria Cultural* – 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- PLANK, David. *Política Educacional no Brasil: Caminhos para Salvação Pública*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.
- QUEVEDO, Hercílio Fraga. *Leitura e Animação Cultural: Repensando a Escola e a Biblioteca*. Em RÖSING, Tânia; BECKER, Paulo (orgs.), Passo Fundo: UPF Editora, 2003.
- ROUANET, Sérgio Paulo. “A cultura do fim de tudo: do fim da cultura ao fim do livro”, em *Revista Tempo Brasileiro*, jul-set. – n° 142. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- VARCÉRCCEL, Amélia. *Ética contra Estética*. São Paulo: Ed. Perspectiva – Universidade de São Paulo, 2005.

JÉFERSON ASSUMÇÃO é coordenador-geral de Livro e Leitura do Ministério da Cultura; doutor em Filosofia pela Universidade de León (Unileón), com a tese *A Ilustração Vital: o Racióvitalismo de Ortega y Gasset como via para o desenvolvimento de uma Sociedade Leitora*; escritor, autor de, entre outros, *Máquina de Destruir Leitores* (Sulina, 2000)

Os jovens, leitura e inclusão

Quais ações podem ser efetivas para colorirmos com indicadores positivos os *Retratos da leitura no Brasil*? O impacto da participação de crianças e jovens na melhoria dos indicadores de leitura, revelados na segunda edição da pesquisa, pode mostrar os caminhos? Qual é o efetivo impacto da participação de crianças e jovens estudantes nos indicadores de leitura revelados pela pesquisa? Podemos concluir que, de fato, a elevação nos indicadores de leitura mostra uma tendência de melhoria nos índices de leitura entre os mais jovens? Se isto for fato, quais fatores têm contribuído para essa elevação?

Os especialistas que tiveram a oportunidade de analisar, em primeira mão, os resultados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* ficaram surpresos com a elevação significativa no indicador geral de leitura quando comparado ao indicador da primeira edição, aplicada em 2000. Apesar das dificuldades na comparação, em razão da mudança da metodologia e composição da amostra, buscou-se expurgar as diferenças para aproximar o perfil da amostra de 2007 à de 2000*, o que possibilitou verificar que esse índice se elevou.

Enquanto a população com mais de 15 anos (26 milhões de leitores) lia 1,8 livro por habitante /ano, em 2000; esse índice subiu para 3,7 em 2007 (66,5 milhões de leitores). Se incluirmos os dados de toda

* Perfil semelhante: população acima de 15 anos e com pelo menos 3 anos de escolaridade

a amostra, o índice de leitura subiu para 4,7 livros por habitante / ano, o que inclui os 3,4 livros didáticos ou indicados pela escola.

Vários outros estudos e cruzamentos foram iniciados para se identificar o que explicaria esses números. E as revelações mais importantes surgiram ao se analisar e comparar os dados da pesquisa referentes à população da faixa etária de 5 a 17 anos com os resultados da população com mais de 18 anos.

Também foram exploradas as mudanças no perfil dos jovens de 15 a 17 anos que compõem a amostra de 2007 para se identificar os possíveis impactos nos indicadores ao se comparar as duas edições da pesquisa.

O pressuposto inicial era que, nessa faixa etária, seria possível avaliar os impactos das políticas públicas direcionadas para o Ensino Básico, e, em particular, o Ensino Médio.

As diferenças identificadas não podem ser buscadas no pequeno incremento quanto ao número de estudantes matriculados atualmente no Ensino Médio (de 8,1 milhões, em 2000, para 8,9 milhões em 2006); mas, talvez possam ser explicadas pelo fortalecimento dos programas de distribuição de livros didáticos, que tiveram início em 2005 nos Estados do Norte e Nordeste e se expandiram para os demais Estados a partir de 2007.

Outro fator importante considerado para explicar a elevação dos índices de leitura em 2007 foi a melhoria da escolaridade da população em geral. Essa população, com nível de instrução médio em 2000 era de 28,7 milhões, segundo o IBGE, e, em 2006, passou para 40 milhões (51% dessa população tem até 20 anos). Já o índice alto de leitura entre jovens de 18 a 24 anos (67%) pode também ser explicado pelo incremento substancial na população cursando o nível superior, que passou de 2,7 milhões em 2000 para 4,9 milhões em 2006, ainda de acordo com o IBGE.

Apesar da importância dessas variáveis, que também explicam a participação dos jovens na pesquisa, o nosso foco principal é a importância do impacto da participação das crianças e jovens na faixa de 5 a 17 anos. Essa população (49,6 milhões de crianças e jovens) corresponde a quase 30% da amostra. Tem, portanto, uma participação expressiva, e, seu impacto nos indicadores de leitura passa a

ser mais relevante se verificarmos que 87% dessa população está na escola. Com isso, temos que 43,2 milhões de jovens e crianças são estudantes. E, entre eles, 84% estudam em escola pública.

Explorando os números da pesquisa foi possível identificar importantes diferenças quanto ao comportamento leitor de crianças e jovens até 17 anos e a população com mais de 18 anos. As crianças e jovens leem mais, como era esperado. Segundo os indicadores da pesquisa, leem cerca de três vezes mais livros em geral (17% entre os jovens até 17 anos dizem que *não leram nenhum livro no último mês*; esse número sobe para 41% a partir de 18 anos).

Se incluirmos os livros didáticos ou indicados pela escola, o número dos que informam que *não leem*, até 18 anos, cai para 16%, incluindo os não-alfabetizados (9%).

É verdade que a frequência da leitura é muito baixa para a população em geral, mas os mais jovens leem quatro vezes mais *livros em geral por semana* (25% com menos de 18 anos e 6% com mais de 18 anos).

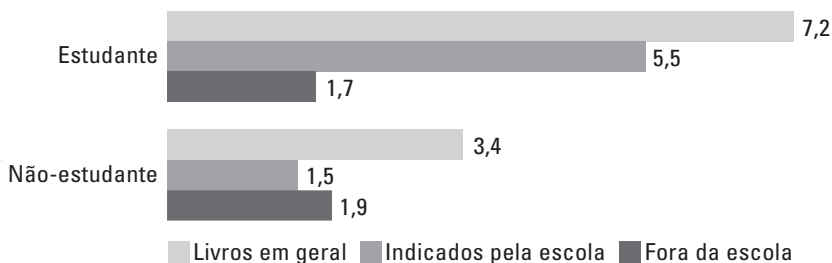
Mas o fato de estar lendo mais do que a população em geral pode nos indicar que continuará lendo após sair da escola? Se avaliarmos a motivação para a leitura, percebemos que ainda não foram seduzidos para essa prática: entre esses jovens 45% informa que *lê por obrigação*, enquanto somente 26% o fazem *por prazer*. Esse resultado não nos deixa muita esperança.

Outros indicadores de leitura confirmam que os mais jovens leem mais. Se compararmos o indicador de *livros lidos nos últimos três meses*, somando *leitores* e *não-leitores*¹, enquanto os mais jovens leram 3,7 livros, os que têm mais de 18 anos leram 1,8 livro.

A tabela abaixo revela o que compõe esse indicador de leitura, não somente confirmando que lê mais quem está na escola, mas demonstrando também que o impacto dos *livros indicados pela escola* é fundamental para entender a expressiva elevação desses indicadores. Se esses números forem subtraídos, ficamos com indicadores muito próximos nas duas faixas etárias, ou seja: 1,7 e 1,9 livro lido *não indicado pela escola*.

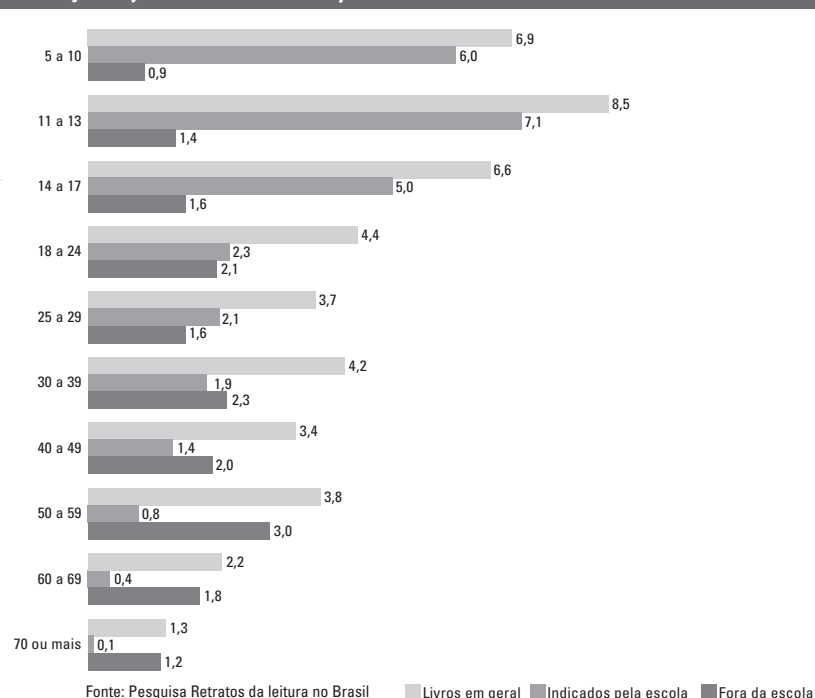
¹ *Leitores* (assim considerados pela pesquisa aqueles que leram pelo menos um livro nos últimos três meses) e *não-leitores* (os entrevistados que *não leram nenhum livro nos últimos três meses*). Se incluirmos os livros didáticos ou indicados pela escola, o número dos que informam que não leem, até 18 anos, cai para 16%, incluindo os não-alfabetizados (9%).

Número de livros lidos por ano Quem está na escola lê mais



É, mais uma vez, a revelação de que os indicadores de leitura da pesquisa devem ter sofrido o impacto positivo da faixa etária que vai dos 5 aos 17 anos; principalmente porque 87% deles são estudantes. A tabela abaixo confirma essa tendência, demonstrando esse impacto por faixa etária.

Número de livros lidos por ano Crianças e jovens leem mais que adultos



Alguns resultados foram surpreendentes, pois não confirmam as tendências. Enquanto 63% dos jovens de famílias com renda acima de dez salários dizem que *leem mais por obrigação*, nas famílias de um a dois salários 43% apresentam a mesma resposta. Já não identificamos grande diferença na *leitura por prazer*, que fica em torno de 26% independentemente da renda das famílias. Esses resultados nos levam a supor que também as escolas que atendem às famílias de maior renda não oferecem projetos de leitura que, de fato, cativem seus alunos.

Se analisarmos esses números segundo a natureza da escola – pública ou privada –, também nos surpreenderemos ou confirmaremos a hipótese acima, pois não há diferenças substanciais (leem mais por exigência da escola – 46% na escola pública e 44% na particular).

Na resposta sobre a *forma de acesso aos livros que leem*, as diferenças mais significativas e que confirmam o esperado surgem quando se indica o *acesso a livros distribuídos pelo governo*: o número decresce proporcionalmente à renda, de 44%, para aqueles com menos de um salário, para 9% entre aqueles de famílias com mais de dez salários.

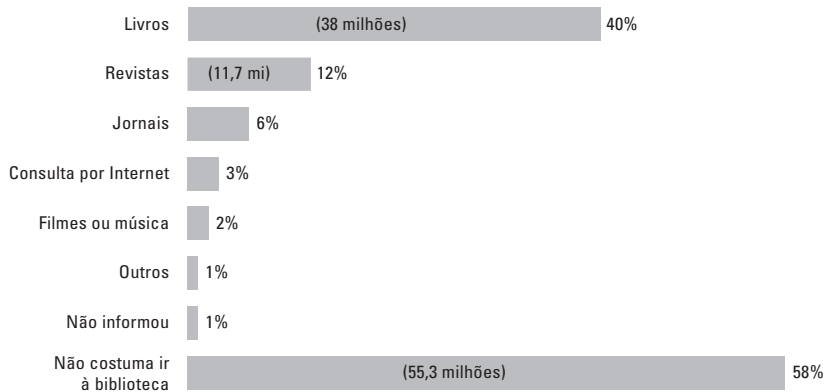
Na tabela abaixo, analisada por faixa etária, verificamos a importância das bibliotecas públicas e escolares como forma de acesso aos livros. Ao serem isoladas, o impacto das bibliotecas escolares é muito maior na composição desses resultados, confirmando a

Forma de acesso aos livros

	5 a 10	11 a 13	14 a 17
Comprados	33%	29%	37%
Fotocopiados/ xerocados	3%	4%	6%
Presenteados	25%	19%	25%
Emprestados por bibliotecas (inclui escolares)	49%	53%	47%
Emprestados por particulares	29%	31%	43%
Distribuídos pelo governo e/ou escolas	35%	30%	30%
Baixados gratuitamente da Internet	3%	7%	15%
Não costuma ler livros	1%	3%	2%

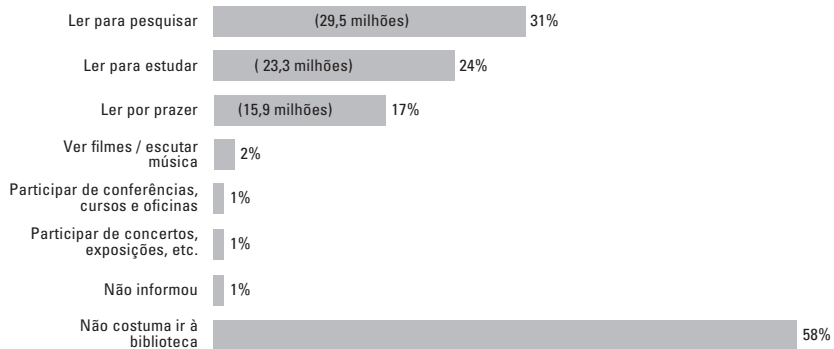
Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil

O que os leitores buscam numa biblioteca



Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (pergunta feita apenas a leitores, com resposta estimulada em que podia escolher várias opções).

Além de emprestar livros, o que mais motiva leitores a frequentar bibliotecas*



Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (pergunta feita somente a leitores, com resposta estimulada, em que podia escolher várias opções).

importância desse equipamento procurado, para as atividades de pesquisa e estudo, especialmente na faixa de 11 a 13 anos, e, em escolas públicas.

É possível confirmar também, nas tabelas a seguir, que a pesquisa e o estudo são os principais motivos para se frequentar bibliotecas (55% dos leitores). E, que o livro ainda é o principal material buscado entre aqueles leitores que informaram frequentar bibliotecas (32% dos leitores).

Outra informação importante que nos traz a pesquisa, conforme tabela abaixo, é a *dificuldade para ler* nessa faixa etária: 26% desses jovens informam que *leem devagar*. Esse índice é superior ao da população em geral (12%) e pode ser explicado por incluir crianças de 5 a 7 anos que estão iniciando seu processo de alfabetização (36% dessas crianças responderam que *leem devagar*). Somente 47% informam *não ter nenhuma dificuldade para ler*, o que acompanha os números da população (48%). Com isso, temos que 53% dessa população apresenta alguma dificuldade para ler.

Esses números confirmam não só as dificuldades para ler, mas também o pouco interesse pela leitura. É importante registrar que não é possível gostar de ler se não se compreende o que se lê. Esses números confirmam o alto índice de analfabetismo funcional ou problemas de letramento. Despertar o gosto pela leitura exige, antes, o desenvolvimento da habilidade leitora.

Outro dado surpreendente e também preocupante é que, mesmo entre estudantes, nessa faixa etária, considerando leitores e não leitores, 62% não mencionam nenhum *escritor nacional* quando in-

Dificuldades que têm para ler

Leem muito devagar	26%
Não compreendem a maior parte do que lê	9%
Não têm paciência para ler	12%
Não têm concentração suficiente para ler	8%
Não leem por limitações físicas (visão, etc.)	2%
Não têm dificuldade nenhuma	47%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil

dagados sobre *qual escritor admiram*. Esse resultado é de 70% na faixa etária de 5 a 10 anos, de 53% nas faixas de 11 a 13 anos e de 14 a 17 anos. Esse número, 62%, é igual ao da população com mais de 18 anos. Quando indagado sobre um *escritor estrangeiro*, o desconhecimento revelado é ainda mais grave: 92% desses jovens, incluindo os estudantes, não mencionam nenhum autor. Vale destacar que, entre eles, 89% estão na faixa de 14 a 17 anos, quando a maioria já está cursando o Ensino Médio.

Ao ser solicitado a informar um livro marcante em sua vida, 40% cita “nenhum” e 6% diz *não saber responder*. Na população em geral de leitores, 59% cita um livro que considera marcante.

Assim, a pesquisa nos confirma que, de fato, as crianças e jovens leem cerca de três vezes mais do que a população adulta, principalmente porque são estudantes e desenvolvem atividades escolares que lhes obrigam a ler. E também porque têm mais acesso aos livros, o que é possibilitado pelos programas de distribuição de livros didáticos e de acervos para as bibliotecas escolares. Isso não é pouco. Estamos em um bom caminho. As condições essenciais estão dadas. Eles estão lendo mais. Nossa próxima questão é: como levá-los a ler com prazer? Talvez essa seja a questão essencial para passarmos ao próximo estágio.

Conclusões e possíveis caminhos

Sabemos que elevar o patamar de educação e de renda das famílias brasileiras é o caminho mais óbvio para aumentar os índices de leitura. Porém, como se sabe, também é o mais complexo.

Essa constatação nos leva a outra preocupação fundamental: essa realidade amplia o fosso social e a exclusão. Aquelas crianças de origem social nas classes economicamente menos privilegiadas e de famílias de baixa escolaridade terão menos chances de serem cativadas para a leitura por todas as razões que a pesquisa *Retratos da leitura* revela ou confirma: porque não terão esse exemplo em casa, pois não dispõem de livros. E porque tanto a mãe quanto o pai não têm facilidade para a leitura de livros, não desenvolveram o hábito da leitura, não têm tempo para ler em casa na presença dos filhos em razão de duplas jornadas ou deslocamentos ou,

ainda, não gostam de ler, pois não foram despertados para isso, repetindo-se um ciclo que se torna vicioso.

Com certeza, os resultados da pesquisa, ao valorizar a participação da mãe como a mais lembrada quando se pergunta quem contribuiu para desenvolver seu interesse pela leitura, apontam um outro caminho: a necessidade de envolver a mãe no processo educacional. Por meio de campanhas ou de escolas abertas, onde a mãe poderá desenvolver também seus hábitos de leitura, podendo ser convidada a realizar cursos de alfabetização e de mediação de leitura. Permitir que empreste livros na biblioteca da escola e, ainda, que participe de outros programas de inclusão no processo educacional e na escola.

Por outro lado, essas crianças de baixa renda estudam, em geral, em escolas públicas localizadas nas periferias das grandes cidades, em cidades de pequeno porte ou em zonas rurais, e frequentam escolas que, quando oferecem bibliotecas, elas estão mal equipadas e com acervo desatualizado ou pouco atrativo. Também dificilmente terão educadores capacitados e com formação cultural e competência para desenvolver esses hábitos. Em geral, esse mesmo professor lê muito pouco, tem poucos livros em casa e não tem acesso aos bens culturais.

Com esse quadro, buscar soluções impactantes e efetivas não é fácil. O desafio nos leva a pensar em soluções que possibilitem superar as condições sociais desse quadro, que segundo a Pesquisa, não contribuem para a formação de leitores. Como oferecer as condições de inclusão social e cultural necessárias para que esses jovens possam se inserir em iguais condições em um mundo tão competitivo e baseado na sociedade do conhecimento se não consegue dominar competências essenciais como a leitura e a escrita?

Mas não será possível abandonar a principal questão dessa reflexão: A leitura é uma ferramenta essencial para essa inclusão. Ela é instrumento do processo de produção do conhecimento e de formação de cidadãos capazes de compreender e atuar no mundo atual.

Como superar tantas lacunas? Se não nos cabe, nessa reflexão, olhar para as questões socioculturais mais amplas e estruturais, não

podemos nos furtar a buscar as soluções em nosso campo de atuação, que, aliás, é privilegiado, pois tem como ferramenta a leitura e a linguagem que, são, segundo a grande maioria dos estudiosos, a chave da descoberta do mundo do conhecimento.

As revelações da pesquisa podem nos levar a muitos caminhos e indagações. Vamos eleger aqueles que são consenso e estão contemplados nas políticas públicas do livro e leitura. Mas ainda nos resta perguntar: devemos investir na melhoria do acesso ou devemos investir no fomento à leitura? Os dois devem ser perseguidos, como sabemos, e, de forma integrada.

Há algumas sutis indicações de como e onde investir. Se não há diferenças substanciais quando se responde que *se lê mais por obrigação do que por prazer*, especialmente entre os estudantes até 18 anos, não podemos ignorar que estamos identificando problemas na escola. Como os estudantes são despertados para a leitura? O que são obrigados a ler? Quais atividades desenvolvem para contar o que leram? Como intercambiam essa experiência? Podem escolher o que ler?

Afinal, como despertar na criança e jovem o interesse pela leitura? Em geral, se diz que a criança e o jovem não leem e não gostam de ler. Não se diz que elas não foram conquistadas ou estimuladas para ler, mas a elas se atribui, sem mediação, que não gostam de ler, como se fosse uma condição dada pelo fato de ser criança ou jovem. É quase um preconceito. Pressupõe-se que jovens achem entediante e chato ficar lendo. Quando se encontra um jovem que gosta de ler, ele é visto como uma exceção. Como alguém especial e diferente e não como alguém que por sorte encontrou as circunstâncias e pessoas certas em sua convivência. Com isso, o foco deixa de estar em seu meio, em sua casa, em sua escola, em seu professor. Esses fatores são analisados de forma isolada daquele jovem: são categorias independentes.

Tanto a criança quanto o jovem gostam de ler. É comum vermos crianças absortas na leitura de revistas, por exemplo. Portanto, gostam de ler. O problema está em o que são obrigadas a ler, especialmente nas escolas. É lá que elas não gostam de ler. Leem, como informam na pesquisa, por obrigação. Mas leem enquanto são es-

tudantes. O problema é cativá-las para serem leitoras por prazer e após deixarem de ser estudantes.

E se estamos falando de inclusão social, devemos pensar que devem também descobrir a importância da leitura como fonte de conhecimento e informação. Como forma de adquirir competências e saber que a capacitam a concorrer no mercado de trabalho, a se informar sobre a vida, a saúde, o meio ambiente e outros saberes que possibilitam qualidade de vida e cidadania.

A leitura e a escrita são ferramentas indispensáveis para o domínio do meio sociocultural e para o processo do conhecimento e compreensão do mundo. Mas há um estágio anterior. É preciso saber ler, é preciso compreender o que se lê. Este desafio deixamos para os educadores.

O nosso começa quando essa criança e esse jovem conseguem entender o que leem.

Como lembrei acima, necessitamos integrar as ações para melhorar o acesso ao livro e o fomento à leitura.

A pesquisa nos diz que as mães são mais citadas do que os professores quando se pergunta quem pode ter influenciado sua leitura. Temos aí também dois caminhos. Se a mãe ou a família tem um papel tão relevante para despertar o interesse pela leitura, concluímos que será importante ter sempre livros em casa. Mas sabemos que não basta um livro na estante. Apesar de não ser assim tão insignificante a presença de um livro possível de ser folheado, descoberto por uma criança, se ele trouxer imagens e outros atrativos visuais.

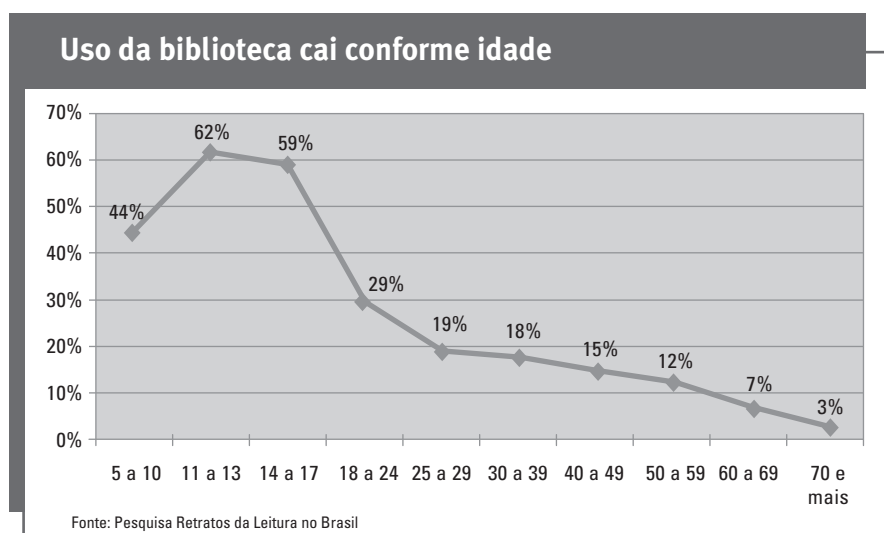
Por outro lado, é inquietante saber que o professor tem papel menos relevante nessa descoberta. Por quê? Não lê em sala de aula? Não desenvolve atividades de leitura? Ou desenvolve atividades que, ao invés de atrair para o livro, afasta? Será que a escola dispõe de livros em sua biblioteca? E são livros interessantes?

Talvez a culpa não seja da professora. E ela, o que já leu? O que gosta de ler? Como desenvolveu seu hábito de leitura? Lê por prazer? Onde foi formada? Mais uma vez, o círculo vicioso. Por que a criança e o jovem não suportam ler na escola ou ler as obras indicadas pela escola? Essa é uma indagação que deve ser feita por todos os que se interessam por esse assunto.

Os textos que lhes são propostos quase nunca despertam seu interesse. Leem por obrigação, por exigência de uma avaliação. Leem para responder questões que não lhes interessa, pois não estão em geral contextualizadas. Quase nunca a leitura vem ligada a prazer, a desafios e ao enriquecimento cultural.

Como despertar esse interesse? Os educadores concordam com algumas teses: o mundo da literatura deve ser apresentado contextualizado em um ambiente cultural que possa interessar ao jovem. Deve-lhe ser apresentada uma diversidade de gêneros e a possibilidade de escolher o que lhe atrai mais e lhe dá prazer. Devem ser facilitadas e respeitadas suas escolhas. A ligação entre a escrita e a leitura pode ser um caminho interessante. Conforme demonstrado na pesquisa, ele diz que gosta mais de escrever do que de ler. Podem ser propostos exercícios de escrita que lhe permitam descobrir o prazer de contar ou criar uma história e, com isso, levá-lo a descobrir em outros autores os seus segredos para escrever.

Mas, não se pode esquecer que não é possível gostar de literatura se não entendo o que leio. E como saber se gostamos de algo se não conhecemos? Daí a importância dos facilitadores (ou mediadores de leitura, sejam educadores ou bibliotecários). Profissionais especializados e capacitados poderão introduzir experiências e de-



safios ao conhecimento e desejos de descoberta para essas crianças e jovens.

Também a pesquisa nos diz que esses jovens frequentam as bibliotecas. Especialmente aqueles que estão em escolas públicas. E avaliam bem a biblioteca, pois encontram o que procuram. Mas, o que procuram?

Sabemos também que buscam a biblioteca para realizarem as atividades escolares e, quando deixam de ser estudantes, em geral abandonam esse equipamento cultural.

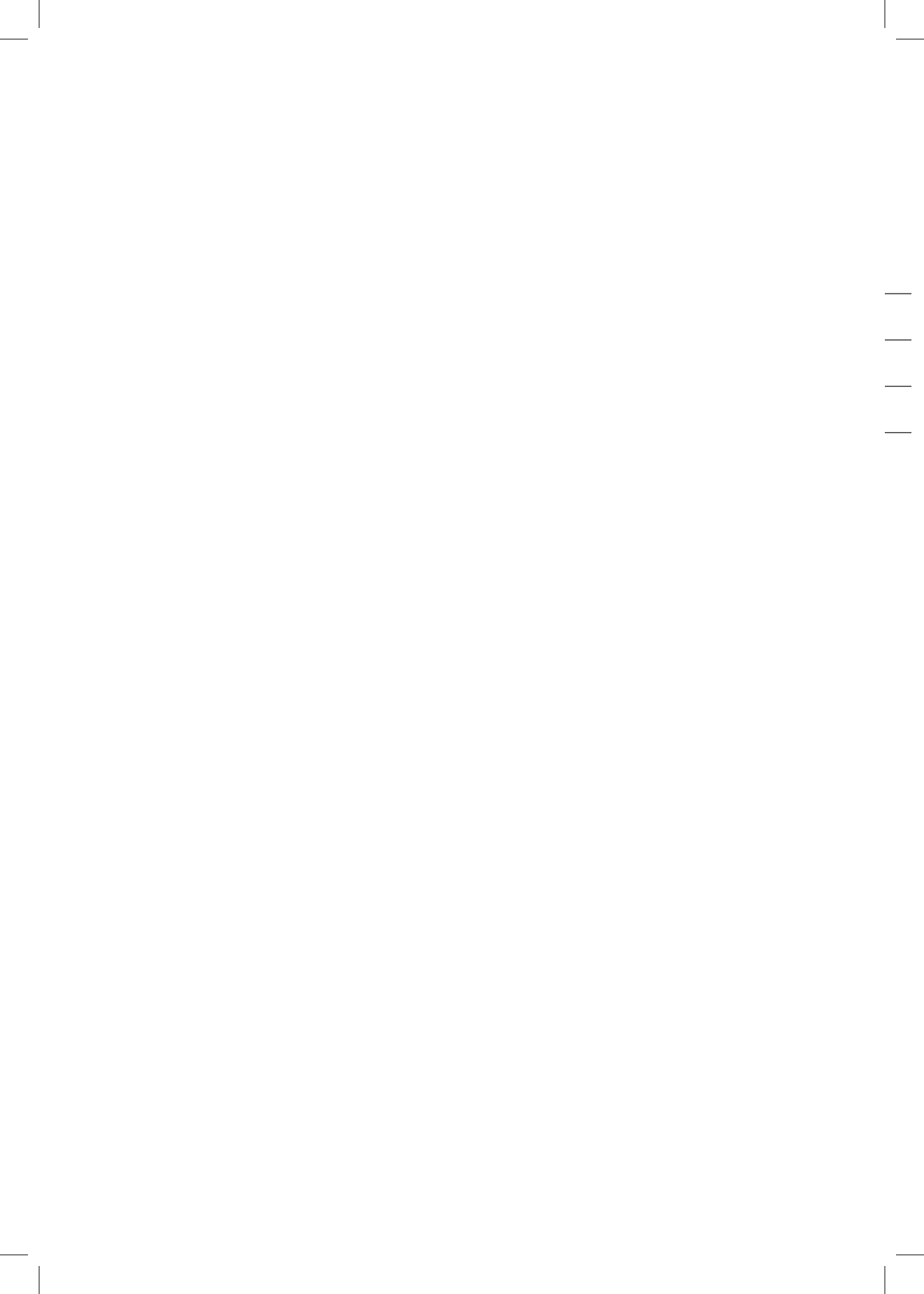
Mais uma pergunta que devemos fazer: como promover essa biblioteca a um equipamento cultural a ser visitado pela população, também, quando deixou de estudar, e não somente para atividades escolares, mas também para outras descobertas, para se enriquecer culturalmente, ampliar seu conhecimento por meio da leitura de obras de diferentes gêneros?

Ficamos com mais um desafio. Não basta reformar bibliotecas, ampliar estantes, atualizar e ampliar acervos, contratar bibliotecários. Será preciso transformar essas bibliotecas em centros culturais e oferecer atividades e atendimento que a transformem em um bem cultural vivo.

Enfim, os desafios são inúmeros para colorirmos esses *Retratos da leitura*, mas a pesquisa, ao revelar o que já foi percorrido e o que falta superar, nos aponta caminhos. Caminhos que exigem ações integradas dos diferentes atores que atuam nos segmentos do livro e da leitura: governo, educadores, bibliotecários e representantes da cadeia produtiva do livro.

Esperamos que a terceira edição da pesquisa revele que estamos construindo um país de leitores.

ZOARA FAILLA é socióloga com mestrado em Psicologia Social e consultora do PNUD e coordenadora de programa para o Ensino Médio em São Paulo. Desenvolveu projetos de medidas socioeducativas e foi consultora em projetos de formação em países africanos de língua portuguesa. É responsável por projetos do livro e leitura do Instituto Pró-Livro e participou da equipe técnica da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*.



A cadeia produtiva do livro e a leitura

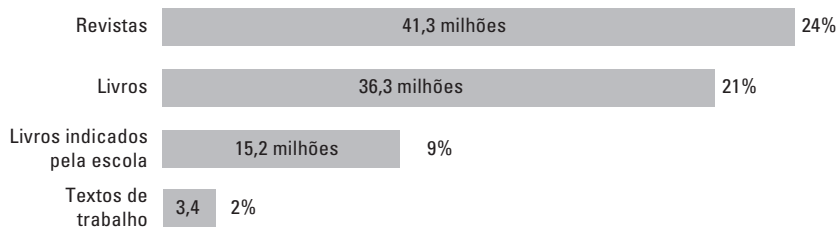
A publicação da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* enseja a reflexão sobre a situação da indústria editorial e sua responsabilidade na conformação desse flagrante. Responsabilidades que são evidentemente positivas – afinal, o Brasil ainda está entre os dez maiores produtores de livros do mundo –, mas não podem maquiar as sombras, impasses e dificuldades para enfrentar os desafios.

Examinando os dados da pesquisa recém-publicada, verificamos que a grande massa de leitores no Brasil é constituída basicamente por quem tem escolaridade até o Ensino Médio (85% do total de leitores). Da massa total de leitores (95,6 milhões), entretanto, 47,4 milhões correspondentes à metade do total são estudantes que leem livros indicados pela escola, inclusive os didáticos.

Para analisar o papel da indústria editorial é conveniente, porém, verificar quais eram os leitores que liam livros não-indicados pela escola. Esses se caracterizam da seguinte maneira:

- São leitores de escolaridade média – 14,9 milhões de leitores, correspondentes a 37% do total;
- A maioria faz parte da classe média média (Classe C, critério Abap) – 21,1 milhões – 31% do total de leitores.

Compradores de livros no Brasil (Comprou pelo menos 1 livro no ano)



Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (mais de uma opção).

Por idade, os segmentos que compõem a maioria dos leitores de livros não-escolares têm idade acima de 18 anos, mas o segmento de 30 a 39 anos de idade é o que apresenta maior quantidade de leitores (10,2 milhões).

É importante destacar, entretanto, que a proporção dos leitores – e dos compradores de livros – aumenta com a escolaridade. Os leitores da Classe A, por exemplo, são apenas 1,7 milhão, mas representam 56% do total desse segmento. Da mesma maneira os leitores que têm Ensino Superior são 8,8 milhões, mas representam 57% do total da população que tem esse nível de escolaridade.

Esses leitores de livros “não indicados pela escola” é que constitui o mercado “livre” de livros, aquele que não é fornecido pelo governo¹.

Essa caracterização dos leitores não difere fundamentalmente da que foi verificada na 1ª edição da pesquisa *Retratos de leitura no Brasil*, publicada em 2001².

Os desafios e problemas para que a indústria editorial brasileira pudesse desempenhar um papel mais ativo na transformação do Brasil em “um país de leitores” também não se modificaram substancialmente.

1 Isso não quer dizer que todos os livros indicados pela escola sejam comprados pelo governo. Mas, certamente, são a maioria absoluta. Veja-se a pesquisa de produção e vendas do setor editorial.

2 Retratos da leitura no Brasil – edição de 2001 – CBL, Snel, Abrelivros, Bracelpa. S. Paulo, 2001. Realizada por A. Franceschini Análises de Mercado.

Motivações dos leitores para comprar livros (Por renda familiar)

	RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)				
	Mais de 10	Mais de 5 a 10	Mais de 2 a 5	Mais de 1 a 2	Até 1
Prazer / gosto pela leitura	44%	39%	29%	20%	17%
Entretenimento e lazer	39%	32%	23%	15%	8%
Porque a escola / faculdade exige	25%	24%	17%	14%	9%
Necessidade de trabalho	27%	16%	9%	5%	3%
Presentear	16%	10%	6%	4%	2%
Outro motivo	1%	1%	3%	4%	2%
Não compra livros	0%	28%	43%	57%	71%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (resposta estimulada em que podia escolher várias opções; só entre compradores)

Motivações dos leitores para comprar livros (Por escolaridade)

	Escolaridade			
	Até 4ª Série do E. Fund.	5ª a 8ª Série do E. Fund.	Ensino Médio	Ensino Superior
Prazer/ gosto pela leitura	21%	23%	33%	40%
Entretenimento e lazer	12%	15%	29%	36%
Porque a escola/ faculdade exige	12%	16%	16%	30%
Necessidade de trabalho	2%	5%	11%	30%
Presentear	3%	3%	8%	14%
Outro motivo	3%	3%	3%	3%
Não compra livros	62%	55%	36%	19%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (resposta estimulada em que podia escolher várias opções; só entre compradores)

No livro *O Brasil Pode Ser um País de Leitores?* procurei qualificar e estudar os impasses que se apresentavam ao mercado editorial brasileiro. As características globais da situação não se modificaram, mas é necessário atualizar as observações e matizá-las diante dos novos dados. Só assim será possível entender de que maneira a cadeia produtiva do livro poderá cumprir plenamente sua missão de proporcionar leitura para os brasileiros.

Quais os problemas?

1) Questões relacionadas com administração e capitalização.

Nesse segmento destaca-se o fenômeno simultâneo da concentração empresarial e da proliferação de empresas editoriais. A concentração acontece principalmente no setor de livros didáticos³. Isso contrasta principalmente com o setor de obras gerais, onde a maioria das editoras é de pequeno e médio porte, tal como nos segmentos de editoras de livros religiosos e CTP – livros técnicos e científicos.

As pequenas empresas sofrem não apenas dos males dessa condição como também – de maneira mais evidente e dramática – com as características específicas do mercado editorial: produzir um grande número de produtos (títulos) em pequenas quantidades. Essa situação produz crescentes dificuldades de capital de giro, immobilizando esse capital em níveis desconhecidos de outros setores industriais e com as consequentes baixas taxas de retorno.

A concentração, por outro lado, possibilita dispor de maior capital de giro, e a presença de editoras estrangeiras não apenas aumentou esse fenômeno como também trouxe para o País técnicas de administração e *marketing* inovadoras, que se refletiram principalmente no setor de livros didáticos.

Some-se a isso – e principalmente, mais uma vez, no segmento das pequenas editoras – as deficiências em gerenciamento. A maior parte delas são empresas familiares, fruto muitas vezes da disposição de empreendedores de *publicar os livros que gostam* e sem maior preparo gerencial e administrativo para enfrentar as dificuldades e as peculiaridades do mercado. O resultado é maior concentração para quem já parte com mais capital e melhor capacitação gerencial, e uma alta *taxa de mortalidade* no segmento das pequenas editoras. Felizmente verifica-se também uma alta *taxa de natalidade* de pequenas editoras, e isso é um fator importante para a diversidade cultural e a variedade de títulos oferecidos.

3 Pesquisa de Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro – CBL/SNEL, feita desde 1992.

Lembremos que até 1994 convivemos com altíssimas taxas de inflação. Depois do Plano Real (1994) a nova situação econômica impôs uma *verdade econômica* no faturamento, antes maquiado pela inflação. O mercado editorial, na ponta das editoras, sofreu uma forte perda de faturamento real, como mostra a tabela abaixo:

Queda do faturamento real das editoras no Brasil

Ano	Faturamento (R\$ correntes)	Faturamento (R\$ de 2006)
1998	2.083.338.907	4.786.299.114,41
1999	1.817.826.339	3.751.647.244,63
2000	2.060.386.759	3.737.523.097,87
2001	2.267.000.000	3.726.240.038,59
2002	2.181.000.000	3.158.363.374,45
2003	2.363.580.000	2.787.324.194,29
2004	2.477.031.850	2.670.078.374,86
2005	2.572.534.074	2.616.911.909,79
2006	2.880.450.427	2.880.450.427,00

Pesquisa CBL/SNEL da Produção editorial atualizada para valores de 2006 pela variação do PIB.⁴

Como se vê pelo quadro, o faturamento em moeda constante caiu de forma muito significativa entre 1998 e 2005, iniciando uma pequena recuperação em 2006, último ano em que existem informações disponíveis.

⁴ Como diretor de Relações Institucionais da CBL acompanhei a pesquisa de produção e vendas do mercado editorial desde seu primeiro momento, em 1993, até a minha saída da instituição, em 2003. A pesquisa surgiu a partir do empenho de Alfredo Weiszflog, diretor da CBL, atendendo a uma recomendação do Cerlalc (Centro Regional para o Livro na América Latina e Caribe). A pesquisa sobre produção e vendas foi inicialmente feita sob a responsabilidade da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, e executada pelas técnicas Marta Oliveira (a quem agradeço pela atualização da tabela) e Elizabeth Naves. Nas discussões sobre a metodologia a Comissão de Pesquisas da CBL e as técnicas decidiram recolher os dados de forma trimestral e converter as informações de faturamento para dólar, para facilitar a comparação com outros países (evitando-se assim as esotéricas siglas usadas na época para acompanhar a inflação, mas eram desconhecidas fora do Brasil). Essa conversão para o dólar foi feita até 1998, e assim apresentada nos relatórios de pesquisa. Em 1999, depois da brutal desvalorização que desmascarou o real sobrevalorizado até as eleições de 1998, a Comissão optou por divulgar os dados diretamente em Reais. No Relatório de Pesquisa de 1999 os dados de 1998 são reapresentados, para efeito de comparação, também em Reais. Quando trabalhava os dados para elaboração do livro *O Brasil Pode Ser um País de Leitores?*, lançado em 2004 por ocasião da Bienal do Livro de São Paulo, optei por trabalhar os dados de faturamento a partir de 1998 pois já os havia disponíveis em Reais. Se desejasse fazer a análise a partir de 1990 – primeiro ano da pesquisa – teria que *reconverter* os dólares para as diferentes moedas do período. E mesmo que optasse por fazer a análise a partir de 1995, primeiro ano completo depois do Plano Real, considero que seria altamente problemático fazer isso a partir da evidência da sobrevalorização do Real diante do dólar, como ficou claro na desvalorização.

A queda em termos de exemplares vendidos foi um pouco menor (25%), como se vê no quadro seguinte:

Queda da venda de livros no Brasil									
Exemplares vendidos *	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Didáticos mercado	144.490	98.200	69.564	58.500	53.000	49.000	56.551	69.856	66.754
Total mercado s/ didáticos	151.844	127.319	131.148	124.400	105.400	96.000	97.025	180.578	118.307
Total mercado	296.334	225.519	200.712	182.900	158.400	145.000	153.576	182.583	185.061
% sobre total geral	72,21	77,85	60,05	61,08	49,4	56,67	53,20	67,53	59,63
Governo	114.000	64.160	133.522	116.500	162.200	110.830	135.098	87.803	125.312
% sobre total geral	27,79	22,15	39,95	38,92	50,6	43	46,80	32,47	40,37
Total geral	410.334	289.679	334.234	299.400	320.600	255.830	288.675	270.386	310.374
* Em milhares Pesquisa de produção CBL/SNEL									

O conjunto desses quadros reflete um brutal reajuste para baixo dos preços correntes dos livros vendidos (40% de diminuição na receita real), o que não impede a constatação de que o mercado editorial de livros perdeu espaço diante de outros meios de informação e lazer. A recuperação também foi impulsionada pela desoneração do livro (PIS/Pasep-Cofins), de 2004.

É significativo ressaltar a importância das compras governamentais. E essas são fundamentalmente de livros didáticos, precisamente os produzidos pelas maiores empresas do setor. Ainda que não tenham crescido de forma sistemática e constante, as compras governamentais chegaram a representar 50,6% do total de livros vendidos em 2002 e se mantiveram em patamares proporcionais bastante altos em 2003, 2004 e 2006, com a queda em 2005 representando ainda uma proporção maior do que a praticada antes de 1998.

Por outro lado nunca é demais destacar que o crescimento da indústria editorial no Brasil está estritamente vinculado ao desenvolvimento da educação.

A partir dos anos 20 do século passado, principalmente, a questão da escola pública passou a fazer parte da pauta política do País.

Durante décadas, entretanto, a escola pública atendeu basicamente os alunos provenientes da classe média alta – vindos de famílias de profissionais, funcionários públicos e comerciantes. Os alunos mais pobres eram atendidos pela *caixa escolar* – contribuição dos alunos de famílias mais abonadas – e eventualmente por programas locais de aquisição de livros nas livrarias.

Essa situação começa a mudar radicalmente nos anos 1960, com a expansão maciça da escola pública, fenômeno que provocou pelo menos duas grandes consequências: a) os alunos de classe média passaram a constituir a clientela das escolas particulares; b) os alunos da escola pública, agora alcançando as camadas mais pobres da população, passaram a ser cada vez mais atendidos pelos programas federais de aquisição de livros, que finalmente se transformou no gigantesco PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e seus filhotes atuais: PNLM (Programa Nacional de Livros do Ensino Médio); PNBE (Programa Nacional da Biblioteca Escolar), para as bibliotecas escolares e o filhote mais bastardo de todos, o que tenta transformar o MEC em editor de livros para os programas de jovens adultos (EJA)⁵.

Os programas federais têm um efeito enorme em toda a cadeia produtiva do livro.

Em primeiro lugar, tornaram-se responsáveis por absorver grande parte da produção editorial. O MEC é o maior comprador de livros do mundo. Em 2006 as compras governamentais corresponderam a 40,37% do total dos livros vendidos pelo mercado editorial, tendo alcançado o patamar de 50,6% em 2002, como vimos.

A importância das compras do MEC – as compras do MinC são praticamente irrelevantes diante do volume adquirido pela educação – não se restringe ao volume. O MEC compra diretamente das editoras e exclui as livrarias do processo. Dessa maneira, há quase 20 anos, as vendas de livros escolares, que eram um dos sustentáculos do giro das livrarias, deixaram praticamente de existir nesse canal.

Em resumo, pode-se dizer que, tendo a educação sido sempre um dos pilares do desenvolvimento da indústria editorial e servido

⁵ Veja-se artigo de minha autoria *Literatura para Todos* ou *Cidadania de Segunda Classe*, publicado no *Correio Braziliense* em 15/5/2006.

de suporte – ainda que às vezes indireto – para os demais segmentos do mercado editorial, a partir do crescimento centralizado das compras governamentais, feitas diretamente nas editoras, o mercado editorial passou a caminhar de forma manca.

2) Questões relacionadas com a distribuição.

É uma situação caótica. As dimensões continentais do País impõem dificuldades logísticas difíceis de enfrentar e superar.

De um lado os livros escolares – didáticos, paradidáticos e de informação – que se beneficiam da expansão geral do sistema escolar⁶ e particularmente das compras governamentais⁷.

De outro lado as editoras de obras gerais e de livros técnico-científicos⁸, cuja participação nas compras governamentais é muito menor – embora mais recentemente tenham aumentado um pouco por meio do PNBE – e dependem fundamentalmente da distribuição no mercado de livrarias ou no de porta a porta. As maiores empresas desses segmentos não chegam a ter o porte das editoras de didáticos, embora o processo de concentração tenha reforçado o papel de grupos como o da Record e da Ediouro. A presença do capital estrangeiro também começa a ser importante: o grupo Santillana, que já controla a Editora Moderna (didáticos), adquiriu o controle da Objetiva e tem ampliado sua atuação no segmento de obras gerais, e o grupo Planeta abriu sua filial no Brasil. Mas é esse o segmento onde o número das pequenas e médias editoras é significativo na quantidade total de empresas e cuja oferta de títulos é fundamental para a diversidade cultural.

O primeiro grupo se apóia e é beneficiado diretamente pela expansão do sistema educacional e pelas compras governamentais. O segundo, por sua vez, depende também da expansão da educação para seu crescimento, mas de forma indireta, na medida em que os segmentos mais educados da população leem mais depois que

6 Mesmo as escolas particulares, hoje, compram diretamente das editoras e revendem para seus alunos. Isso sem contar os *sistemas*, dos quais não tratarei aqui, mas que assumem um papel cada vez mais importante. (ver *O Brasil Pode Ser um País de Leitores?* págs 101/102).

7 É importante notar que essa compra centralizada e feita diretamente nas editoras tem seus problemas na composição do preço pago pelo governo. Ver *op. cit.* págs. 151/152.

8 As editoras de livros religiosos constituem também um segmento muito importante, mas que trabalham com uma dinâmica própria que não será analisada aqui. Assinale-se, porém, que os livros religiosos – a Bíblia em particular – constituem o gênero mais lido pelos brasileiros.

saem da escola, como mostram as duas edições da *Retratos da leitura no Brasil*.

Esse segundo grupo depende principalmente das livrarias para escoar sua produção. Em 2001, registrou-se que 49% dos livros em posse dos leitores foram comprados (52% da população masculina e

Participação dos canais de venda (Por porte de município, entre os compradores)

	Até 10.000 hab.	De 10.001 a 50.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 100.001 a 500.000 hab.	Mais de 500.000 hab.
Livrarias	32%	33%	38%	33%	36%
Feiras de livro	11%	6%	9%	9%	10%
Sebos (Loja de livros usados)	3%	4%	5%	11%	11%
Supermercados/Hipermercados	1%	4%	3%	5%	5%
Lojas de departamentos	1%	2%	3%	2%	2%
Na rua (vendedores ambulantes)	7%	8%	5%	3%	3%
Bancas de jornal e revista	15%	22%	20%	18%	18%
Na Internet	4%	4%	6%	3%	4%
Na escola	6%	5%	2%	4%	3%
Igrejas e outros espaços religiosos	10%	7%	5%	7%	6%
Em casa ou no local de trabalho (porta a porta)	7%	3%	3%	1%	1%
Outros locais	4%	2%	1%	1%	1%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil

47% da feminina). Em 2008, o índice de livros comprados, no geral, foi de 45%. Desglosados por idade, os índices de 2008 foram os seguintes:

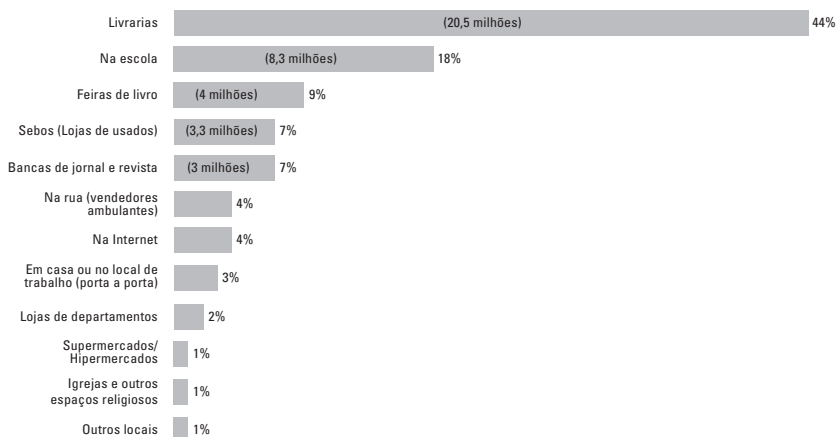
Como se vê, até os 17 anos, um terço dos livros lidos foi doado pelo governo e praticamente a metade emprestada das bibliotecas. Dos 25 anos em diante, entretanto, mais da metade dos livros é **comprada** ou **emprestada por particulares**, sendo decrescente a importância das bibliotecas (públicas ou escolares).

Principais formas de acesso aos livros de acordo com a idade

	5 a 10	11 a 13	14 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	+de70
Comprados	33%	29%	37%	46%	55%	52%	55%	59%	53%	44%
Fotocopiados/xerocados	3%	4%	6%	11%	14%	8%	4%	6%	4%	2%
Presenteados	25%	19%	25%	20%	20%	22%	27%	29%	38%	31%
Emprestados por bibliotecas (inclui escolares)	49%	53%	47%	36%	20%	26%	20%	19%	10%	8%
Emprestados por particulares	29%	31%	43%	56%	56%	53%	51%	49%	46%	52%
Distribuídos pelo governo e/ou escolas	35%	30%	30%	14%	11%	11%	12%	11%	6%	4%
Baixados gratuitamente da Internet	3%	7%	15%	12%	11%	6%	3%	4%	2%	0%
Não costuma ler livros	1%	3%	2%	3%	4%	9%	7%	6%	6%	11%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil

Onde os leitores costumam comprar livros didáticos



Fonte: Retratos da leitura no Brasil (resposta estimulada em que podia escolher várias opções; só entre compradores).

As livrarias continuam sendo o principal canal de comercialização. Ora, a rede de livrarias continua muito precária.

O *Diagnóstico do Setor Livreiro*, elaborado pela Associação Nacional de Livrarias a partir de um esforço de cadastramento dos pontos de vendas, revela o seguinte quadro:

Concentração das livrarias no Brasil

Regiões	Números Absolutos	%
Sudeste	1.414	53
Sul	417	15
Nordeste	524	20
Norte	132	5
Centro-Oeste	118	4
Distrito Federal	71	3
Total	2676	100

Fonte: ANL – Diagnóstico do Setor Livreiro

O quadro mostra a precariedade da rede de distribuição, pois a maioria dos municípios brasileiros não tem livrarias e a região Sudeste concentra mais da metade do total.

Tal como nas editoras, está em curso um processo de concentração das livrarias. O fenômeno das *megastores* se faz mais presente com o *ticket* médio compondo-se a partir da venda não apenas de livros como também de CDs, DVDs e, cada vez mais, de artigo de informática e de som. O modelo consagrado pela FNAC francesa se expande rapidamente pela Saraiva, que hoje é a maior cadeia de livrarias do Brasil⁹.

O acesso ao livro, entretanto, não é feito somente pela compra ou pelo empréstimo entre pessoas, ou a doação pelo governo, como no caso dos livros escolares.

As bibliotecas públicas constituem um fulcro essencial para a compreensão tanto das questões de acesso ao livro e à leitura quanto para a compreensão do desempenho da indústria editorial.

E a questão das bibliotecas constata a existência de uma espécie de *buraco negro* a ser explorado a partir dos dados das duas edições da pesquisa.

⁹ A *bandeira* Nobel difunde um grande número de lojas com sua marca, mas na verdade não considero que constituem efetivamente uma cadeia de livrarias, pois são lojas independentes que apenas usam uma marca comum e um *layout* semelhante, mas são de propriedades de livreiros individuais, não compram conjuntamente e não desenvolvem estratégias comuns de *marketing*. Nesse sentido não se assemelham nem mesmo aos *groupements libraires* da França, que, embora reúnam livrarias independentes, possuem logística e administração de compras comuns e procedimentos mercadológicos desenvolvidos em conjunto.

A pesquisa fez, em 2007, várias perguntas sobre bibliotecas:

- 12% dos leitores declararam ter o costume de ler em bibliotecas;
- 34% dos leitores declararam que leem livros emprestados por

bibliotecas (inclusive as escolares). A pergunta, entretanto, estava formulada de modo a que o entrevistado a respondesse com duas alternativas (*sempre e às vezes*) e junto a mais sete alternativas: emprestados por outras pessoas; comprados; presenteados; distribuídos pelo governo ou escolas; baixados gratuitamente na Internet; fotocopiados/xerocados; não informou. As duas primeiras alternativas foram as mais citadas.

De acordo com classe social (critério Abep), as respostas sobre as bibliotecas como forma de acesso aos livros foram assim: classe A: 24%; classe B: 31%; classe C: 37%; classe D: 33% e classe E: 22%.

Uma tabela mais ilustrativa é a que revela a idade dos frequentadores de bibliotecas: de 5 a 10 anos: 49%; de 11 a 13 anos: 53%; de 14 a 17 anos: 47%; de 18 a 24 anos: 36%; de 25 a 29 anos: 20%; de 30 a 39 anos: 26%; de 40 a 49 anos: 20%; de 50 a 59 anos: 19%; de 60 a 69 anos: 10% e de mais de 70 anos: 8%. Ou seja, as bibliotecas são frequentadas basicamente pela população escolar.

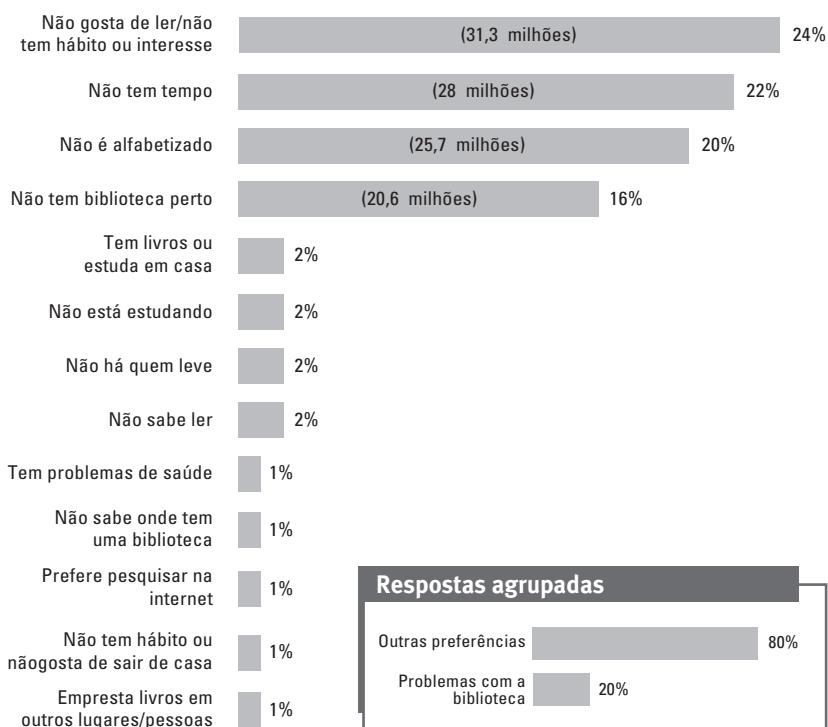
A pesquisa identificou também que apenas um em cada quatro brasileiros usa bibliotecas e os que as frequentam são basicamente estudantes, ainda que 46% dos alunos não tenham esse hábito. E apenas um em cada quatro estudantes procura bibliotecas públicas municipais.

Ou seja, os que vão à bibliotecas são basicamente os estudantes, que usam, principalmente, as escolares. Quanto à classe social, mais uma vez é o segmento da Classe C. Isso ilumina outras respostas: os estudantes vão às bibliotecas para cumprir tarefas escolares bem definidas – e encontram os livros para suas *pesquisas* – e têm, no geral, uma avaliação positiva. E são estudantes da rede pública.

A pergunta que não é respondida é a que explicaria porque 73% do universo estudado (126 milhões de brasileiros) simplesmente não frequentam as bibliotecas.

Dentre os entrevistados na *Retratos da leitura*, 67% declaram *saber da existência* de uma biblioteca em seu município. Como já vi-

Por que a população não frequenta bibliotecas



Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil

mos, apenas 10% dos brasileiros – na maioria escolares – as frequentam. Será que os demais têm alguma espécie de ojeriza às bibliotecas, justificando a afirmativa de que *brasileiro não gosta de ler*?

Para tentar entender isso, precisemos: 67% dos brasileiros dizem saber da existência de bibliotecas em seus municípios. Ou seja, 33% desconhecem a existência desses equipamentos. Sabemos que ainda hoje, em 2008, aproximadamente 10% dos municípios brasileiros não têm nenhuma biblioteca. O Ministério da Cultura anuncia que ainda este ano haverá pelo menos uma biblioteca em cada município.

Mas o que são essas bibliotecas? Não existe um censo – e nem mesmo uma pesquisa por amostragem – sobre a sua situação real. A experiência de quem lida com o assunto mostra que a

maioria absoluta são simples depósitos de livros velhos, há anos não adquirem acervos novos, não estão informatizadas e o pessoal é pouco ou nada capacitado – nem como bibliotecários nem como mediadores de leitura – para um atendimento correto do conjunto da população.

As bibliotecas que o Ministério da Cultura tem instalado nos últimos anos – e louve-se esse esforço, que é o mais significativo feito no Brasil há muitos anos – têm um acervo padronizado de 2 mil títulos. São escolhidos por especialistas e idênticos para todas: o acervo que eventualmente vai para Urucurituba, no meio da floresta amazônica, é o mesmo que será enviado para a campanha gaúcha, para o cerrado do Centro-Oeste ou para a região de canaviais do Nordeste. Haja pontaria para acertar nos eventuais interesses de leitura de populações tão diversas!

O contraste com a situação de outros países é brutal. Não é o caso de tratarmos disso aqui. Remeto ao artigo *Retratos de leitura no Brasil II*¹⁰, no qual apresento e discuto dados referentes ao sistema de bibliotecas de vários países.

Mas aqueles são dados provenientes de países que levam a sério a questão das bibliotecas públicas, que investem na mesma proporção da seriedade com que encaram o problema e dispõem de um **sistema de bibliotecas públicas**.

Nesses países, em função de um processo histórico específico (veja-se, para entender esses processos, o excelente livro do Matthew Battles¹¹), as bibliotecas passaram a ser uma demanda social. Um equipamento cultural/educativo indispensável para a cidadania.

Essa percepção da necessidade das bibliotecas não é espontânea. Nasce de ações políticas ditadas pelas circunstâncias históricas. No Brasil, da década de 1920 para cá, a idéia da escola como exigência social se consolidou definitivamente. Hoje, é impossível que um prefeito inaugure um conjunto habitacional sem que nele haja uma escola.

Mas a concepção da biblioteca como instrumento democrático de difusão do conhecimento, acesso à informação e lazer, ainda

10 “Retratos de leitura no Brasil II” – portal www.culturaemercado.com.br. Reproduzido também no site www.basiliodagama.org.br.

11 Battles, Matthew, *A Conturbada História das Bibliotecas*, S. Paulo: Planeta.

é muito frágil¹². Em consequência, existe pouca pressão social para que sejam construídas, equipadas e atualizadas¹³.

Daí o desafio que se coloca para as administrações públicas: encarar a questão das bibliotecas como algo estratégico para o desenvolvimento **econômico, social e democrático** do País. Agir, sob a forma de políticas públicas, para criar essa demanda por bibliotecas, tal como o movimento da Escola Nova, idealizado por Anísio Teixeira, fez em relação à educação pública no Brasil.

Acredito que o principal resultado da 2ª edição de *Retratos da leitura no Brasil*, tal como já havia sido assinalado na edição anterior, é – mais uma vez – chamar atenção dos responsáveis pelas políticas públicas de acesso ao conhecimento – e aí temos não apenas o MEC como também o MinC e o Ministério das Ciências e Tecnologia – da necessidade de atuar conjuntamente para estabelecer uma política pública de Estado que possa efetivamente permitir que os brasileiros tenham acesso ao conhecimento, à informação cidadã e ao lazer nas bibliotecas públicas do nosso país.

Conclusões

A cadeia produtiva do livro responde, como toda indústria na sociedade capitalista, a estímulos de mercado. O mercado não é uma entidade abstrata, porém. Está condicionado a políticas públicas e, em cada segmento particular, depende também de condições macroeconômicas.

Isso se reflete de forma específica em cada segmento:

- A indústria de papel e celulose não apenas abastece completamente o mercado interno como é uma das grandes fontes de divisa do País. É o resultado de uma política industrial de financiamento, apoio à exportação e incentivos fiscais específicos;
- Na indústria editorial, o segmento dos livros escolares res-

12 Note-se que, nos EUA, as bibliotecas públicas ainda são as responsáveis por 70% do acesso gratuito à Internet, segundo estudo patrocinado pela Fundação Bill e Melinda Gates. Na Inglaterra, todo o sistema de *e-government* foi montado em cima da estrutura das bibliotecas públicas. No Brasil, como não se faz nada coordenado em termos de governo, o MCT gasta rios de dinheiro instalando telecentros fora das bibliotecas...

13 Exceções existem. A modernização do sistema de bibliotecas públicas do município de Guarulhos (SP) gerou demanda contínua e acabou se tornando um dos temas de campanha para a reeleição do prefeito Elói Pietá.

ponde com agilidade e qualidade às políticas públicas de desenvolvimento da educação. Os números refletem isso.

- Ainda na indústria editorial os segmentos de obras gerais, religiosos e CTP dependem apenas do desenvolvimento do mercado *livre* e dos reflexos advindos do aumento da educação. Ainda assim, nos últimos anos, desenvolveram, por conta própria, ações de fortalecimento do segmento: a) ampliação das atividades de capacitação do setor (Escola do Livro da CBL; Universidade do Livro da Funesp; cursos especiais promovidos pela FGV, Fipe e outras iniciativas congêneres); b) desenvolvimento de novos produtos segmentados, em especial os livros de bolso vendidos em bancas de jornal e coleções destinadas a públicos específicos. As primeiras tendem a baratear o preço de capa e as segundas a ampliar segmentos de mercado; c) Aumento expressivo das Feiras de Livros, festivais de literatura e ações congêneres, que atraem parcelas cada vez maiores da população em torno do livro.

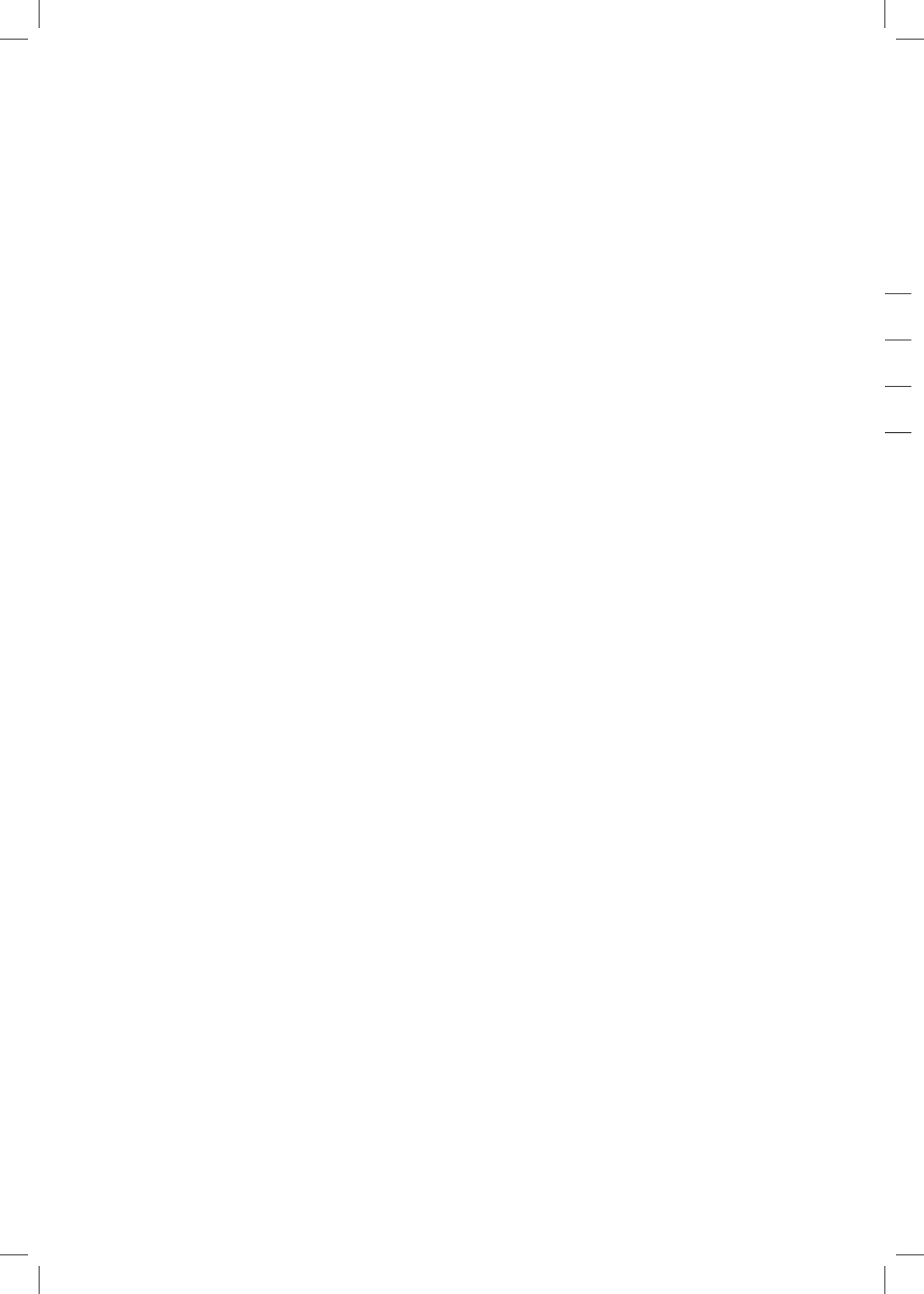
- As livrarias, por sua vez, sofrem diretamente as consequências das compras centralizadas; as livrarias de bairro desaparecem, não há estímulo para a abertura de livrarias em cidades pequenas e o processo de concentração aumenta.

Dito isso, é preciso ir além e afirmar que a ausência de uma política de bibliotecas públicas **à altura das necessidades do Brasil** é o que faz que a indústria editorial seja manca. A parcela diretamente direcionada para a educação responde de forma ágil e competente aos investimentos governamentais, oferecendo livros de qualidade e na quantidade demandada. A outra parte depende do mercado para se afirmar e crescer. Cresce porque a educação cresce e assim aumenta o número de leitores. Mas isso se faz à custa de uma enorme injustiça: a maioria da população não tem acesso ao livro e à leitura depois que deixa a escola, e somente políticas públicas consequentes – continuadas e em volume suficiente – permitirão que se construa uma rede de bibliotecas públicas em nosso País.

É preciso, portanto, que existam investimentos nas bibliotecas públicas no mínimo no mesmo porte e com a mesma continuidade que existem para o livro escolar.

Pois se a história e o desempenho da indústria editorial brasileira demonstram uma capacidade de resposta rápida e eficaz às necessidades do País, essas respostas, entretanto, são decorrentes da aplicação de políticas públicas definidas e sistematicamente aplicadas. Foi – e é assim – no caso da educação. Precisa ser – mas ainda não é – pela ausência de políticas públicas que garantam a possibilidade ampla de acesso ao livro pela população em geral, por meio das bibliotecas públicas. É precisamente o que falta para que a indústria editorial corresponda e possa atender às necessidades de educação, cultura e lazer para os que já saíram das escolas.

FELIPE LINDOSO é mestre em Antropologia Social, editor e jornalista. Foi diretor de Relações Institucionais da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e dirige a Associação Cultural Basílio da Gama. É autor do livro *O Brasil Pode Ser um País de Leitores?* (Summus, 2004).



Uma nova agenda para as políticas públicas do livro e leitores

“(...) a Política não tem fins perpetuamente estabelecidos, (...): os fins da Política são tantos quantos são as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias.”

Norberto Bobbio¹

Propor, buscar ou debater uma nova agenda para o livro e a leitura é sempre um exercício essencialmente político e, principalmente, de análise da atuação da política pública que vem sendo aplicada na área da cultura e da educação. Ao tratar do tema de políticas públicas no Brasil, e analisar os dados extraídos da pesquisa *Retratos da leitura*, marcados por conquistas e pelo muito que ainda é preciso fazer pelo livro e a leitura, creio que é oportuno recortar brevemente algumas possibilidades sobre o termo *política*. Afinal, é disso que estamos tratando, de decisão política sobre um segmento da política cultural brasileira, considerada, por muitos, essencial para o desenvolvimento pleno da cidadania.

Se examinarmos o significado clássico e moderno do termo política, lá já está consignada a remissão ao civil e ao público, além de originalmente derivado de *polis*, que se refere às cidades e ao urbano. Nos primórdios do termo e durante muito tempo, a política

¹ Bobbio, Norberto – in *Diccionario de Política*, v. 1, p. 957, 11ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

foi tratada como a atividade humana que se refere às coisas (ou à compreensão das coisas) do Estado, da cidade, do governo humano onde o público é referência obrigatória.

Dos pensadores gregos aos contemporâneos, o termo política foi objeto de vários tratados e se sobressaem aqueles que o relacionaram com as formas de poder. E claro, estou falando aqui do poder do homem sobre o homem – da dominação. Nesse particular, as políticas públicas para as artes e as culturas têm lugar privilegiado, partes fundamentais no jogo de poder. Seria tedioso aqui repetir os inúmeros usos das atividades culturais sustentadas pelos Estados em favor de regimes dos mais variados matizes, principalmente aqueles marcados pelo arbítrio.

Mas a política tem outras marcas de origem, além do poder e da dominação. Na contemporaneidade, os séculos 19 e 20 foram pródigos em alimentar um aspecto central da política, e do poder político, que quero aqui ressaltar: o seu aspecto teleológico, dos seus fins, de suas finalidades. Essa hipótese de que a política poderia ser definida teleologicamente foi derrubada, entre outros, por Norberto Bobbio, justamente porque ela detém o *monopólio da força, constitui o poder supremo num determinado grupo social*. Ora, se o grupo social detentor da força suprema é senhor da vontade naquele momento histórico, é lícito entender que ele tomará medidas e desenvolverá ações que sejam prioritárias para a classe dominante daquele grupo. O resultado, argumenta Norberto Bobbio, é que os fins da política se conformam de acordo com os objetivos do grupo social no poder, *de acordo com os tempos e as circunstâncias*.²

Essa pequena introdução conceitual sobre o termo *política* é justamente para refletir sobre os tempos e as circunstâncias que vivemos atualmente no Brasil. Ora, se falamos de política pública, e a entendemos como expressão de um poder político, essa política tem forma, tem diretriz, tem características que a identificam como única em relação aos outros períodos históricos de nosso país. Se analisarmos de maneira atemporal a atual política pública direcionada para a educação e a cultura, não só ficará difícil compreendê-

² Bobbio, Norberto – *op. cit.*

la, mas, ainda pior, será impossível projetar uma nova agenda que cumpra integralmente os objetivos maiores que interessam à *polis*, ao público.

Numa perspectiva sombria de análise atemporal, perderemos também a antiga noção grega entre *chronos*, definida como o tempo sequencial, cronológico, e *kairós*, o momento certo. Conforme Webster (1993), o termo *kairós* refere-se à antiga noção grega para o aspecto qualitativo do tempo. Ao simbolizar o momento certo, *kairós* é também momento singular, momento oportuno, momento crítico para a ação determinada e única. Avesso à cronologia linear do tempo, sem o passado e sem o futuro, *kairós* é o instante preciso e decisivo do presente, em que a ação que se efetivar naquele momento do tempo poderá definir os acontecimentos no momento cronológico posterior. Vivemos, portanto, um período *kairós* na política pública para o livro e a leitura.

Da lucidez de se identificar os tempos na política muitas vezes depende o êxito das empreitadas humanas e todas elas têm em comum o saber de que aquele período histórico não é eterno ou imutável. Que período histórico estamos vivendo no Brasil na área do livro e da leitura? Em minha opinião e na de muitos que encontro pelo Brasil afora, dos especialistas aos batalhadores diuturnos pela leitura, vivemos um período excepcional, promissor e decisivo. É o nosso momento da ação, *kairós*. Saberemos aproveitá-lo para avançar?

O tempo presente

O Brasil deste ainda início do século 21 é um País que já caminha há alguns anos sob a perspectiva de um poder político enquanto Estado Democrático, que busca consolidar um projeto sociopolítico que construa uma nação para todos e procura desenvolver seu maior e mais valioso capital social: sua gente. Fruto do desenvolvimento de nossa história social e política, onde muitos caíram na luta pela justiça social desde os tempos da colônia, a contemporaneidade brasileira aponta para um País em fase de desenvolvimento de suas forças humanas que buscam (e lutam) pelo bem-estar individual e coletivo.

Em que pese imensa desigualdade social, as disparidades econômicas, as falcatruas políticas que enlouqueceriam as teorias da Moral e da Política, o Brasil caminha desde o período pós-ditatorial em passos muitas vezes lentos e desarmoniosos, para um patamar superior no que diz respeito ao bem-estar e à responsabilidade de termos um país melhor. Os mais variados índices e indicadores sociais demonstram a perenidade de imensas mazelas históricas ao mesmo tempo em que indicam a quase universalização da escolaridade básica e a inserção de imensa massa de brasileiros que saíram da linha da miséria nos últimos anos. Não há como analisar o atual fenômeno do lugar da leitura na agenda cultural sem levar em conta esse contexto geral.

O que mais me impulsiona para o raciocínio de que o País está começando a caminhar satisfatoriamente na área do livro e da leitura, caminhada que se acelerou a partir de 2005, é quando vislumbro o quanto se está construindo em torno de uma política pública cultural e educacional, em que o PNLL é um marco de coesão e direção estratégica. Entendo que o Brasil, por intermédio da união fundamental de ações do Ministério da Cultura e o da Educação, criando o PNLL, chegou, nos últimos quatro anos, a um novo patamar, desvelou um novo tempo histórico, sob determinadas circunstâncias para que logremos conquistar uma política de Estado para o livro, a leitura, a literatura, as bibliotecas. Fundamento essa conclusão em alguns pontos que são imprescindíveis para se reconhecer e distinguir o que é uma política pública das ações pontuais de incremento e estímulo à leitura, essa última comum à maioria dos governos desde a redemocratização. Vejamos algumas diretrizes e ações nos últimos quatro anos que caracterizam esse percurso que caminha para a consolidação de uma política de longa duração. Que seja observado que o que está sendo construído é básico, é alicerce, é o mínimo necessário para o País avançar em direção a uma política pública superior na área da leitura e de sua democratização.

Precedido pela histórica sanção à Lei nº 10.753, a Lei do Livro, em 2003, ao iniciar, em 2004, a preparação do Ano Vivaleitura – Ano Ibero-Americano da Leitura – o Estado procurou dialogar amplamente com todos os segmentos dos setores criativo, produ-

tivo, distributivo e mediador de leitura. Essa atitude do governo de reconhecer o que se fazia e o que se produzia no País desde o início desta trajetória que culminou no texto consensual do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) em dezembro de 2006, forjou um sólido posicionamento de se criar uma política em parceria concreta e de longo prazo com a sociedade brasileira. Solidificou-se a posição imprescindível a uma política pública que é a “inter-relação dinâmica entre a sociedade que inquire, se compromete e propõe e o Estado que trabalha na busca do pleno reconhecimento e promoção da leitura e da escrita como direitos essenciais das pessoas no mundo contemporâneo. Dessa perspectiva, o Estado ajuda a moldar, conduzir e projetar a sociedade, cumprindo com o fim último para o qual existe: promover o bem comum e o pleno desenvolvimento de todos. E a sociedade atua como instância básica que imprime ao Estado seu dinamismo, mas também a legitimidade e a pertinência necessárias para a ação pública. Essa relação [Estado e sociedade] permite tanto orientar as tarefas estatais, como fortalecer a participação social, gerando uma cultura política que aproxime o cidadão ao exercício político e torne sensível a política para as necessidades sociais”.³

Esse posicionamento se concretiza nas centenas de reuniões, encontros, seminários temáticos, congressos, oficinas de trabalho realizadas desde 2003/2004; concretiza-se também na formatação de instituições e fóruns com ampla participação da sociedade, como o extinto Comitê do Vivaleitura, da atual Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura (CSLLL) e do Conselho Diretivo e Coordenação Executiva do PNLL. No âmbito desse último, a busca, catalogação e intercâmbio de todas as ações do livro e leitura que a sociedade está realizando no País são não apenas uma ação prioritária [conhecer, divulgar, promovendo a intercooperação], mas uma atitude de valorização de todas as ações que incrementem a leitura no País, num co-protagonismo Estado e sociedade.

É importante ressaltar que as iniciativas acima citadas se tornaram aplicáveis mediante determinados conceitos que são funda-

³ In: *Por una política pública de lectura y escritura* – Primeros Encuentros Regionales de Lectura y Escritura 2002, p. 11. Bogotá: Asolectura, 2002.

mentais para uma política dessa natureza. Realço aqui a clareza dos objetivos gerais que condicionam essa atitude do Estado, ou seja, a firmeza em formular políticas culturais e educacionais que promovam a equidade social, dirigidas à imensa massa de excluídos que, infelizmente, ainda são a absoluta maioria em nosso País. Por exemplo, as recentes diretrizes do programa *+Cultura*, apenas para me fixar nas ações do MinC e com prejuízo por não citar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do MEC, ilustram perfeitamente o que quero dizer:

- **Garantir o acesso aos bens culturais** e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
- **Qualificar o ambiente local das cidades**, ampliando a oferta de equipamentos e os meios de acesso à produção e à expressão cultural;
- **Gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda** para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro.

No marco dessas diretrizes gerais do *+Cultura*, que envolve um investimento de R\$ 4,7 bilhões até 2010, desenvolveu-se dentro do programa um lugar de grande projeção para o livro e a leitura: modernização de 4,5 mil bibliotecas; 100 bibliotecas referenciais com espaço multiuso; zerar o número de municípios sem bibliotecas; 4 mil pontos de leitura; programa de formação de mediadores de leitura; livros a preços populares. Entendo que o destaque e a importância estratégica que a leitura e, principalmente, as bibliotecas têm no *+Cultura* são mais um elemento que sedimenta nosso raciocínio de que estamos, de fato, construindo uma política pública para o setor. É preciso destacar que todas essas ações previstas na área do livro no *+Cultura* estão dentro dos objetivos e metas do PNLL, pactuados entre Estado e sociedade e aprovado em 2006 na CSLLL. Esse pacto estratégico não deve ser menosprezado em nossas análises.

Dentre esses objetivos, o destaque do programa para a modernização das bibliotecas [acervo, equipamentos, infraestrutura e recursos humanos adequados] atende aos diagnósticos conhecidos do setor há muitos anos. Igualmente a concretização de um grande programa de incentivo à formação de mediadores de leitura, representados pela absorção e ampliação dos saberes e a força do Proler e da criação de 4 mil agentes de leitura, baseado na bem-sucedida experiência do Ceará, é outro destaque dessa política. Ela atende, no âmbito do MinC, às expectativas dos especialistas e militantes pela leitura que sabem que o livro sem mediadores adequados dificilmente cumprirá seu papel de conquistar leitores. Bibliotecas como principal veículo da democratização do acesso, vinculadas a um sólido programa de mediadores de leitura, substituem, com enorme vantagem estratégica, o usual expediente de entregar livros e equipamentos às prefeituras, que logo se transformam, salvo gloriosas exceções, em depósitos de livros sem leitores. Ao contrário, enquadrando-se numa perspectiva típica de política cultural adequada para o setor, que prevê ações de longo prazo e de larga envergadura, documento do MinC, que trata do livro e a leitura no +*Cultura*, é afirmativo:

A execução de ações na área de livro e leitura dentro do Programa +*Cultura* será de fundamental importância, pois é necessário estimular a leitura, em suas diversas formas de exercício, para que essa seja vivenciada como atividade cotidiana em nosso País. A extensão do relacionamento de nossas populações com textos escritos ou em imagens é indispensável para a construção da cidadania. Presente em muitas práticas corriqueiras que organizam os modos de vida, a transversalidade da linguagem textual é um recurso decisivo para a ampliação das oportunidades de vida de todos e de cada um. Por isso, a universalização do acesso à leitura deve ser uma meta básica do +*Cultura*.

Neste sentido, é necessário que as bibliotecas públicas brasileiras – principais locais de acesso dos brasileiros de baixa renda a livros, pois ali dispõem gratuitamente de obras que nas livrarias custam bastante caro – sejam potencializadas como centros culturais e de serviços, estimulando que sua multifuncionalidade gere uma rede de informações e servi-

ços. Tornar esses equipamentos dinâmicos e integrados em rede é o que torna possível fazer deles um dispositivo contemporâneo de promoção sociocultural. Com suas ações nessa área, o Ministério da Cultura, por meio do +Cultura, estará cumprindo o artigo I da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, I, que prevê "assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro".⁴

Se aliarmos a essas ações do programa +Cultura as enormes perspectivas de integração com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do MEC, que prevê imensos aportes para a tradicional formação de acervos, a ênfase na formação de professores, a integração das ações educativas com todos os entes federados, a melhoria da qualidade da educação e do letramento, temos um cenário sólido de desenvolvimento de uma política pública consistente para o livro e a leitura.

Embora haja um clima de confiança na política atual, há uma questão que se impõe: as existências dessas ações no presente garantem sua perenidade republicana, ou seja, uma política de Estado para o livro e a leitura?

O tempo futuro

Compreendo o alcance da grande síntese do PNLL nessa perspectiva de uma política de Estado: a que identifica as responsabilidades e os autores da promoção do livro e da leitura. A frase síntese do PNLL – “Estado e Sociedade Atuando pelo Desenvolvimento da Leitura no País” – não é retórica, mas reflexo do presente tempo político e da sociedade que estamos construindo.

Definidas as responsabilidades tanto do Estado quanto da sociedade, identificadas as parcerias, devemos estar atentos para os objetivos do PNLL; e vale aqui lembrar que eles são abrangentes, ambiciosos e buscam dar conta do conjunto de tarefas que devem ser cumpridas num verdadeiro programa de leitura no Brasil. No seu texto original, lemos que o Plano Nacional do Livro e Leitura *“tem por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia*

⁴ In: *Ações do livro e leitura no +Cultura*. MinC: documento da Coordenadoria-Geral do Livro e Leitura, pp. 2 e 3, setembro/2007.

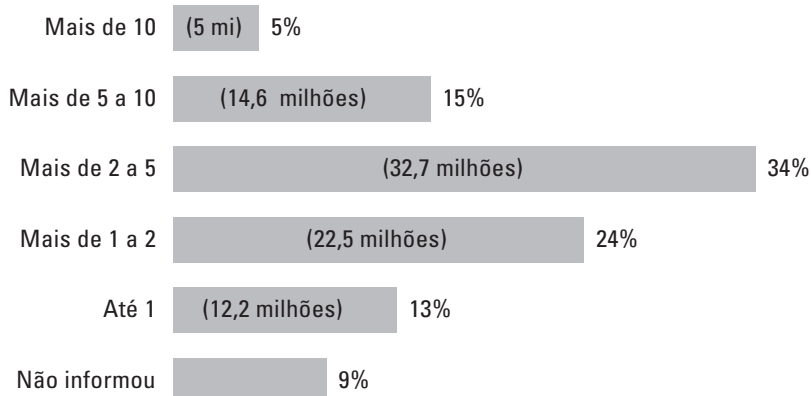
produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.⁵



Quanto à pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, identifiquei duas questões exemplares e fundamentais que demandam a intervenção firme e continuada dos promotores do mundo do livro e da leitura, para construirmos a nova agenda que este capítulo pretende apontar. Igualmente concluo com uma reflexão de como vejo possível a manutenção desse ciclo virtuoso pela leitura que apenas se inicia.

5 Portaria Interministerial 1.442, do MinC e do MEC, de 14 de agosto de 2006 que criou o PNLL.

Leitores de livros no Brasil (por renda familiar)*



Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil

* Em salário mínimo vigente no País.

1) A centralidade do papel da escola na formação dos leitores e a necessária manutenção, expansão e permanência da colaboração da educação e da cultura.

Os resultados apontam que dos 55% da população brasileira considerados leitores pela pesquisa, 54% são estudantes e 70% têm formação escolar: Ensino Fundamental (28%), Ensino Médio (27%) e Ensino Superior (15%). Outro fator indicativo da centralidade da escola no processo de formação de leitores é a informação de que 3,4 livros lidos, num total de 4,7, são indicados pela escola. Apenas 1,3 livro lido não faz parte do universo escolar. Isso significa que a escola facilita o acesso ao livro mais do que qualquer outro equipamento cultural, inclusive as bibliotecas, e se afirma no Brasil como o local privilegiado de formação de leitores.

Afora a óbvia necessidade de se adquirir o código da escrita, o PNLL assinala a necessidade de políticas que “ultrapassem o código da escrita alfabética e a mera capacidade de decifrar caracteres, percebendo-a como um processo complexo de compreensão e produção de sentidos, sujeito a variáveis diversas, de ordem social, psicológica, fisiológica, linguística e outras; uma perspectiva

mecanicista da leitura, que pretende reduzir o ato de ler a mera reprodução do que está no texto, tem sido um dos mais graves obstáculos para o desenvolvimento da leitura e da escrita. A leitura configura um ato criativo de construção de sentidos, realizado pelos leitores a partir de um texto criado por outro(s) sujeito(s)”.

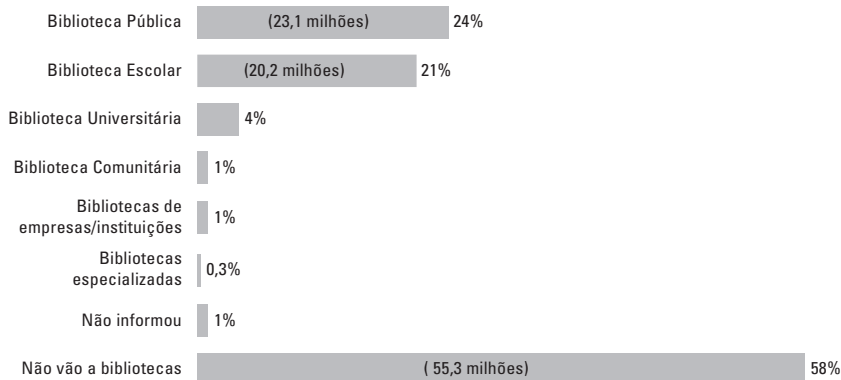
Além da tarefa de conquistar os outros 45% não-leitores, é fundamental que a escola continue a orientar cada vez mais fortemente sua política de leitura para a “construção dos sentidos”, e aí cabe ressaltar a importantíssima e estratégica aliança entre educação e cultura no desenvolvimento do trabalho de formação de leitores na escola. Por isso, reafirmo que dentre todos os atores hoje responsáveis por um Brasil leitor, os educadores e os operadores da cultura, notadamente por intermédio das bibliotecas vivas e de acesso público, são as principais peças desse grande esforço nacional pela leitura e os elementos centrais dessa construção. Caberá ao MinC e ao MEC, às secretarias estaduais e municipais de educação e de cultura, a manutenção e ampliação dessa salutar política de colaboração e intersecção de trabalhos apenas iniciada em torno do PNLL.

2) A democratização do acesso ao livro, eixo 1 do PNLL, e a centralidade que deveria ter a biblioteca como veículo dinamizador da leitura como política pública permanente.

Embora soubéssemos do problema por dados parciais e por observação, não deixa de ser chocante a informação de que 73% dos brasileiros não frequentam bibliotecas, 17% a usam ocasionalmente e apenas 10% a frequentam. Sabemos as razões desse abandono e não vou aqui tratar dessas razões. Mas é importante reafirmar algumas estratégias que constam do PNLL.

Com todos os índices de exclusão social e econômica que vive a maior parte dos brasileiros, refletidos no comércio de livros no conhecido problema do preço final de capa *versus* a capacidade de compra da população, é central o papel da biblioteca como meio de acesso democrático ao livro para o conjunto da população. A biblioteca deveria ter um papel equivalente ao da escola na manutenção e formação de leitores que já não estejam na esfera escolar. Para que isso ocorra, o PNLL concebeu a biblioteca enquanto dínamo cultu-

Bibliotecas frequentadas por leitores no Brasil



Fonte: Retratos da leitura no Brasil (pergunta feita somente a leitores, com resposta estimulada, podendo escolher várias)

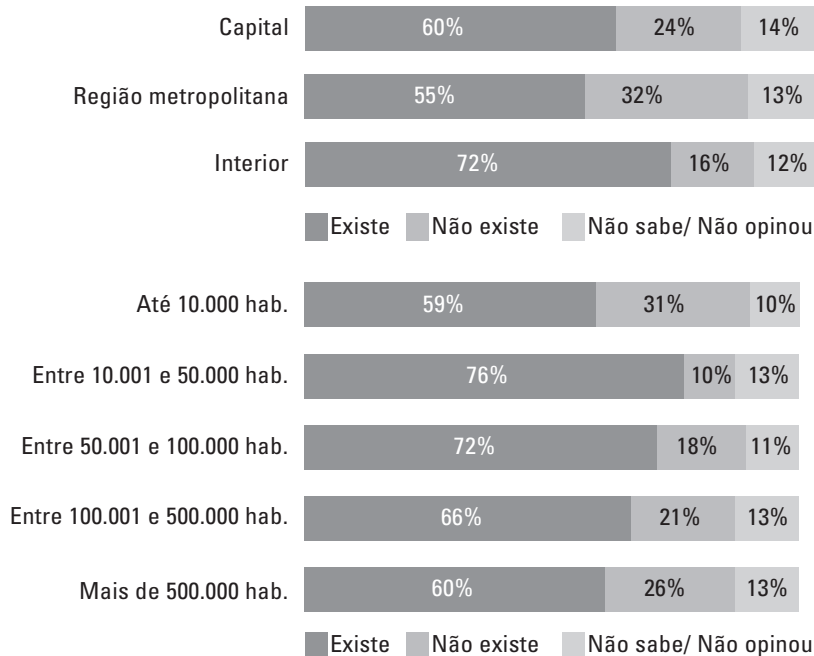
Quem são os usuários de bibliotecas no Brasil

	Estudam	Não Estudam
Biblioteca Pública	27%	9%
Biblioteca Escolar	31%	5%
Biblioteca Universitária	6%	1%
Biblioteca Comunitária	1%	1%
Bibliotecas de empresas/ instituições	1%	1%
Bibliotecas especializadas	0%	0%
Não opinou	1%	0%
Nenhum/ Não costuma ir a bibliotecas	46%	86%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil.

ral: “A biblioteca não é concebida aqui como um mero depósito de livros, como muitas vezes tem-se apresentado, mas assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais; para isso, devem estar sintonizadas com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações.”

Conhecimento da população sobre a existência de bibliotecas



Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (pergunta feita a todos os entrevistados)

Nesse ponto, a aliança entre os atores públicos e privados da leitura transcende as alianças internas ao próprio Estado, embora seja ele o responsável maior pela instalação e manutenção de bibliotecas vivas para a população, hoje felizmente em fase de execução no programa *+Cultura*, por exemplo. A história da formação de nossas bibliotecas criou estruturas estanques que até hoje não se comunicam – bibliotecas públicas, escolares, de empresa, de instituições, comunitárias. O PNLL propõe o rompimento dessa estrutura não-comunicante e busca criar a rede de bibliotecas de acesso público. Para isso é fundamental a união dos atores do Estado e da sociedade para constituir e manter essa rede de acessibilidade irrestrita no formato de bibliotecas vivas, atuantes, modernas e inseridas plenamente na vida dos brasileiros enquanto espaços de conhecimento, de informação, mas também de prazer, de lazer, de atividades lúdicas.

Se o atual programa Biblioteca Viva, do +*Cultura*, atende às necessidades de um sólido projeto de bibliotecas públicas necessárias a uma nova Agenda do Livro no Brasil, essa só estará completa se conquistarmos mais duas grandes medidas que se fazem urgentes: o estabelecimento de ampla e permanente fonte de financiamento das políticas públicas e a criação de um organismo capaz de dirigir, articular e coordená-las.

Não nos esqueçamos do tempo político, do *chronos* e do *kairós* a que me referi no início. E, tampouco, não nos esqueçamos de que conquistar leitores é tarefa permanente e de longo prazo! Entendo que cabe neste momento oportuno em que vivemos uma ação que possa perpetuar as iniciativas que estão sendo lideradas pelo Estado e objetivamente desenvolvidas nos programas +*Cultura* e no PDE. Objetivamente temos hoje um governo federal que tomou a iniciativa de retomar com vigor a resolução da questão da leitura no País e colocou essa tarefa nas mãos da parceria do Estado com a sociedade. Precisamos transformar essa iniciativa, ainda neste governo, em política de Estado.

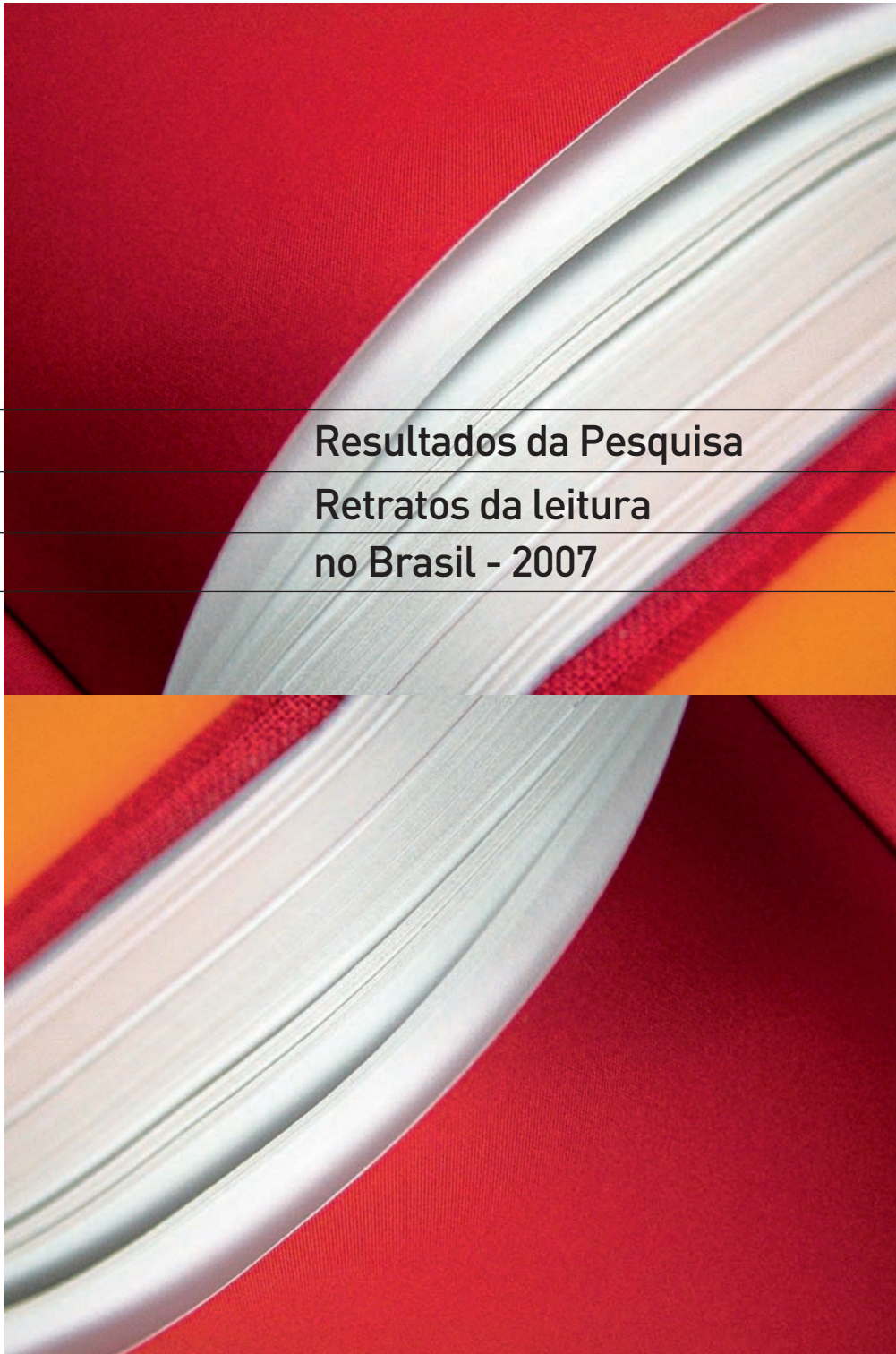
Creio que é unânime a opinião no setor de que chegamos com o PNLL a um modelo superior de trabalho consensual entre todos os atores do mundo do livro e da leitura, modelo esse que, se perpetuado, poderá alimentar a longo prazo uma política de Estado. Ou seja, a perenidade do PNLL pode significar a de todos os programas e objetivos que estamos vivenciando neste momento da história. Precisamos parar definitivamente com a descontinuidade administrativa na área do livro e da leitura. Para que isso ocorra medidas corajosas e enérgicas de sustentabilidade econômica e administrativa devem ser tomadas com urgência.

A consolidação definitiva desse modo de fazer a política nacional do livro e da leitura, modo de administração compartilhada entre Estado e sociedade, alma do PNLL, passa pela criação efetiva, oficial, definitiva, de um *Fundo Pró-Leitura* com recursos inicialmente originados da contribuição compulsória de 1% do faturamento de todo o setor editorial e livreiro, conforme pactuado na desoneração fiscal instituída em dezembro de 2004. A administração desse fundo deverá estruturar-se em torno do PNLL, com os conceitos e objetivos

consensuais já obtidos no esforço vitorioso de sua construção, criando um organismo forte e autossustentável, que articulará a aplicação dos recursos nos quatro eixos estruturantes do Plano.

Reitero, portanto, um apelo aos Poderes Executivo e Legislativo, a todos os partidos políticos e lideranças públicas, endossando com veemência enquanto cidadão e secretário-executivo do PNLL, os documentos do setor empresarial entregues ao poder público federal em outubro de 2007 solicitando a criação imediata do fundo e que ele sustente e estruture definitivamente o PNLL. Essa ação é a maior contribuição que a atual geração pode fazer hoje para o avanço do Brasil em direção a um país leitor e à certeza de que não estamos construindo, mais uma vez, um castelo de cartas, pronto a ruir a qualquer momento.

JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO é secretário-executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (www.pnll.gov.br), dos ministérios da Cultura e da Educação; doutor em Filosofia pela USP; professor da Unesp e presidente da Fundação Editora Unesp (www.editoraunesp.com.br). Autor, editor e consultor de instituições nacionais e internacionais, preside a Eulac (Asociación de Editoriales Universitarias de America Latina y el Caribe)



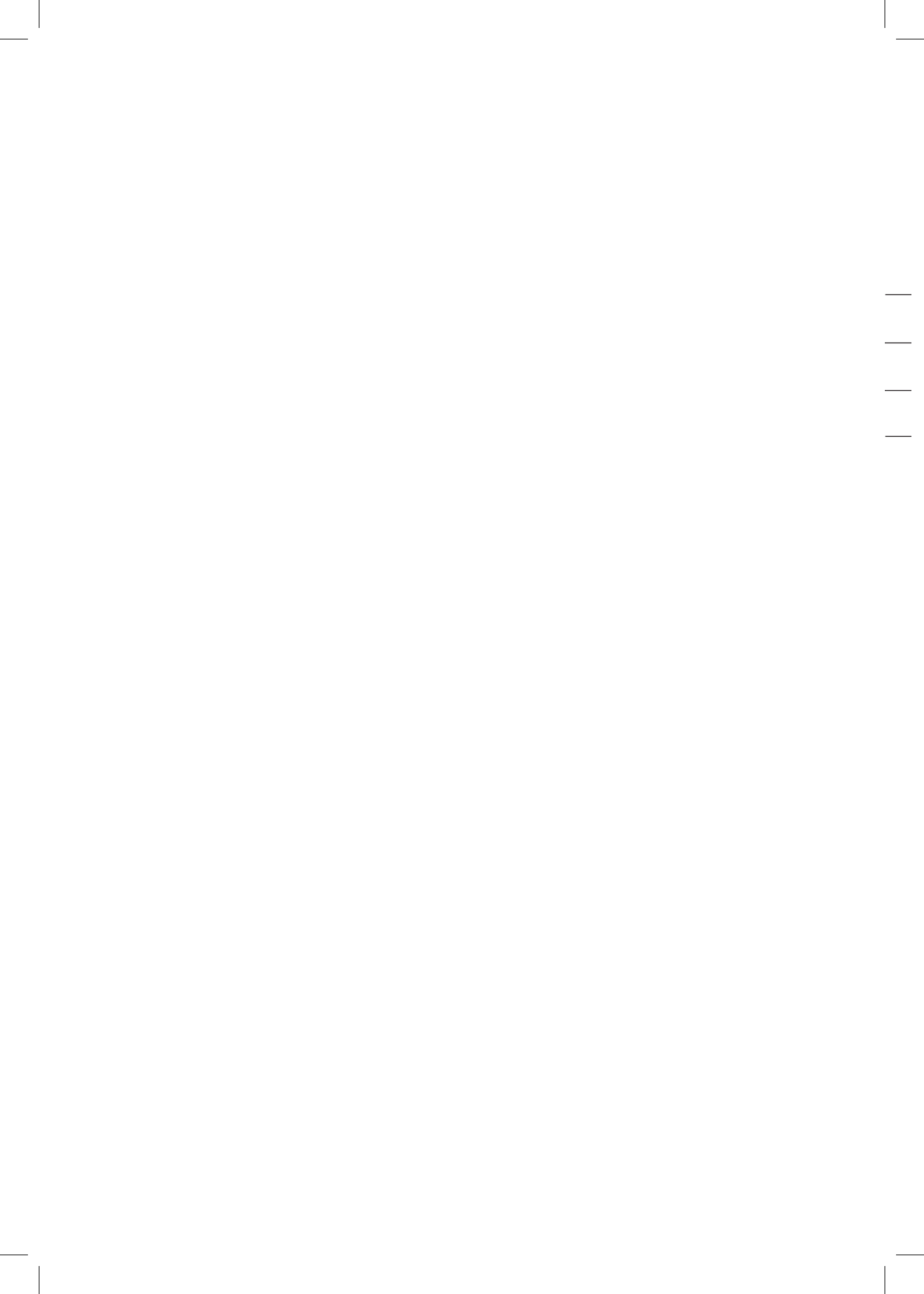
**Resultados da Pesquisa
Retratos da leitura
no Brasil - 2007**

A segunda edição da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* levantou hábitos, práticas e opiniões da população brasileira a partir de 5 anos de idade e com qualquer nível de escolaridade, inclusive os analfabetos. As entrevistas foram aplicadas no final de 2007 e a análise dos dados se deu no primeiro semestre de 2008.

Embora o foco desse trabalho tenha sido o livro, foram investigados 11 diferentes suportes de leitura, com o objetivo de traçar o panorama mais completo possível sobre o comportamento leitor dos brasileiros.

Os resultados farão parte de uma série histórica que o Instituto Pró-Livro pretende atualizar a cada triênio. A pesquisa utilizou metodologia desenvolvida pelo Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc/Unesco) e foi aplicada pelo Ibope Inteligência, com a coordenação do Observatório do Livro e da Leitura.

Para conferir maior consistência ao estudo, a amostra (5.012 entrevistados em 311 municípios em todos os Estados e no Distrito Federal) procurou, sempre que possível, reproduzir as estatísticas oficiais do Brasil quanto à região geográfica, gênero, escolaridade, renda familiar, idade e religião, entre outros. Ao lado das amostras da pesquisa, estão os gráficos e os números oficiais, gerados principalmente pelo IBGE.



Lista das tabelas e gráficos

Perfil da amostra por gênero (2006)
Perfil da amostra por idade
Perfil da amostra por escolaridade
Onde passou a maior parte da vida escolar
Perfil da amostra por classe social
Perfil da amostra por renda familiar
Perfil da amostra por região geográfica
Perfil da amostra por porte de município
Perfil da amostra por tipo de município
Perfil da amostra por papel familiar (2000)
Perfil da amostra por religião
Perfil da amostra por cor/raça
O que a leitura significa para os brasileiros
O que leitura significa para os brasileiros
O que os brasileiros gostam de fazer em seu tempo livre
Um em cada três brasileiros conhece alguém que venceu na vida graças à leitura
Perfil dos leitores que declaram gostar de ler em seu tempo livre e fazer isso com frequência
Quem são os leitores de livros no Brasil
Leitores de livros no Brasil (por gênero)
Onde estão os leitores de livro no Brasil (e os que gostam de ler muito em seu tempo livre)
População estudantil no Brasil
Evolução da escolaridade da população (por grau concluído)
Leitores por classe de escolaridade
Taxa de penetração de leitura (por grau de instrução)
Leitores por classe social

Taxa de penetração de leitura (por classe social)
Leitores por idade
Taxa de penetração de leitura (por idade)
O que os brasileiros estão lendo
Gêneros mais lidos por mulheres e homens
Gêneros mais lidos pelos leitores
Gêneros mais lidos pelos leitores (por escolaridade)
Gêneros mais lidos pelos leitores (por idade)
Escritores brasileiros mais admirados pelos leitores
Livros mais importantes na vida dos leitores
Último livro que o leitor leu ou está lendo
Frequência da leitura por tipo de suporte
Tempo dedicado por semana ao suporte preferido (por quem lê cada tipo de suporte)
Tempo dedicado à leitura de livros
Leitura atual comparada ao período em que os leitores dizem que mais leram na vida
Idade em que os leitores mais leram na vida
Motivações dos leitores para ler um livro
Motivações dos leitores para ler um livro (por escolaridade)
Motivações dos leitores para ler um livro (por idade)
Motivações dos leitores para ler um livro (por região)
Fatores que mais influenciam os leitores na escolha de um livro
Forma como os leitores costumam ler livros
Como os leitores costumam ler livros
Lugares onde os leitores costumam ler livro
Leitura de livros em outros idiomas
A releitura de livros entre leitores
Quem mais influenciou os leitores a ler
Frequência com que os leitores veem/viam alguém lendo em casa
Frequência com que leitores eram/são presenteados com livros/revistas na infância
Frequência com que liam/leem para não-leitores
Principais formas de acesso aos livros
Principais formas de acesso aos livros de acordo com a classe social
Principais formas de acesso aos livros de acordo com a região geográfica
Principais formas de acesso aos livros de acordo com a idade
A posse de livros no Brasil
Que livros são esses
A concentração de livros no Brasil
Maioria sabe que existe uma biblioteca por perto
Três em cada quatro brasileiros não vão a bibliotecas
Como as bibliotecas são avaliadas
Compradores de livros no Brasil (comprou pelo menos 1 livro no ano)
Quem são os compradores de livros no Brasil

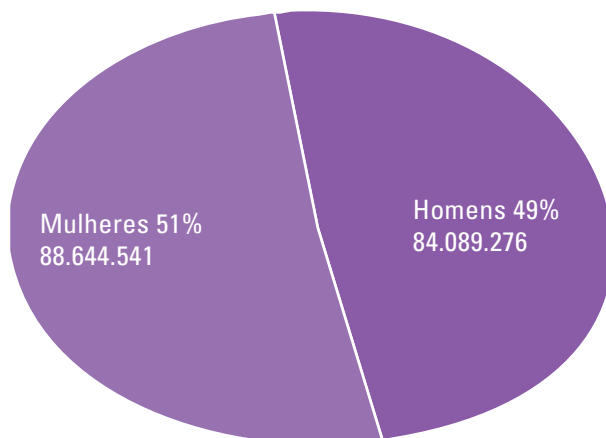
Canais do mercado para acesso ao livro
Motivações do consumidor para comprar um livro
Motivações para escolher onde comprar livros
Quem são os não-leitores de livros
Não-leitores são mais velhos e têm baixa ou nenhuma escolaridade
Não-leitores estão na base da pirâmide social
Limitações dos brasileiros para a leitura
Razões alegadas pelos brasileiros para não terem lido livros no último ano
Indicador nº 1: Número de leitores autodeclarados
Indicador nº 2: Número de não-leitores
Indicador nº 3: Número de livros comprados por ano
Indicador nº 4: Número de livros lidos por ano
Número de livros comprados por ano – Consumo cresce conforme renda e escolaridade
Número de livros lidos por ano – Mulheres leem mais do que homens
Número de livros lidos por ano – Livros lidos por ano por região
Número de livros lidos por ano – Crianças e jovens leem mais que adultos
Número de livros lidos por ano – Leitura cresce na proporção da escolaridade
Número de livros lidos por ano – Quem está na escola lê mais
Número de livros lidos por ano – Leitura cresce na proporção do rendimento familiar (em salários mínimos)
Número de livros lidos – Leitura evolui conforme porte das cidades
Estudo comparativo 2000 – 2007





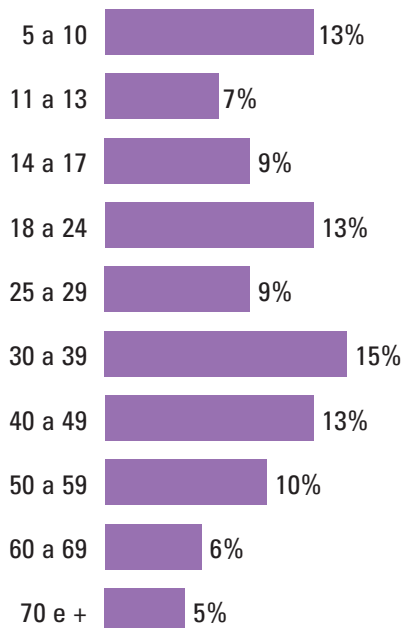
Perfil Demográfico da Amostra

Perfil da amostra por gênero (2006)*



* Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD/IBGE)

Perfil da amostra por idade



* Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD/IBGE)

Os dados do IBGE (2006)*

23.093.541	13,4%
11.649.670	6,7%
14.945.904	8,7%
22.461.158	13%
14.829.973	8,6%
25.907.265	15%
22.904.215	13,3%
16.981.165	9,8%
10.863.349	6,3%
9.097.578	5,3%

Perfil da amostra por escolaridade

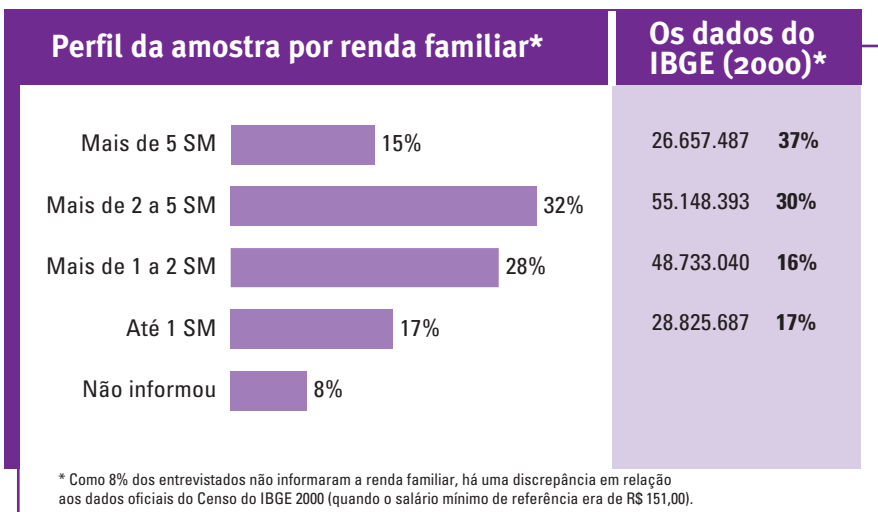
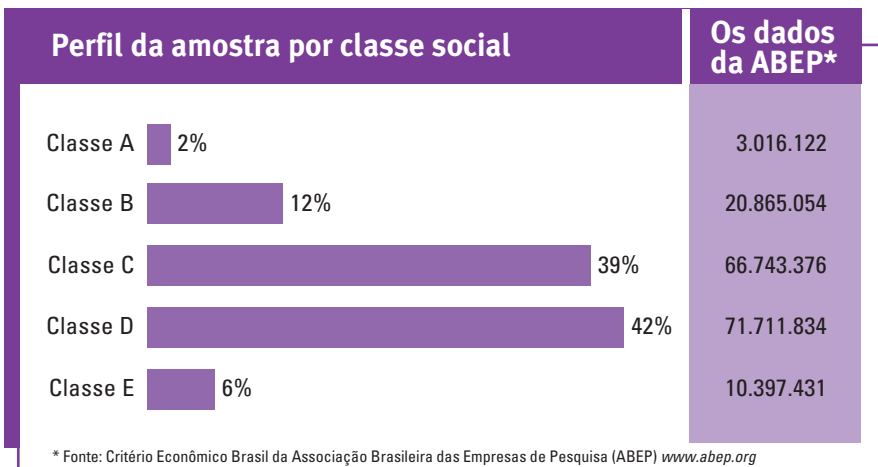
Os dados do IBGE (2006)*

Não alfabetizado	12%	21.269.591	12%
Até 4ª série do Ens. Fund.	32%	56.137.146	32%
5ª a 8ª série do Ens. Fund.	23%	39.916.328	23%
Ensino Médio	23%	39.978.275	23%
Superior	9%	15.432.477	9%

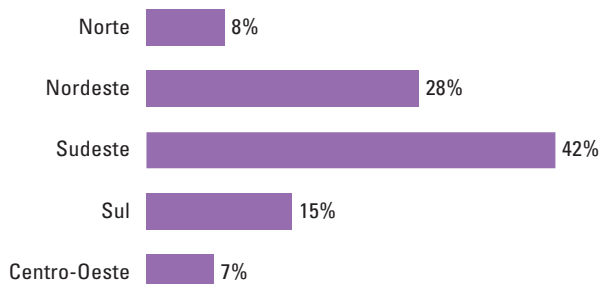
* Fonte: Pesquisa Nacional por Amstras por Domicílio (PNAD/IBGE)

Onde passou a maior parte da vida escolar

Escola pública	85%
Escola particular	9%
Outra / Não informou	7%
Faculdade pública	27%
Faculdade privada	61%
Outra / Não informou	12%



Perfil da amostra por região geográfica

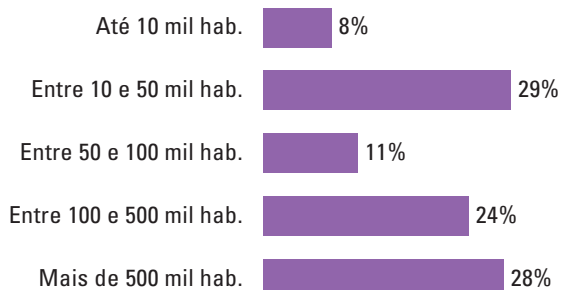


Os dados do IBGE (2006)*

13.534.348	8%
48.728.817	28%
73.265.186	42%
25.090.183	15%
12.115.283	7%

* Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD/IBGE)

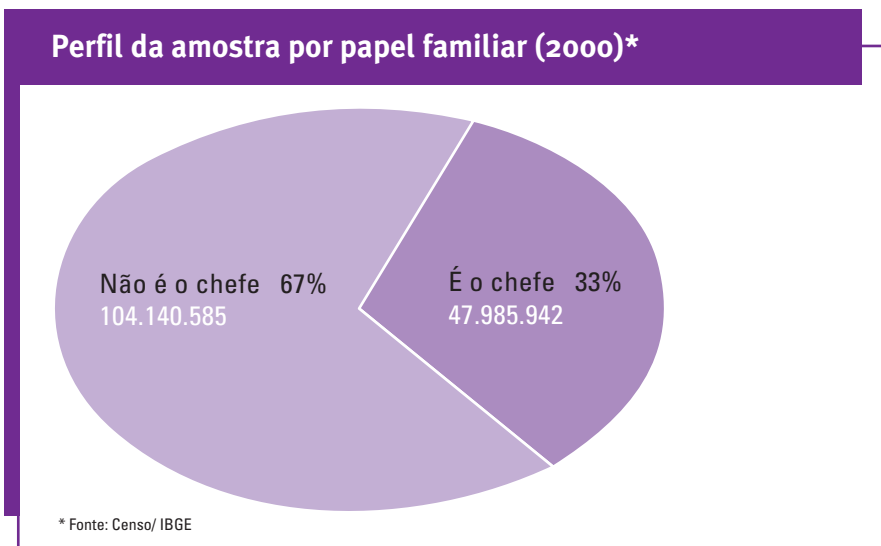
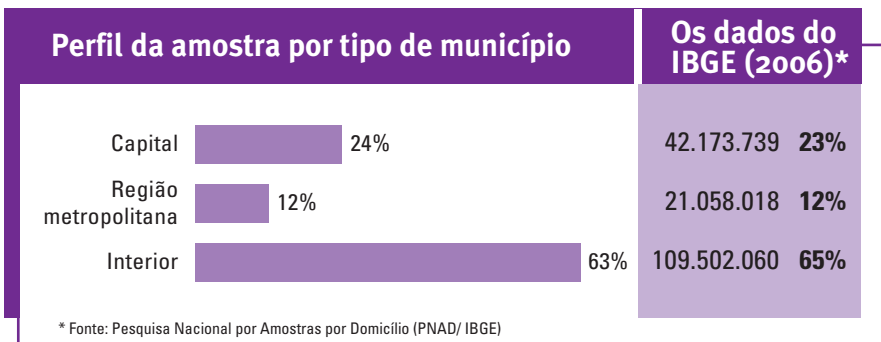
Perfil da amostra por porte de município

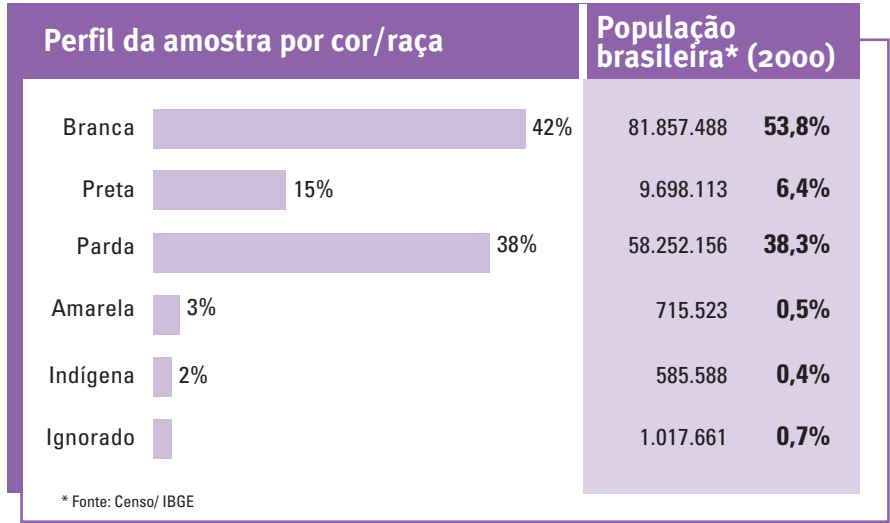
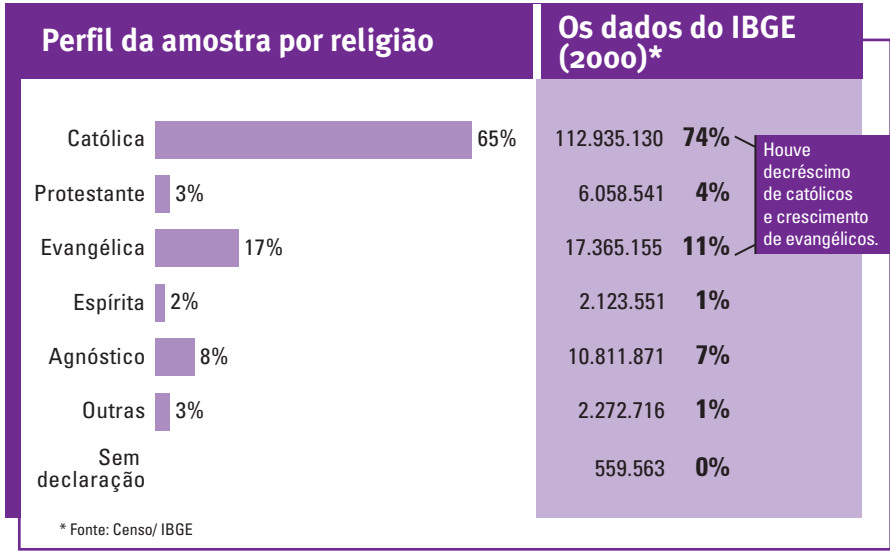


Os dados do IBGE (2006)*

13.088.757	8%
50.519.348	29%
19.054.165	11%
41.344.027	24%
48.727.520	28%

* Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD/IBGE)

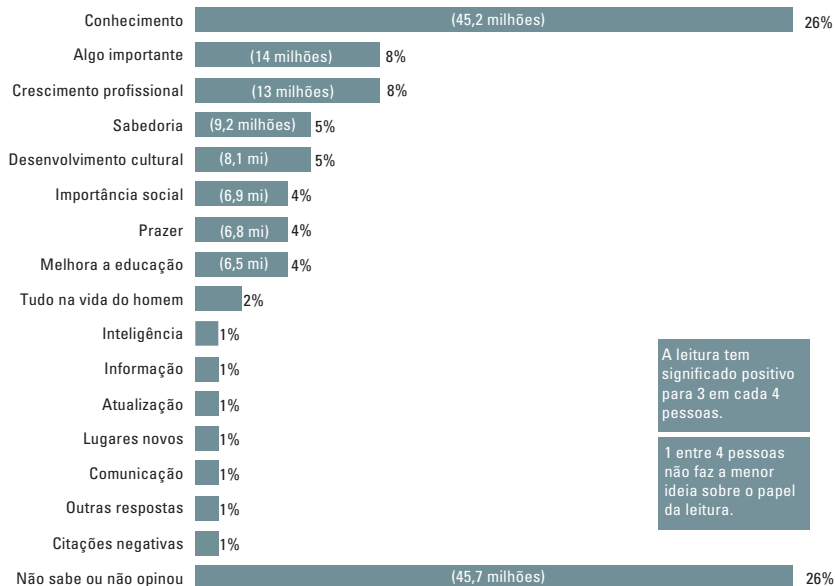




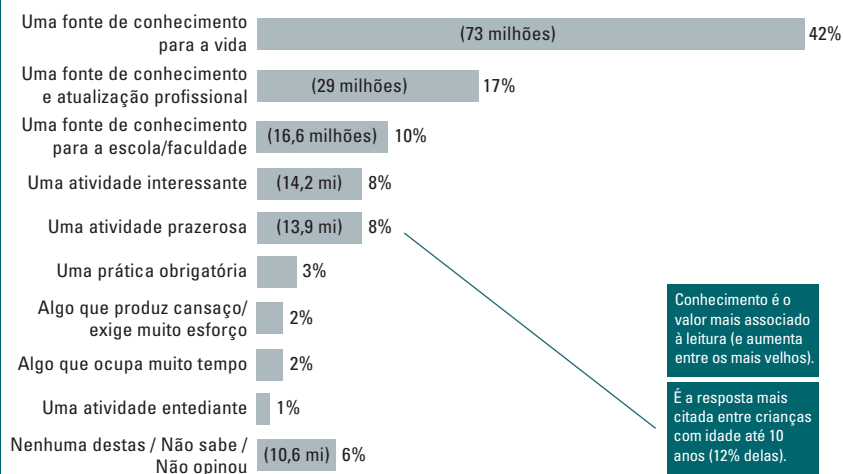
The background of the page is a solid teal color. Overlaid on this are several thick, white, curved lines that sweep across the page from the top right towards the bottom left, creating a sense of motion and depth. The lines are slightly blurred, giving them a soft, ethereal quality.

A leitura no Imaginário

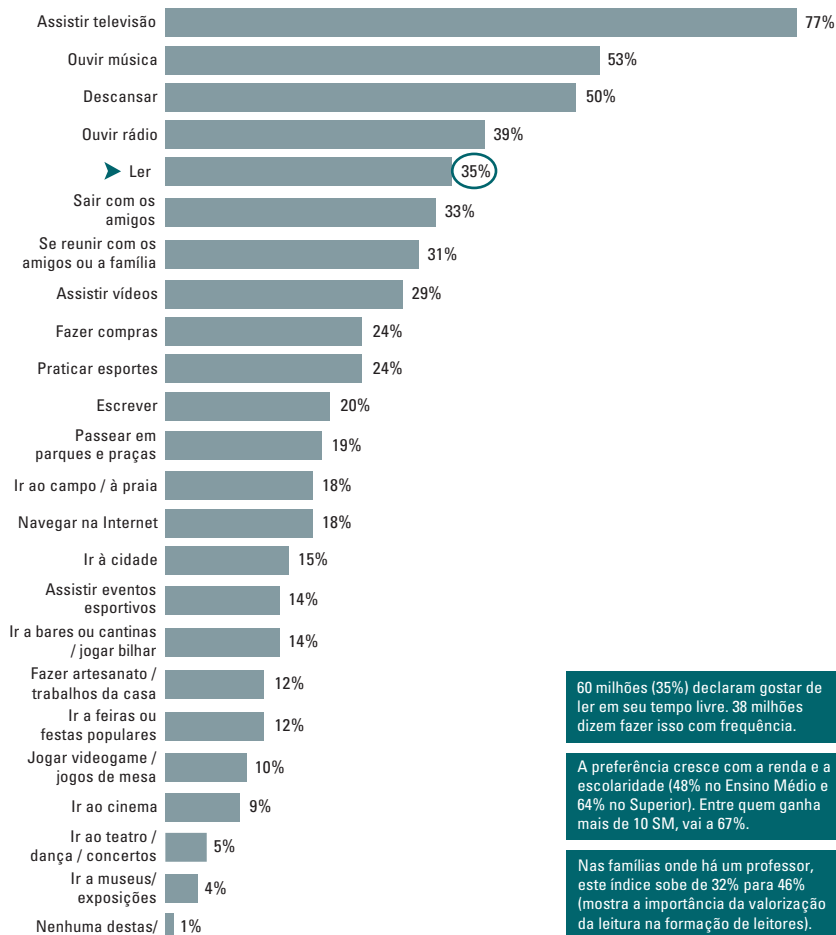
O que a leitura significa para os brasileiros (resposta espontânea e única)



O que leitura significa para os brasileiros (resposta múltipla e estimulada)



O que os brasileiros gostam de fazer em seu tempo livre*



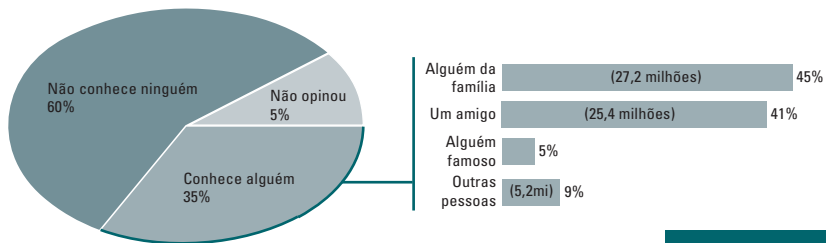
60 milhões (35%) declaram gostar de ler em seu tempo livre. 38 milhões dizem fazer isso com frequência.

A preferência cresce com a renda e a escolaridade (48% no Ensino Médio e 64% no Superior). Entre quem ganha mais de 10 SM, vai a 67%.

Nas famílias onde há um professor, este índice sobe de 32% para 46% (mostra a importância da valorização da leitura na formação de leitores).

* Resposta estimulada em que se podia escolher várias opções (Ler refere-se a qualquer suporte e não só a livros).

1 em cada 3 brasileiros conhece alguém que venceu na vida graças à leitura



2 em 3 pessoas não sabem de ninguém que venceu na vida graças à leitura.

Perfil dos leitores que declaram gostar de ler em seu tempo livre e fazer isso com frequência*

Formação superior (79%)
Renda familiar acima de 10 salários mínimos (78%)
Chefes de família (76%)
Espíritas (76%)
Trabalham e estudam (73%)
Membros das classes A (75%) e B (74%)
Moradores da região Sul (72%)
Moradores das regiões metropolitanas (69%)
Jovens e adultos de 18 a 24 anos (67%) e 30 a 39 (68%)

* Inclui livros, jornais, revistas e outros suportes.





Leitores

**Aqueles que declararam ter lido pelo
menos um livro nos três meses anteriores**

Quem são os leitores de livros no Brasil

95,6 milhões (55% da população estudada) declaram ter lido pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses (outros 6 milhões leram em meses anteriores e não foram computados).

47,4 milhões (50%) dos leitores são estudantes que leem livros indicados pelas escolas (inclusive os didáticos).

6,9 milhões (7%) dos leitores estavam lendo a Bíblia.

Dos outros 41,1 milhões que não são estudantes:

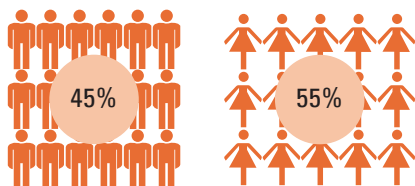
7,3 milhões têm até 4ª série do Ensino Fundamental (9% desse grupo)

10,6 milhões têm de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (27% desse grupo)

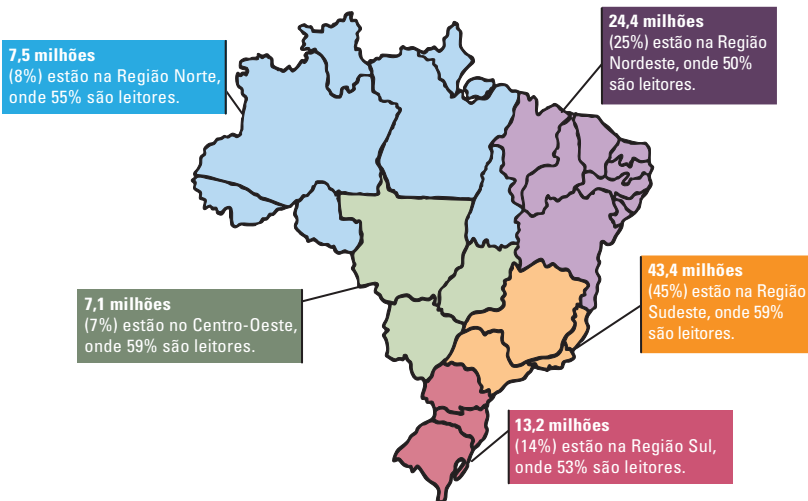
14,9 milhões têm o Ensino Médio (37% desse grupo)

8,5 milhões têm Ensino Superior (55% desse grupo)

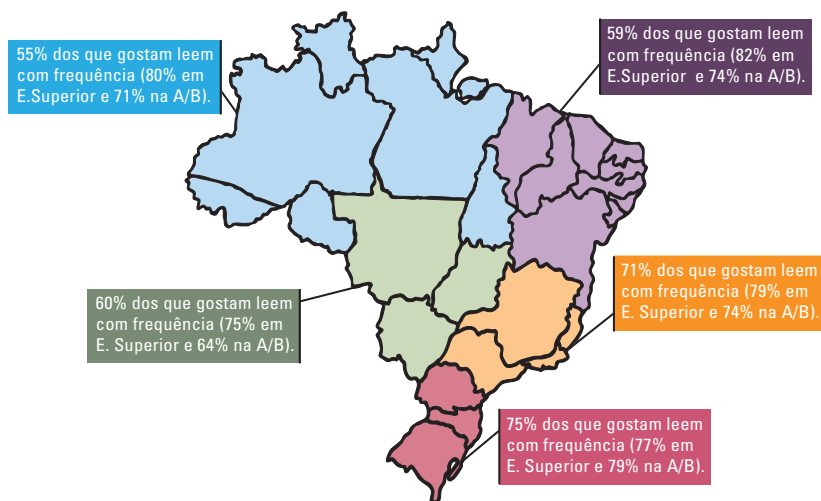
Leitores de livros no Brasil (por gênero)



Onde estão os leitores de livro no Brasil (e os que gostam de ler muito em seu tempo livre)



Onde estão os leitores de livro no Brasil (e os que gostam de ler muito em seu tempo livre)



População estudantil no Brasil

Número de alunos matriculados	2000	2006
Ensino Básico	53.633.486	55.942.047
Educação Infantil**	6.012.240	7.016.095
Ensino Fundamental	35.717.948	33.282.663
Ensino Médio	8.191.948	8.906.820
EJA ***	3.410.830	5.616.291
Educação Especial	300.520	375.488
Educação Profissional	-	744.690
Ensino Superior	2.709.357	4.936.779
Graduação a Distância	1.682	207.206
Graduação Presencial	2.694.245	4.676.646
Graduação Sequencial	13.430	52.927
TOTAL	56.342.843	60.878.826

81% dos 56 milhões estudados leram pelo menos 1 livro no ano (10% não leu, 6% não sabe ler e 3% não informou).

* Fonte: MEC/INEP

** Inclui creches, alfabetização e pré-escola

*** Inclui alfabetização, Ensino Fundamental e Médio e Suplência Profissionalizante de cursos de aprendizagem

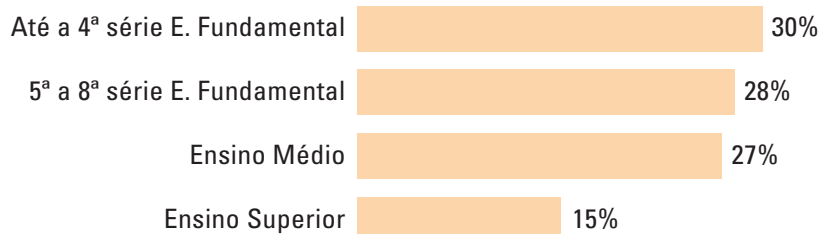
Evolução da escolaridade da população (por grau concluído)

	2000*	2006**
Analfabeto	40.480.015	35.532.845
Sabe ler e Escrever/Primário	51.163.211	56.236.501
Ginásio/8ª Série	39.111.434	39.983.221
Colegial/Ensino Médio	28.785.441	40.029.959
Ensino Superior	10.332.754	15.441.854
TOTAL	169.872.855	187.224.380

* Fonte: Censo 2000/ IBGE

** Fonte: PNAD 2006/IBGE

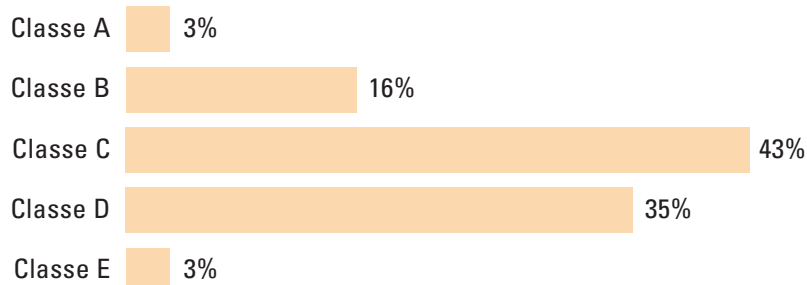
Leitores por classe escolaridade



Taxa de penetração de leitura (Por grau de instrução)

Leitores de livro em geral	37% 29 milhões	68% 27 milhões	64% 25,4 milhões	92% 14,2 milhões
Leitores de livros indicados pela escola	24% 18,8 milhões	36% 14,2 milhões	23% 9 milhões	35% 5,4 milhões
Leitores de livros não indicados pela escola	13% 10,2 milhões	32% 12,8 milhões	41% 16,4 milhões	57% 8,8 milhões

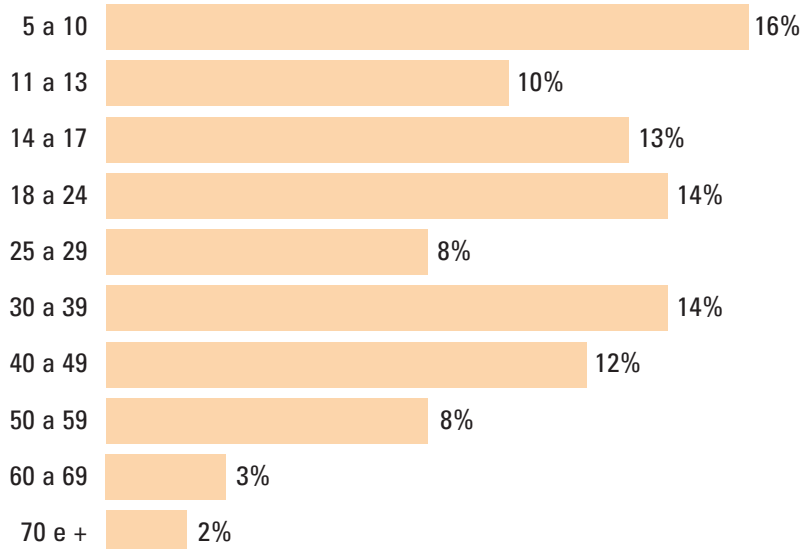
Leitores por classe social



Taxa de penetração de leitura (Por classe social)

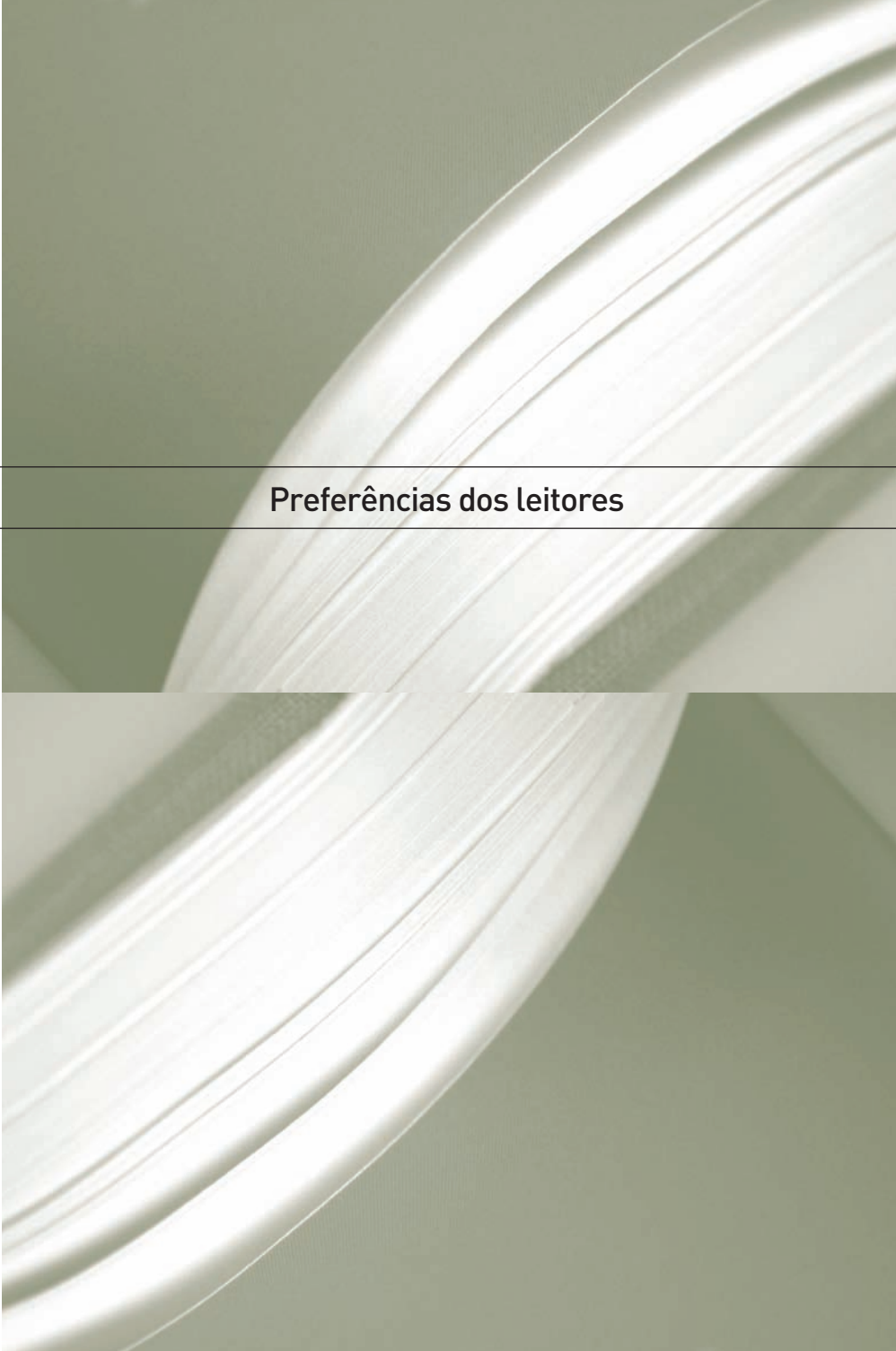
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D/E
Leitores de livros em geral	86% 2,6 milhões	74% 15,5 milhões	61% 41 milhões	44% 36,5 milhões
Leitores de livros indicados pela escola	30% 0,9 milhão	31% 6,5 milhões	30% 19,9 milhões	24% 20,1 milhões
Leitores de livros não indicados pela escola	56% 1,7 milhão	43% 9 milhões	31% 21,1 milhões	20% 16,4 milhões

Leitores por idade



Taxa de penetração de leitura (Por idade)

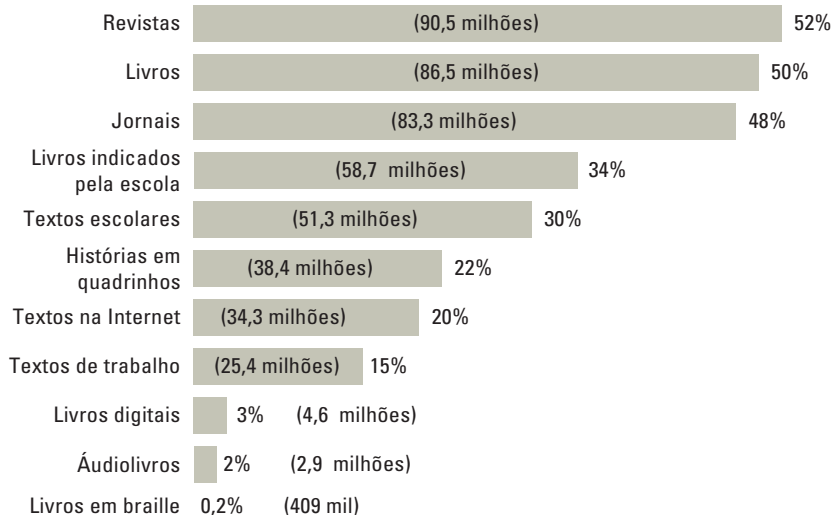
	5 a 10	11 a 13	14 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e mais
Leitores de livro em geral	67% 15,4 milhões	85% 9,9 milhões	82% 12,3 milhões	61% 13,7 milhões	52% 7,7 milhões	52% 13,4 milhões	49% 11,2 milhões	43% 7,2 milhões	26% 2,8 milhões	20% 1,8 milhão
Leitores de livros indicados pela escola	60% 14 milhões	73% 8,5 milhões	63% 9,4 milhões	26% 5,8 milhões	19% 2,8 milhões	12% 3,2 milhões	11% 2,5 milhões	5% 0,9 milhão	3% 0,3 milhão	1% 0,1 milhão
Leitores de livros não indicados pela escola	7% 1,4 milhão	12% 1,4 milhão	19% 2,9 milhões	35% 7,9 milhões	33% 4,9 milhões	40% 10,2 milhões	38% 8,7 milhões	38% 6,3 milhões	23% 2,5 milhões	19% 1,7 milhão



Preferências dos leitores



O que os brasileiros estão lendo



Gêneros mais lidos por mulheres e homens

Gênero	Homens	Mulheres
Bíblia	40%	49%
Livros didáticos	36%	32%
Romance	17%	44%
Literatura Infantil	25%	36%
Poesia	22%	32%
História em quadrinhos	28%	26%
Livros religiosos	23%	30%
História, política e ciências sociais	27%	19%
Contos	16%	23%
Enciclopédias e dicionários	17%	17%
Literatura Juvenil	14%	17%
Biografias	15%	14%
Autoajuda	10%	15%
Cozinha/ artesanato/ assuntos práticos	4%	19%
Livros técnicos	16%	8%
Artes	11%	10%
Ensaaios, Ciências e Humanidades	7%	7%
Esoterismo (ocultismo)	3%	5%

Mulheres leem mais que homens em todos os gêneros, exceto em História, Política e Ciências Sociais.

Gêneros mais lidos pelos leitores*

	%	Leitores	Frequentemente	Ocasionalmente
Bíblia	45%	43.292.356	63%	37%
Livros didáticos	34%	32.443.459	70%	30%
Romance	32%	30.492.362	47%	53%
Literatura infantil	31%	29.798.764	53%	47%
Poesia	28%	26.323.104	42%	58%
História em quadrinhos	27%	25.734.633	49%	51%
Livros religiosos	27%	25.677.236	65%	35%
História, política e ciências sociais	23%	21.714.072	52%	48%
Contos	20%	18.881.332	46%	54%
Enciclopédias e dicionários	17%	16.239.778	47%	53%
Literatura Juvenil	15%	14.745.269	43%	57%
Biografias	14%	13.529.429	38%	62%
Autoajuda	13%	12.545.588	48%	52%
Cozinha/ artesanato / assuntos práticos	12%	11.872.438	42%	58%
Livros técnicos	12%	11.294.341	51%	49%
Artes	10%	9.968.993	39%	61%
Ensaios, Ciências e Humanidades	7%	6.537.002	51%	49%
Esoterismo (ocultismo)	4%	3.709.721	43%	57%
Outros	3%	2.670.655	-	-
Nenhum destes	3%	2.620.242	-	-

* Resposta estimulada em que o leitor podia escolher mais de uma opção

Gêneros mais lidos pelos leitores (Por escolaridade)

	Até 4ª Série	5ª a 8ª Série	E. Médio	E. Superior
Bíblia	49%	44%	48%	35%
Livros didáticos	34%	31%	28%	49%
Romance	15%	29%	48%	43%
Literatura infantil	53%	25%	20%	17%
Poesia	24%	35%	27%	21%
História em quadrinhos	36%	27%	23%	16%
Livros religiosos	25%	23%	34%	26%
História, política e ciências sociais	15%	18%	28%	37%
Contos	18%	19%	22%	20%
Enciclopédias e dicionários	10%	14%	24%	24%
Literatura juvenil	13%	20%	16%	11%
Biografias	5%	10%	19%	30%
Autoajuda	4%	7%	21%	29%
Cozinha/ artesanato/ assuntos práticos	9%	10%	18%	16%
Livros técnicos	2%	7%	16%	34%
Artes	10%	12%	10%	10%
Ensaio, Ciências e Humanidades	4%	4%	9%	15%
Esoterismo (ocultismo)				

Gêneros mais lidos pelos leitores (Por idade)

	5 a 10	11 a 13	14 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e +
Bíblia	38%	33%	36%	36%	49%	55%	55%	58%	66%	75%
Livros didáticos	45%	47%	50%	37%	31%	27%	21%	13%	6%	4%
Romance	5%	15%	41%	47%	40%	36%	39%	38%	35%	37%
Literatura infantil	77%	44%	20%	16%	24%	23%	19%	13%	21%	7%
Poesia	23%	41%	41%	29%	22%	25%	19%	15%	30%	28%
História em quadrinhos	48%	44%	30%	21%	22%	20%	13%	15%	14%	9%
Livros religiosos	13%	15%	18%	22%	31%	39%	33%	45%	51%	48%
História, política e ciências sociais	14%	19%	21%	27%	32%	25%	23%	26%	29%	19%
Contos	23%	25%	24%	21%	20%	18%	15%	16%	10%	5%
Enciclopédias e dicionários	11%	16%	20%	20%	21%	21%	17%	13%	11%	7%
Literatura juvenil	15%	28%	31%	13%	13%	10%	10%	5%	10%	4%
Biografias	4%	8%	11%	17%	19%	19%	21%	16%	22%	15%
Autoajuda	1%	2%	9%	17%	16%	20%	23%	21%	19%	10%
Cozinha/ artesanato/ assuntos práticos	2%	3%	6%	10%	18%	23%	20%	20%	25%	15%
Livros técnicos	2%	4%	10%	16%	18%	20%	16%	15%	6%	8%
Artes	11%	15%	14%	10%	8%	8%	9%	8%	12%	4%
Ensaio, Ciências e Humanidades	4%	5%	6%	8%	9%	8%	9%	9%	4%	2%
Esoterismo (ocultismo)	1%	1%	2%	5%	4%	4%	8%	9%	10%	4%

Escritores brasileiros mais admirados pelos leitores*

1)	Monteiro Lobato
2)	Paulo Coelho
3)	Jorge Amado
4)	Machado de Assis
5)	Vinícius de Moraes
6)	Cecília Meireles
7)	Carlos Drummond de Andrade
8)	Érico Veríssimo
9)	José de Alencar
10)	Maurício de Souza
11)	Mário Quintana
12)	Ruth Rocha
13)	Zíbia Gasparetto
14)	Manuel Bandeira
15)	Ziraldo
16)	Chico Xavier
17)	Augusto Cury
18)	Ariano Suassuna
19)	Paulo Freire
20)	Edir Macedo
21)	Castro Alves
22)	Graciliano Ramos
23)	Rachel de Queiroz
24)	Luis Fernando Veríssimo
25)	Clarice Lispector

* Resposta espontânea e com uma única opção

51% dos leitores (48,5 milhões) souberam dizer o nome do autor brasileiro que admiram.

Os 4 escritores brasileiros mais votados receberam quase metade das indicações.

Livros mais importantes na vida dos leitores*

1)	Bíblia	16)	O Menino Maluquinho
2)	O Sítio do Pica-pau Amarelo**	17)	A Escrava Isaura
3)	Chapeuzinho Vermelho	18)	Romeu e Julieta
4)	Harry Potter	19)	Poliana
5)	O Pequeno Príncipe	20)	Gabriela Cravo e Canela
6)	Os Três Porquinhos	21)	Pinóquio
7)	Dom Casmurro	22)	Bom Dia Espírito Santo
8)	A Branca de Neve	23)	A Moreninha
9)	Violetas na Janela	24)	Primo Basílio
10)	O Alquimista	25)	Peter Pan
11)	Cinderela	26)	Vidas Secas
12)	Código Da Vinci	27)	Carandiru
13)	Iracema	28)	O Segredo
14)	Capitães de Areia	29)	A Ilha Perdida
15)	Ninguém é de Ninguém	30)	Meu Pé de Laranja Lima

* Resposta espontânea e com uma única opção.

** Embora não conste da bibliografia brasileira, é uma referência à obra de Monteiro Lobato.

59% dos leitores (56,2 milhões) souberam citar o livro mais marcante.

O número de citações da Bíblia é 10 vezes maior que a do 2º colocado.

2 em cada 3 entrevistados (contando os não-leitores) não souberam dizer ou não informaram um livro marcante.

Último livro que o leitor leu ou está lendo

1)	Bíblia	16)	A Bela e a Fera
2)	Código Da Vinci	17)	Romeu e Julieta
3)	O Segredo	18)	Iracema
4)	Harry Potter	19)	Peter Pan
5)	Cinderela	20)	Bom Dia Espírito Santo
6)	Chapeuzinho Vermelho	21)	A Pequena Sereia
7)	Violetas na Janela	22)	O Cortiço
8)	A Branca de Neve	23)	O Grande Conflito
9)	Os Três Porquinhos	24)	Pinóquio
10)	O Sítio do Pica-pau Amarelo**	25)	O Alquimista
11)	O Caçador de Pipas	26)	O Pequeno Príncipe
12)	Dom Casmurro	27)	O Menino Maluquinho
13)	O Monge e o Executivo	28)	Quem mexeu no Meu Queijo
14)	A Moreninha	29)	Edir Macedo (Biografia)
15)	Senhora	30)	Pais Brilhantes, Professores Fascinantes

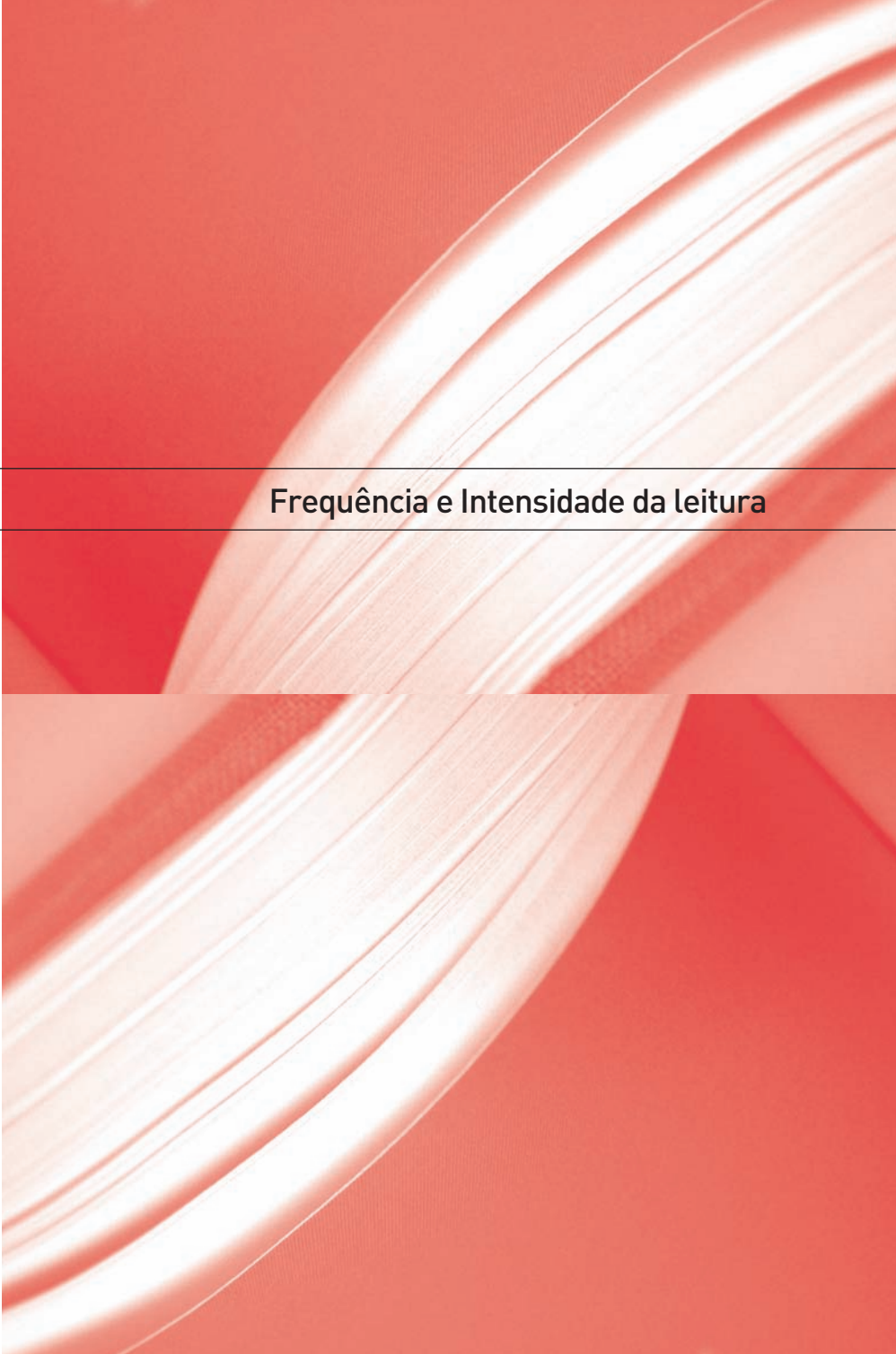
* Resposta espontânea e com uma única opção.

** Embora não conste da bibliografia brasileira, é uma referência à obra de Monteiro Lobato.

64% dos leitores (61,2 milhões) souberam dizer (foram mais de 1.000 títulos diferentes).

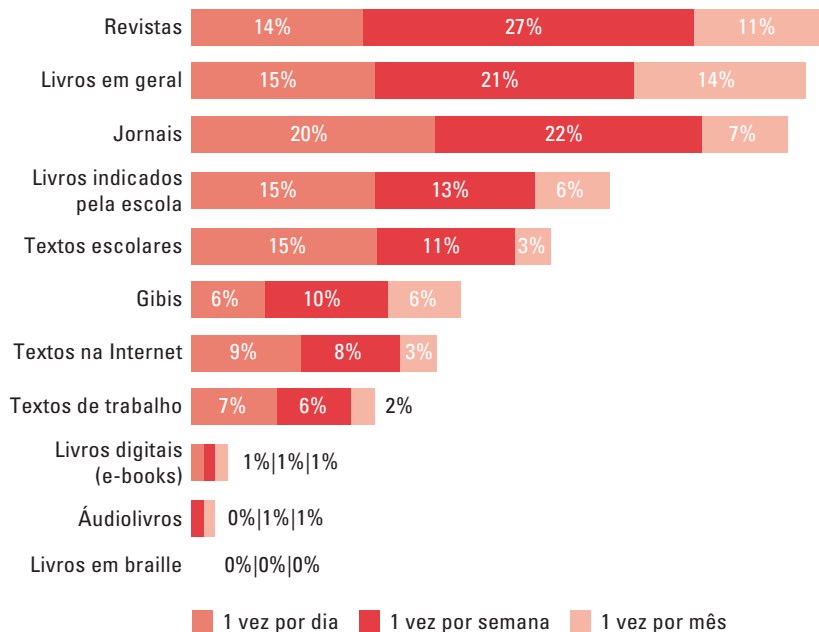
6,9 milhões estavam lendo a Bíblia (18 vezes mais citada do que o 2º colocado).

1/3 dos leitores não informou ou não soube dizer o nome do último livro que leu.

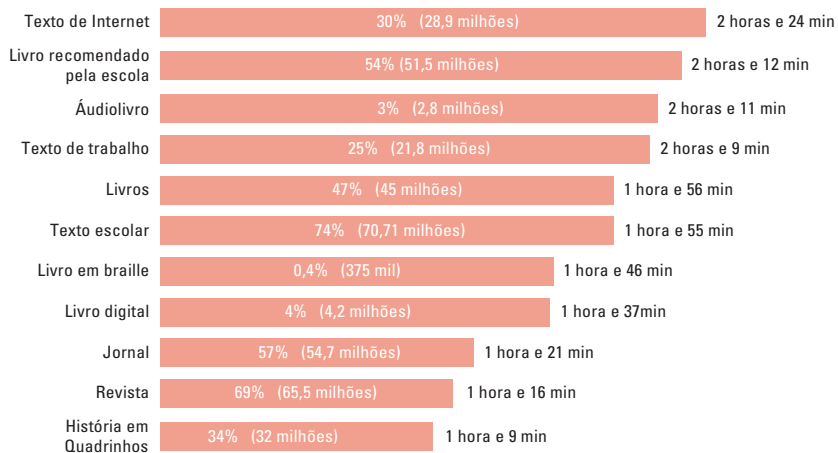
The background is a solid red color with several white, curved, overlapping lines that create a sense of motion and depth. The lines are most prominent in the center and right side of the image.

Frequência e Intensidade da leitura

Frequência da leitura por tipo de suporte

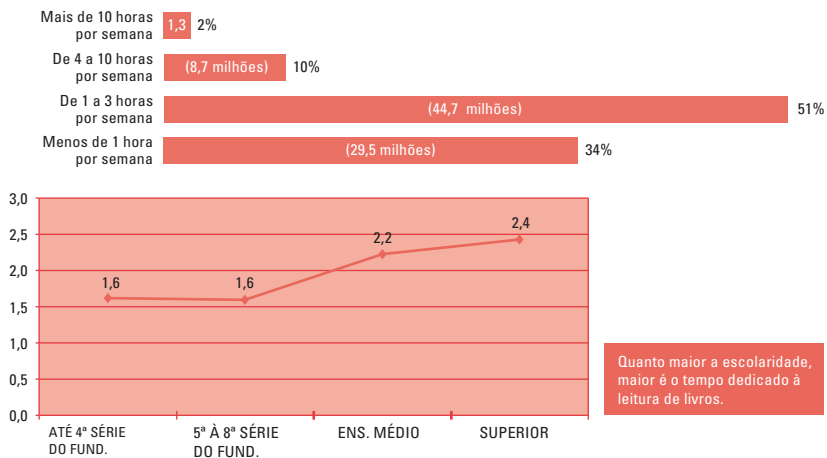


Tempo dedicado por semana ao suporte preferido* (Por quem lê cada tipo de suporte)



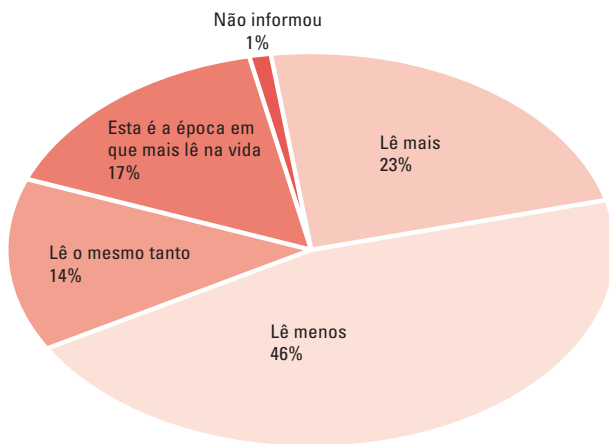
* O tempo dedicado à leitura é o que foi declarado pelo entrevistado.

Tempo dedicado à leitura de livros*

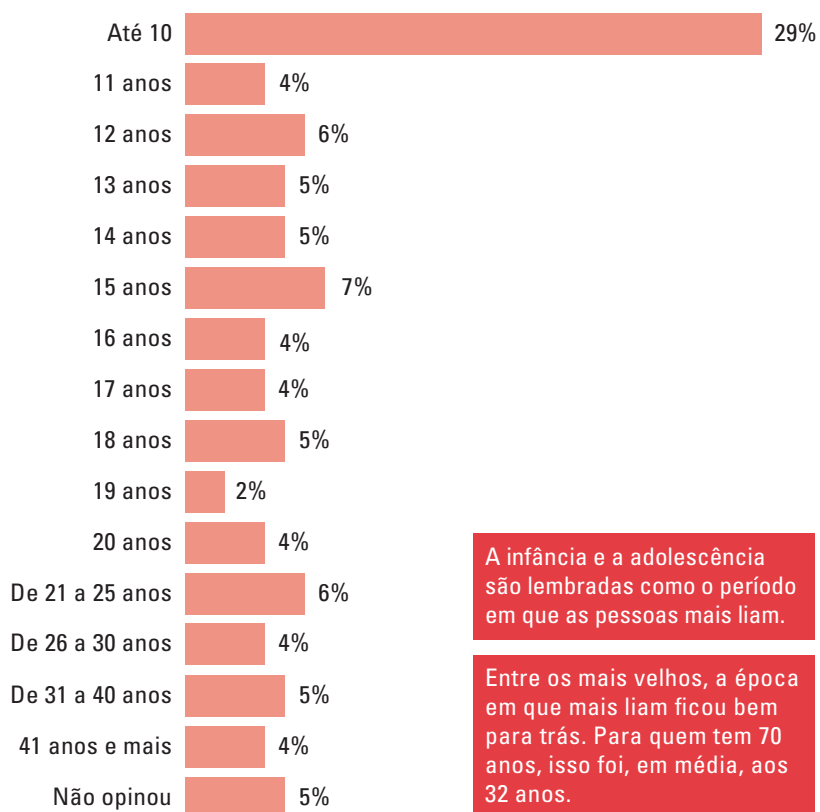


* O tempo dedicado à leitura é o que foi declarado pelo entrevistado.

Leitura atual comparada ao período em que os leitores dizem que mais leram na vida

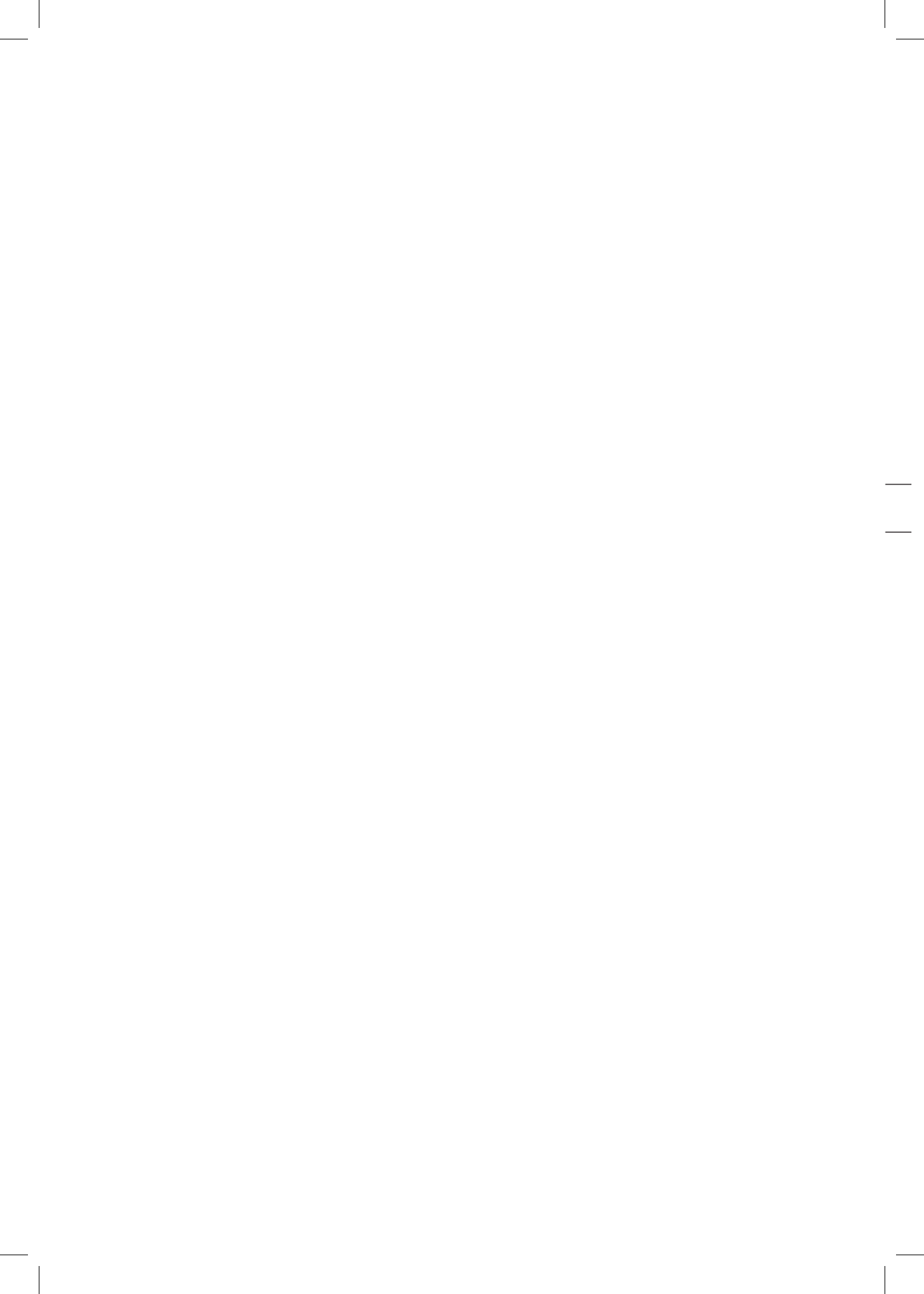


Idade em que os leitores mais leram na vida



A infância e a adolescência são lembradas como o período em que as pessoas mais liam.

Entre os mais velhos, a época em que mais liam ficou bem para trás. Para quem tem 70 anos, isso foi, em média, aos 32 anos.

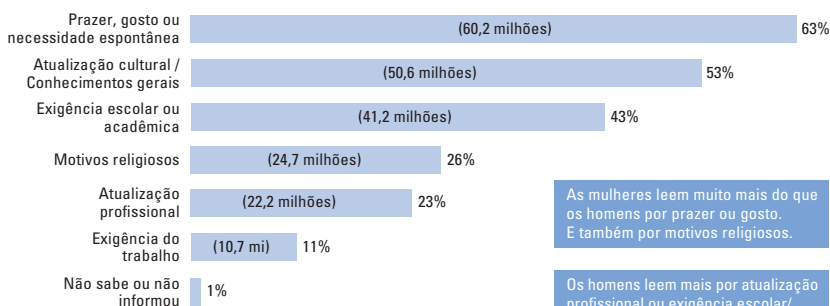




Motivações dos leitores



Motivações dos leitores para ler um livro*



As mulheres leem muito mais do que os homens por prazer ou gosto. E também por motivos religiosos.

Os homens leem mais por atualização profissional ou exigência escolar/acadêmica.

* Resposta estimulada em que se podia assinalar três opções.

Motivações dos leitores para ler um livro* (Por escolaridade)

	Total	Até 4ª Série do E. Fund.	5ª à 8ª Série do E. Fund.	Ensino Médio	Ensino Superior
Prazer, gosto ou necessidade espontânea	36%	38%	33%	39%	34%
Atualização cultural/ Conhecimento geral	14%	8%	13%	19%	18%
Exigência escolar / acadêmica	24%	35%	30%	12%	13%
Motivos religiosos	9%	11%	9%	11%	4%
Atualização profissional	7%	3%	5%	11%	16%
Exigência do trabalho	5%	1%	4%	6%	12%
Outras citações com menos de 1%	0%	0%	0%	0%	0%
Não costuma ler	3%	3%	6%	1%	3%
Não sabe/ Não opinou	1%	1%	1%	0%	0%

* Resposta estimulada em que se podia assinalar três opções.

Apesar da obrigatoriedade da leitura nas escolas, é alto o índice de estudantes que dizem ler por prazer ou gosto.

Leitores com maior escolaridade são os que mais leem por exigência do trabalho ou para se atualizar culturalmente.

Leitores com menor escolaridade são os que mais leem por exigência da escola ou por motivos religiosos.

Motivações dos leitores para ler um livro* (Por idade)

	Total	5 a 10	11 a 13	14 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +
Prazer, gosto ou necessidade espontânea	63%	66%	59%	56%	59%	64%	63%	69%	68%	69%	61%
Atualização cultural/Conhecimento	53%	32%	41%	53%	60%	66%	60%	59%	63%	59%	50%
Exigência escolar / acadêmica	43%	83%	81%	75%	36%	24%	17%	12%	7%	6%	2%
Motivos religiosos	26%	15%	17%	13%	20%	26%	34%	36%	44%	52%	57%
Atualização profissional	23%	0%	2%	17%	40%	37%	33%	31%	25%	12%	11%
Exigência do trabalho	11%	0%	0%	9%	15%	18%	17%	19%	14%	5%	6%
Outras citações com menos de 1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
Não costuma ler	3%	2%	1%	3%	3%	3%	5%	5%	4%	8%	5%
Não sabe/ Não opinou	1%	1%	1%	0%	1%	1%	0%	0%	1%	1%	2%

* Resposta estimulada em que podia assinalar três opções.

Crianças e adolescentes são os que mais leem por exigência da escola.

Jovens e adultos que estão na faixa etária economicamente ativa são os que mais leem por exigência do trabalho.

Os mais velhos são os que mais leem por motivos religiosos (chega a 57% acima de 70 anos).

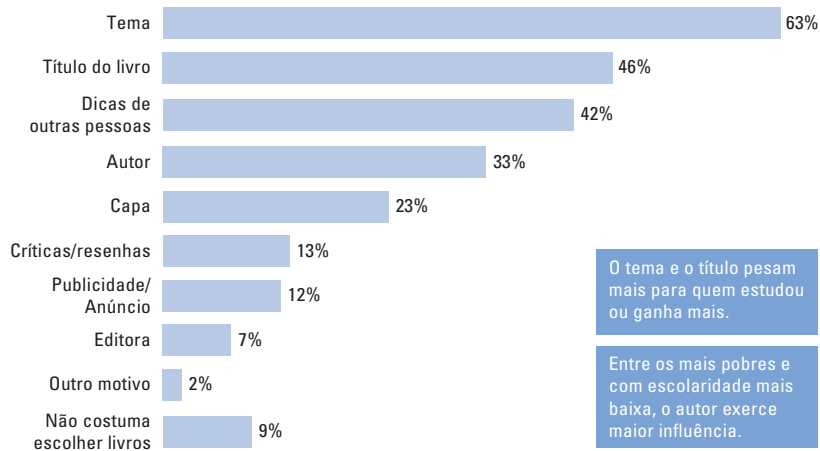
Motivações dos leitores para ler um livro* (Por região)

	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.-Oeste
Prazer, gosto ou necessidade espontânea	63%	66%	63%	61%	68%	63%
Atualização cultural/Conhecimento geral	53%	58%	49%	52%	57%	61%
Exigência escolar / acadêmica	43%	55%	54%	35%	45%	43%
Motivos religiosos	26%	30%	26%	23%	26%	36%
Atualização profissional	23%	21%	22%	24%	23%	28%
Exigência do trabalho	11%	10%	9%	12%	12%	16%
Outras citações com menos de 1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Não costuma ler	3%	0%	2%	6%	1%	1%
Não sabe/ Não opinou	1%	0%	0%	1%	0%	1%

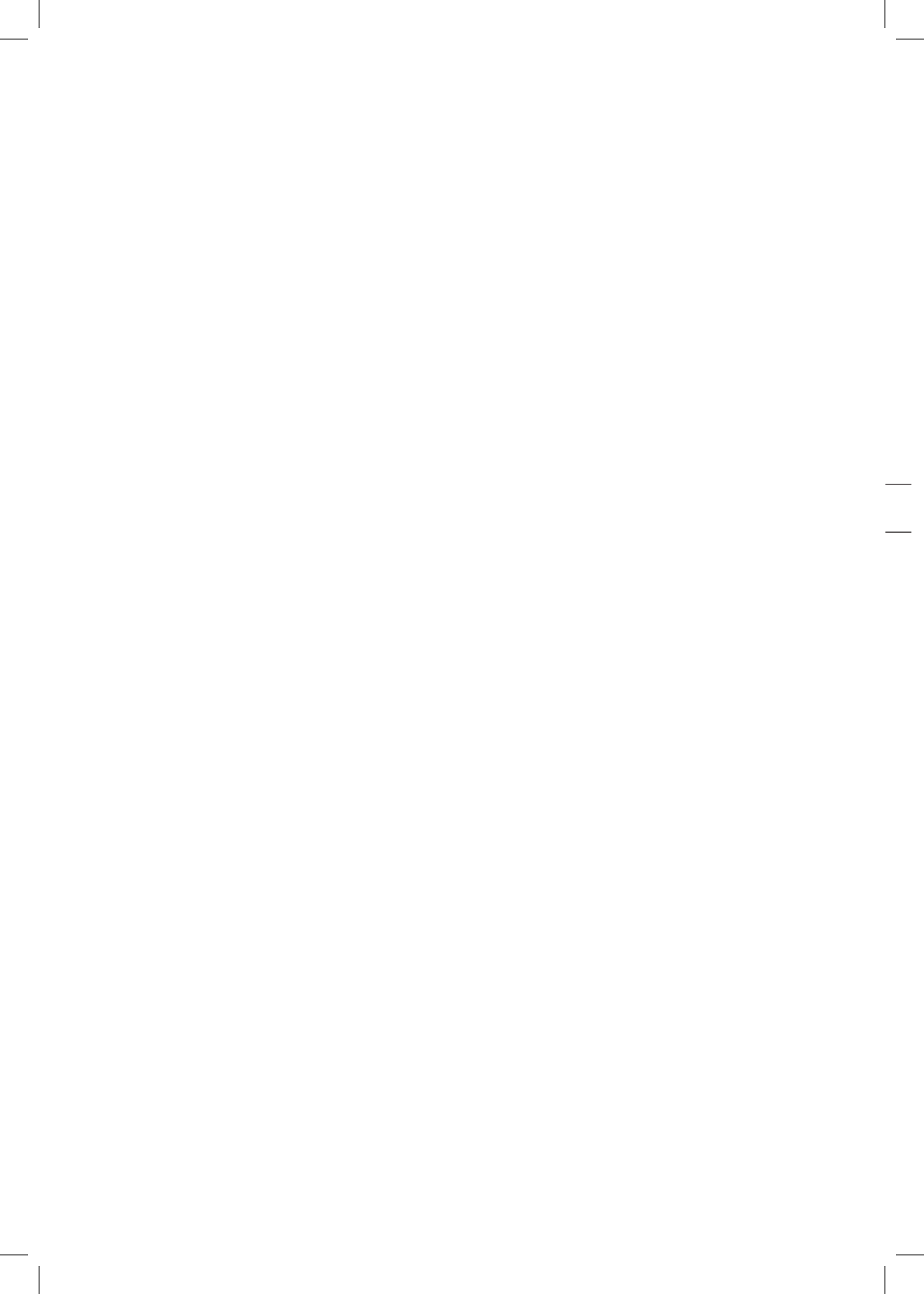
* Resposta estimulada em que podia assinalar três opções.

A leitura por motivos religiosos é mais intensa nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Fatores que mais influenciam os leitores na escolha de um livro



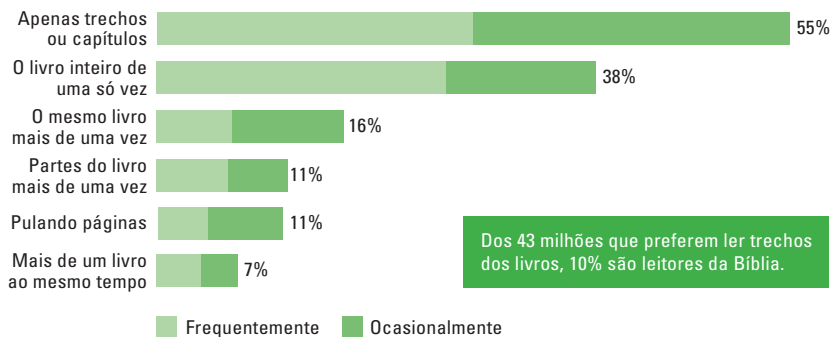
* Resposta estimulada em que se podia escolher três opções.



The background is a vibrant green with a subtle grid pattern. Overlaid on this are several thick, white, curved lines that sweep across the frame from the bottom left towards the top right, creating a sense of motion and depth. The lines are slightly blurred, giving them a soft, ethereal quality.

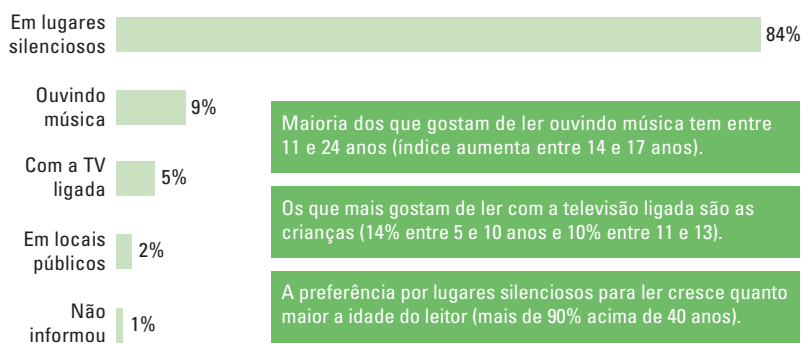
Como os leitores leem

Forma como os leitores costumam ler livros*



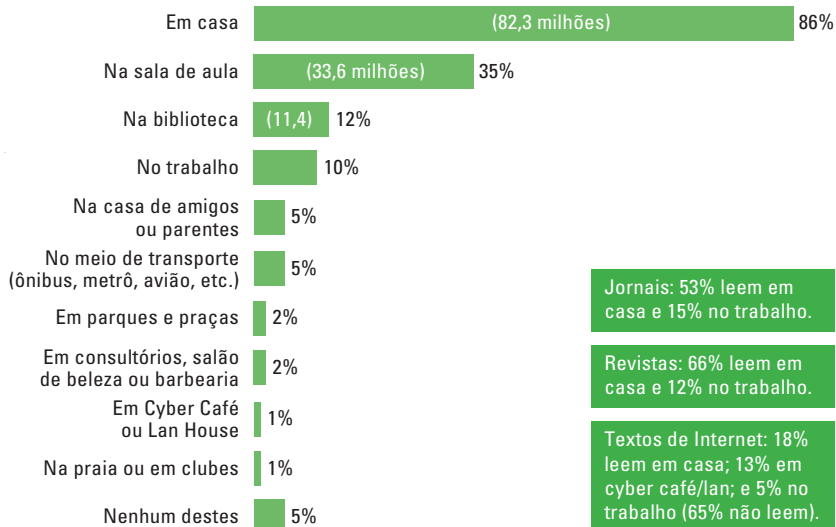
* Resposta estimulada em que se podia escolher mais de uma opção.

Como os leitores costumam ler livros *



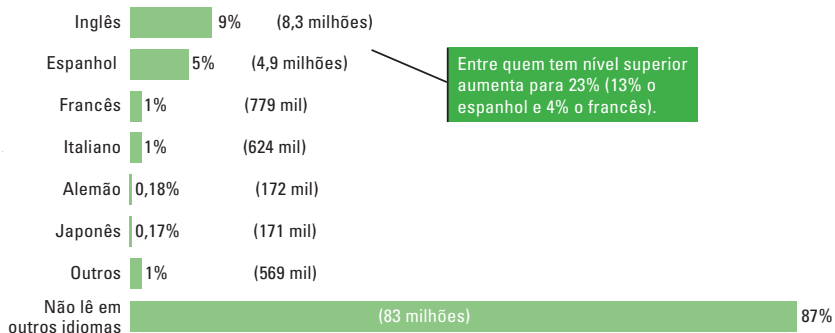
* Resposta estimulada e única

Lugares onde os leitores costumam ler livro*

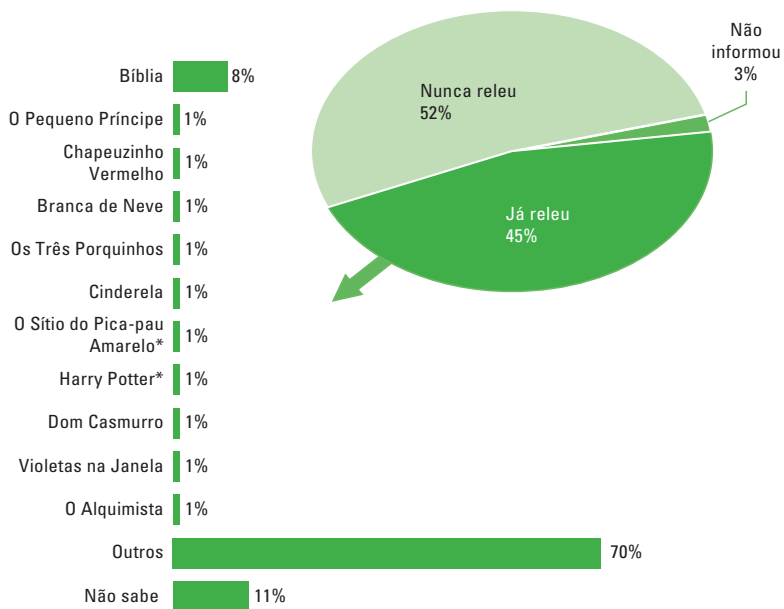


* Resposta estimulada em que se podia escolher várias opções.

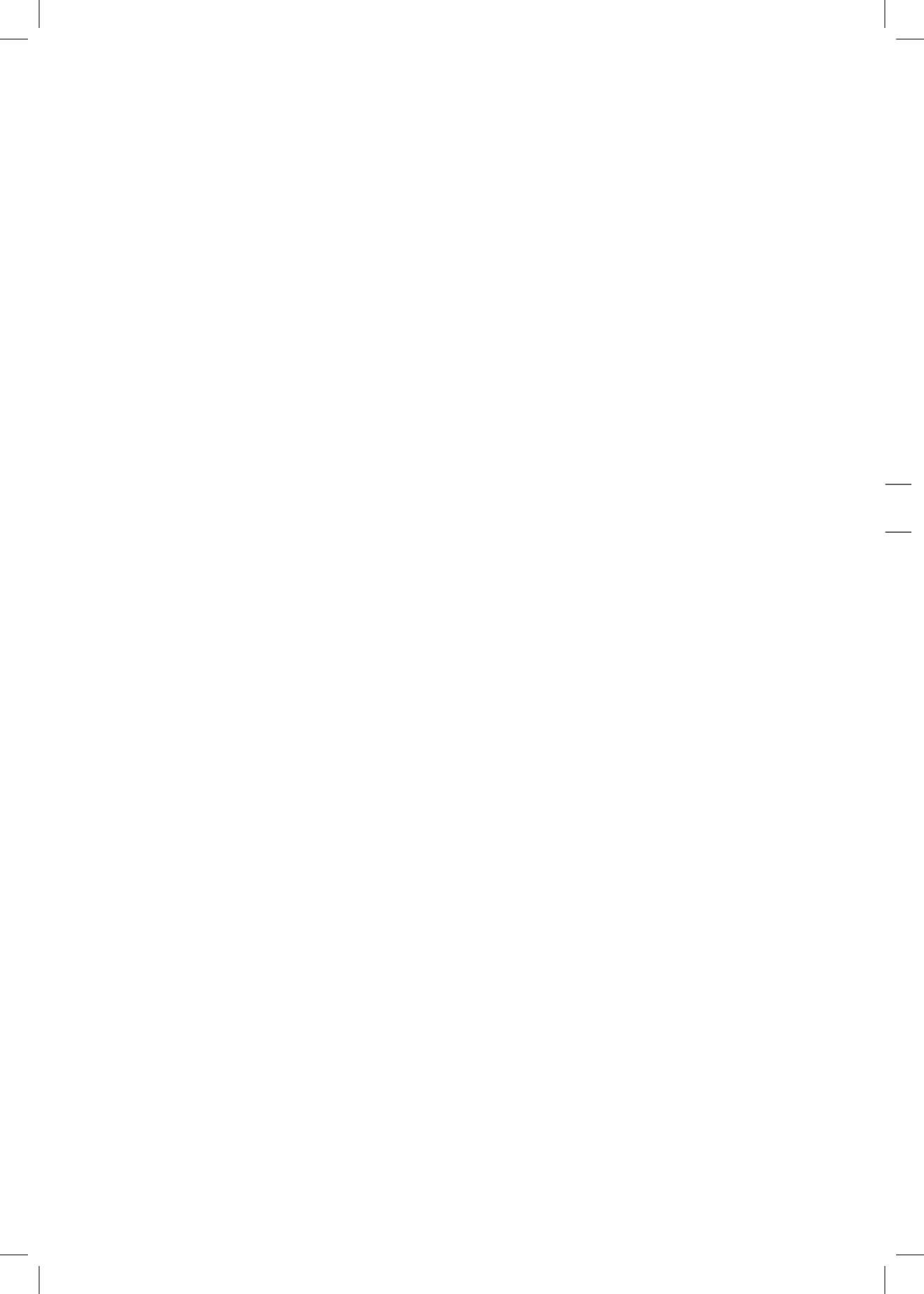
Leitura de livros em outros idiomas



A releitura de livros entre leitores



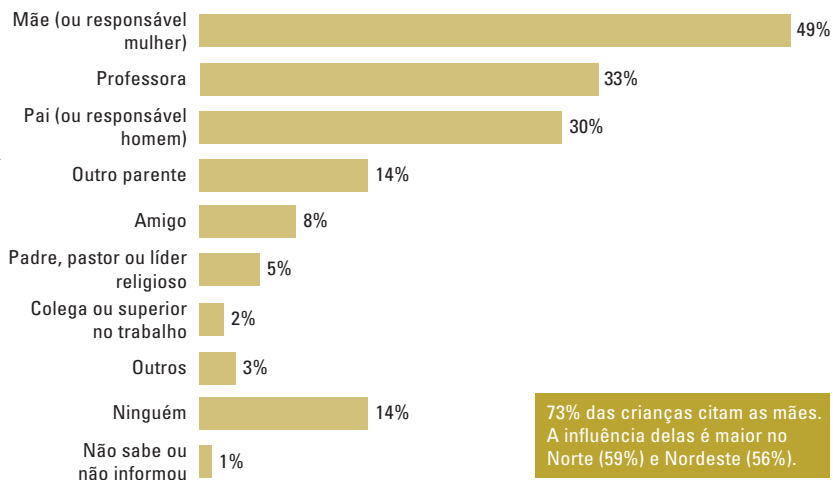
* Referência à obra de seus autores.





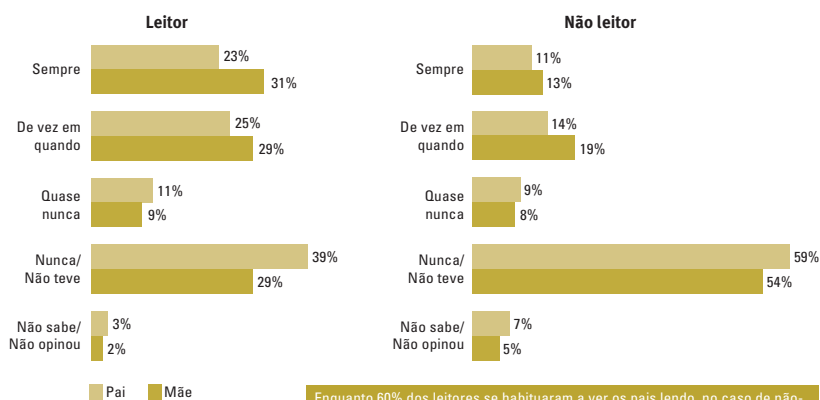
Principais Influenciadores

Quem mais influenciou os leitores a ler *



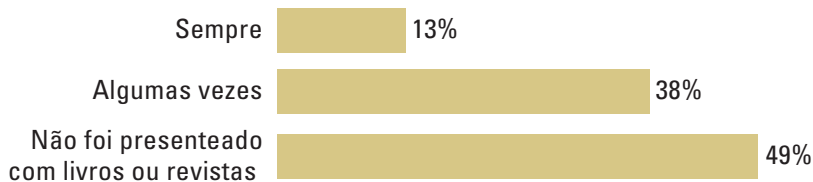
* Resposta estimulada em que se podia escolher duas alternativas (respondida só por leitores que dizem gostar de ler)

Frequência com que os leitores veem/viam alguém lendo em casa

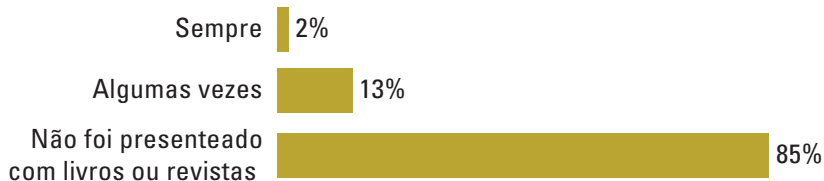


Frequência com que leitores eram/são presenteados com livros/revistas na infância

Leitores

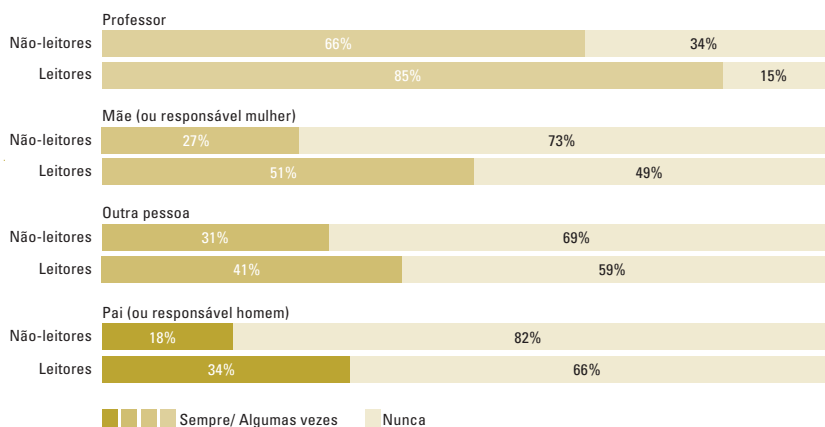


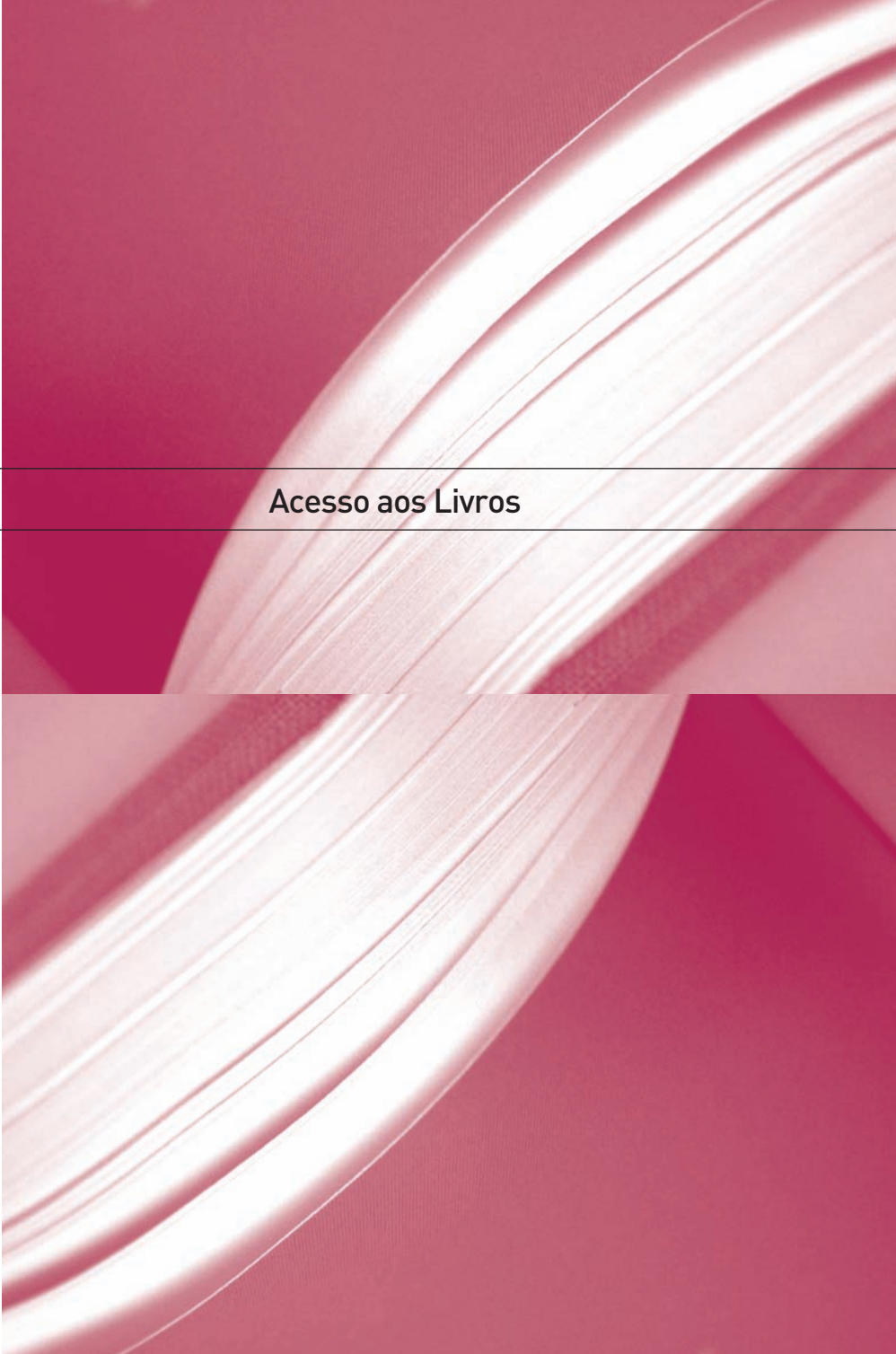
Não-leitores



Enquanto 52% dos leitores geralmente são presenteados com livros, 85% dos não-leitores nunca ganharam esse presente.

Frequência com que liam/leem para não-leitores





Acesso aos Livros



Principais formas de acesso aos livros*

	%	Em milhões	Sempre	Às vezes
Emprestados por outras pessoas	45%	43.324.305	52%	48%
Comprados	45%	42.876.751	51%	49%
Emprestados por bibliotecas (inclusive escolares)	34%	32.450.490	62%	38%
Presenteados	24%	22.860.009	41%	59%
Distribuídos pelo governo e/ou escolas	20%	18.684.185	67%	33%
Baixados gratuitamente da Internet	7%	7.017.384	68%	32%
Fotocopiados/ xerocados	7%	6.273.477	60%	40%
Não informou	4%	4.245.858	-	-

* Resposta dada somente por leitores.

Só no Portal Domínio Público do MEC já foram baixados 7 milhões de cópias das 72.000 obras disponíveis.

Principais formas de acesso aos livros de acordo com a classe social*

	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Comprados	73%	65%	48%	32%	27%
Fotocopiados/ xerocados	5%	8%	8%	5%	2%
Presenteados	30%	30%	21%	24%	25%
Emprestados por bibliotecas (inclusive escolares)	24%	31%	37%	33%	22%
Emprestados por particulares	35%	47%	46%	44%	49%
Distribuídos pelo governo e/ou escolas	3%	11%	15%	29%	40%
Baixados gratuitamente da Internet	10%	13%	9%	3%	3%
Não costuma ler livros	5%	6%	5%	4%	0%

Principais formas de acesso aos livros de acordo com a região geográfica

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.-Oeste
Comprados	39%	39%	47%	50%	51%
Fotocopiados/ xerocados	7%	8%	5%	6%	10%
Presenteados	27%	23%	24%	17%	35%
Emprestados por bibliotecas (inclusive escolares)	37%	29%	33%	45%	31%
Emprestados por particulares	51%	50%	42%	41%	50%
Distribuídos pelo governo e/ou escolas	34%	37%	11%	12%	13%
Baixados gratuitamente da Internet	5%	6%	8%	7%	11%
Não costuma ler livros	0%	1%	9%	1%	1%

Principais formas de acesso aos livros de acordo com a idade

	5 a 10	11 a 13	14 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	+de70
Comprados	33%	29%	37%	46%	55%	52%	55%	59%	53%	44%
Fotocopiados/ xerocados	3%	4%	6%	11%	14%	8%	4%	6%	4%	2%
Presenteados	25%	19%	25%	20%	20%	22%	27%	29%	38%	31%
Emprestados por bibliotecas (inclui escolares)	49%	53%	47%	36%	20%	26%	20%	19%	10%	8%
Emprestados por particulares	29%	31%	43%	56%	56%	53%	51%	49%	46%	52%
Distribuídos pelo governo e/ou escolas	35%	30%	30%	14%	11%	11%	12%	11%	6%	4%
Baixados gratuitamente da Internet	3%	7%	15%	12%	11%	6%	3%	4%	2%	0%
Não costuma ler livros	1%	3%	2%	3%	4%	9%	7%	6%	6%	11%

A posse de livros no Brasil

146,4 milhões de brasileiros (85% da população estudada) afirmam possuir pelo menos 1 livro em casa.

A média é de 25 livros por residência.

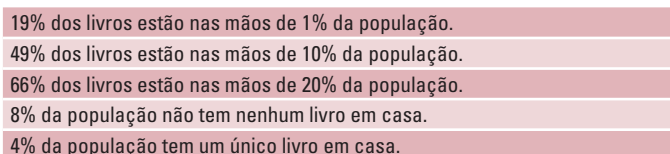
3 em cada 5 livros pertencem ao entrevistado. Os demais são de outras pessoas da família, emprestados ou de programas governamentais.

Que livros são esses*

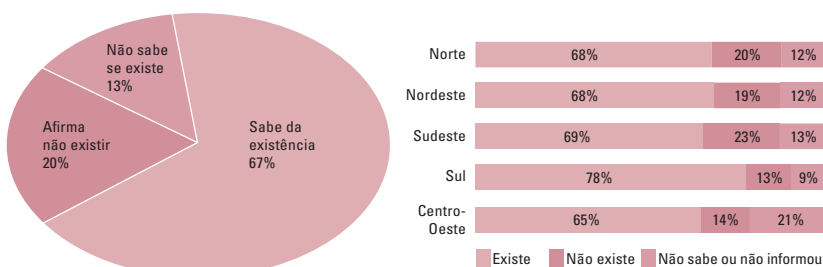


* Pergunta feita a todos os entrevistados

A concentração de livros no Brasil

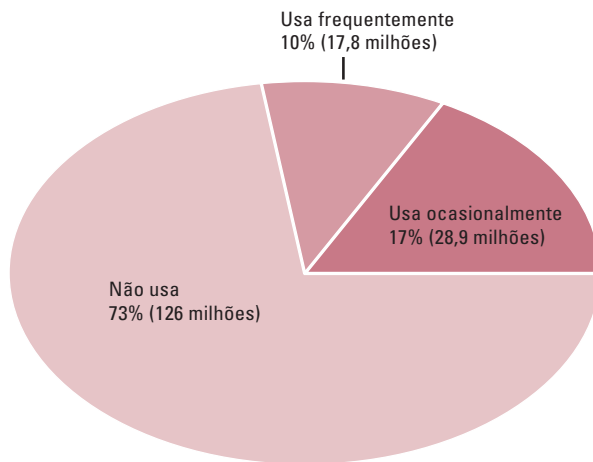


Maioria sabe que existe uma biblioteca por perto*



* Pergunta feita a todos os entrevistados

3 em cada 4 brasileiros não vão a bibliotecas

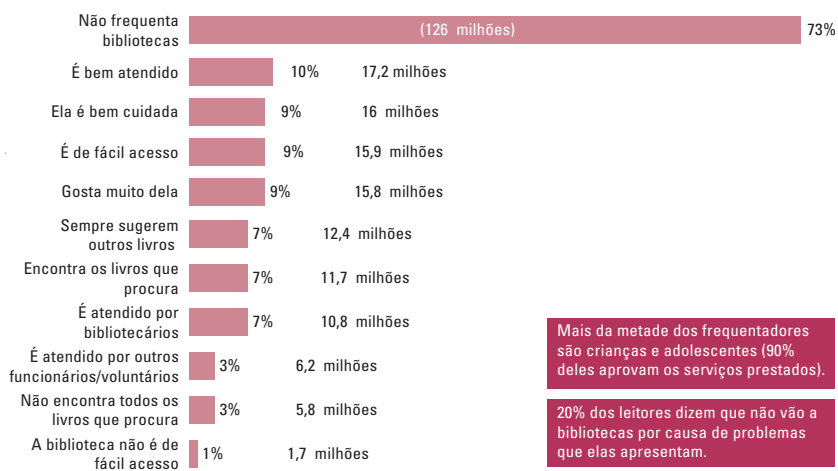


Leitores frequentam bibliotecas basicamente durante a vida escolar (46% dos alunos não têm esse hábito). Apenas 1 em cada 4 estudantes frequenta bibliotecas públicas municipais.

O uso de bibliotecas diminui com o fim da vida escolar: cai de 62% entre adolescentes para menos de 20% na fase adulta; 12% aos 50 anos; até chegar aos 3% acima de 70 anos.

* Pergunta feita a todos os entrevistados

Como as bibliotecas são avaliadas*

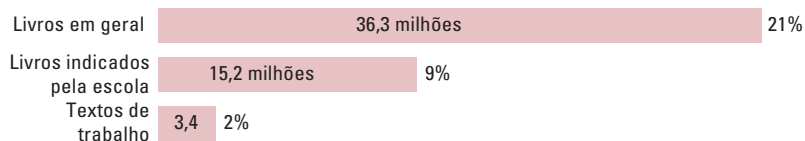


Mais da metade dos frequentadores são crianças e adolescentes (90% deles aprovam os serviços prestados).

20% dos leitores dizem que não vão a bibliotecas por causa de problemas que elas apresentam.

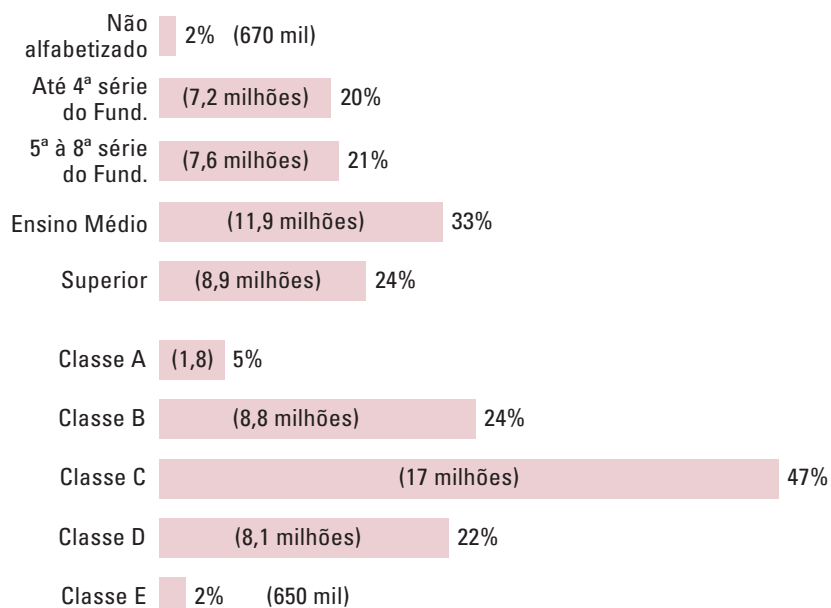
* Pergunta feita a todos os entrevistados

Compradores de livros no Brasil* (Comprou pelo menos 1 livro no ano)



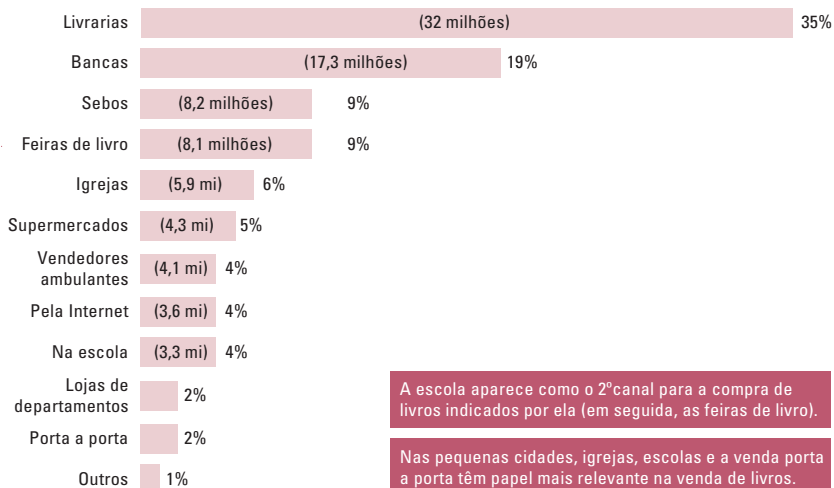
* Um mesmo comprador pode ter comprado vários tipos de produtos no ano.

Quem são os compradores de livros no Brasil*



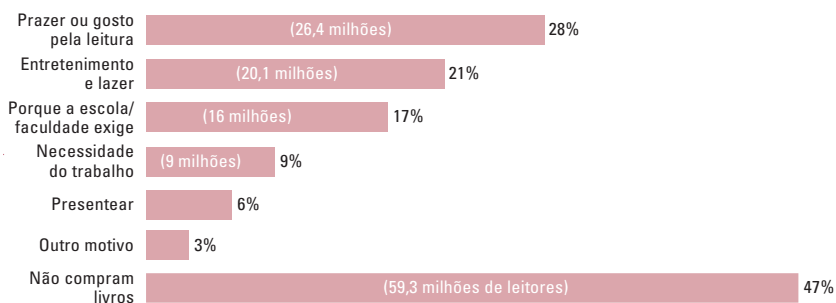
* Pergunta feita a todos os entrevistados

Canais do mercado para acesso ao livro*



* Resposta estimulada em que os compradores podiam citar várias opções.

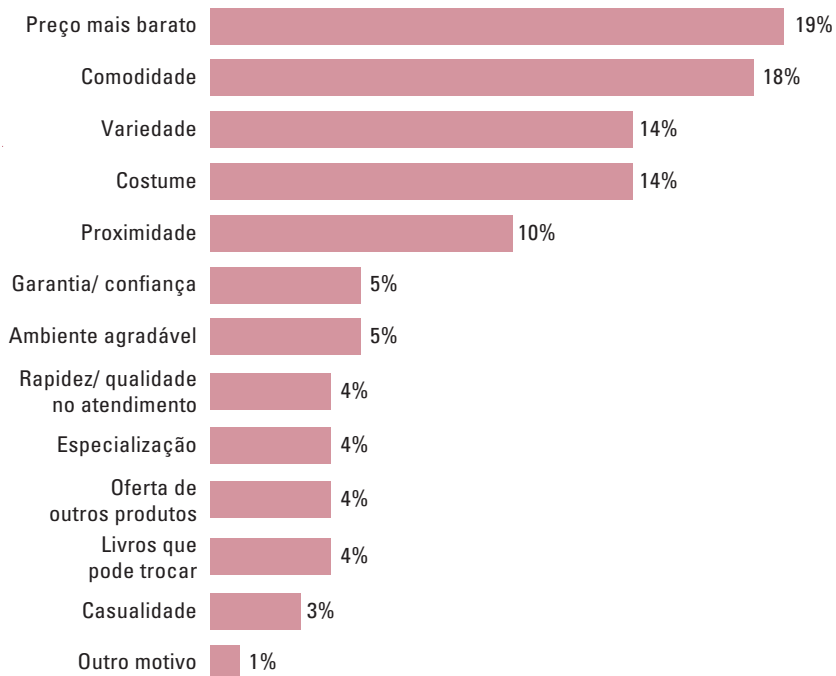
Motivações do consumidor para comprar um livro*



Entre os que ganham mais ou têm curso superior, aumenta a motivação para comprar livro por razões como prazer, gosto, lazer ou presentear.

* Resposta estimulada em que se podia escolher várias opções (só entre compradores).

Motivações para escolher onde comprar livros



* Resposta estimulada em que se podia escolher várias opções (só entre compradores).



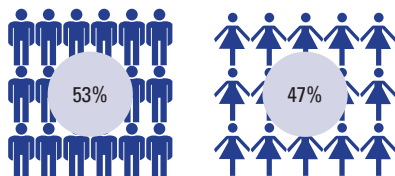
The background of the page is a deep blue color. Overlaid on this are several white, curved, parallel lines that sweep across the page from the top right towards the bottom left. These lines have a slight gradient, appearing brighter where they are closer to the viewer. The overall effect is dynamic and modern.

Barreiras à Leitura

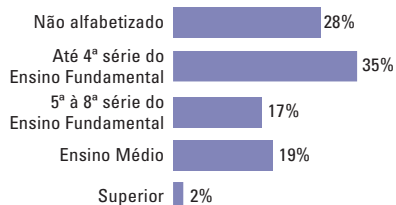
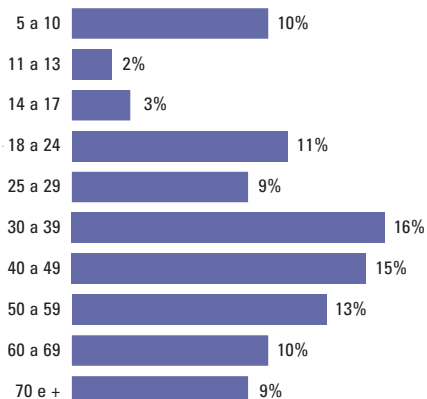


Quem são os não-leitores de livros

77,1 milhões (45% da população estudada) não leram nenhum livro nos 3 meses anteriores.
 6 milhões deles disseram ter lido 1 livro nos meses anteriores.
 4,5 milhões deles leem a Bíblia.



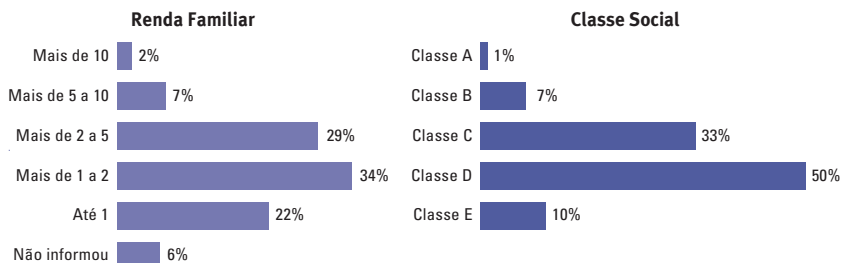
Não-leitores são mais velhos e têm baixa ou nenhuma escolaridade



21 milhões dos que não leem são analfabetos e 27 milhões só cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental.

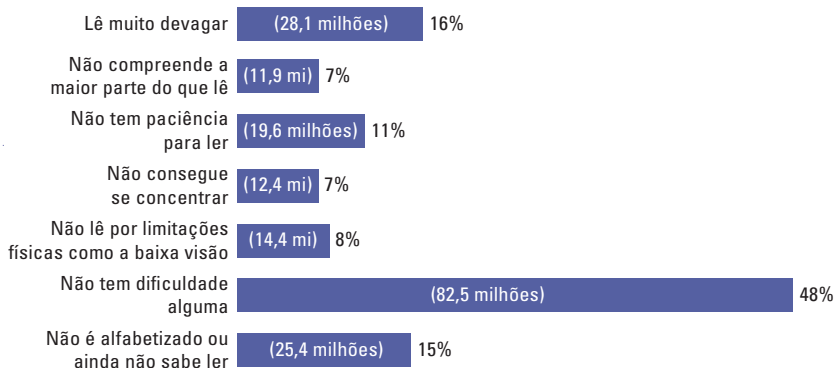
Entre os que têm formação superior, 1,3 milhão são não-leitores. 14,5 milhões dos não-leitores concluíram o Ensino Médio.

Não-leitores estão na base da pirâmide social



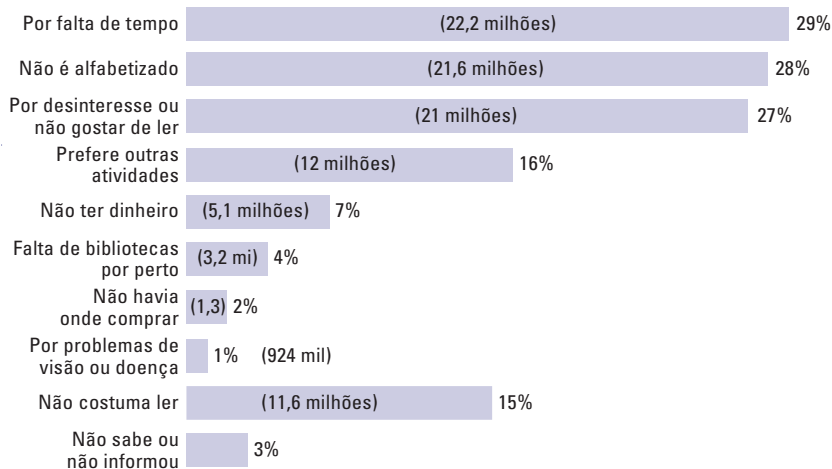
Os livros religiosos são os que mais atraem os não-leitores.

Limitações dos brasileiros para a leitura*



* Pergunta feita a todos os entrevistados (resposta estimulada em que se podia escolher várias opções).


Razões alegadas pelos brasileiros para não terem lido livros no último ano*



Dificuldades de acesso estão entre as principais alegações de quem já é leitor. Estes apontam a falta de dinheiro (18%), de bibliotecas (15%) e de livrarias (8%).

Quem já é leitor também justifica não ler mais por falta de tempo (57%), preferência por outras atividades (33%) ou desinteresse (18%).

* Resposta estimulada em que se podia escolher duas opções.



Indicadores



Indicador nº 1: Número de leitores autodeclarados

95,6 milhões (55% da população estudada)

Leram pelo menos 1 livro nos 3 meses anteriores à pesquisa.

Não inclui os 6 milhões que disseram ter lido em outros meses do ano.

47,4 milhões (50%) leram livros indicados pelas escolas (incluindo didáticos) e 6,9 milhões estavam lendo a Bíblia.

Por se tratar de metodologias diferentes, não é possível comparar com a 1ª edição (eram 26 milhões de *alfabetizados com mais de 15 anos e 3 anos de escolaridade*).

Indicador nº 2: Número de não-leitores

77,1 milhões (45% da população estudada)

Não leram nenhum livro nos 3 meses anteriores à pesquisa.

Estão aqui os 6 milhões que disseram ter lido pelo menos 1 livro nos outros meses do ano.

4,5 milhões (6%) dos não-leitores leem a Bíblia.

Também está aqui quem folheou ou leu outros suportes que não livros.

Por se tratar de metodologias diferentes, não é possível comparar com a 1ª edição (eram 12 milhões de *alfabetizados a partir de 15 anos e de 3 anos de escolaridade* que informaram não terem lido livros).

Indicador nº 3: Número de livros comprados por ano

1,2 livros por habitante/ano

Entre compradores, a média foi de 5,4 livros adquiridos por ano.

36,3 milhões (21% da população estudada) compraram pelo menos 1 livro no ano anterior.

Informações prestadas pelo entrevistado e não checadas no ponto de venda. Referem-se a livros em geral, inclusive os indicados pela escola.

Por se tratar de metodologias diferentes, não é possível comparar com a 1ª edição (quando a média de livros adquiridos por *adulto alfabetizado* foi 1,2 livro/ano e entre *compradores adultos alfabetizados* foi de 5,9 livro/ano).

Indicador nº 4: Número de livros lidos por ano

4,7 livros por habitante/ano

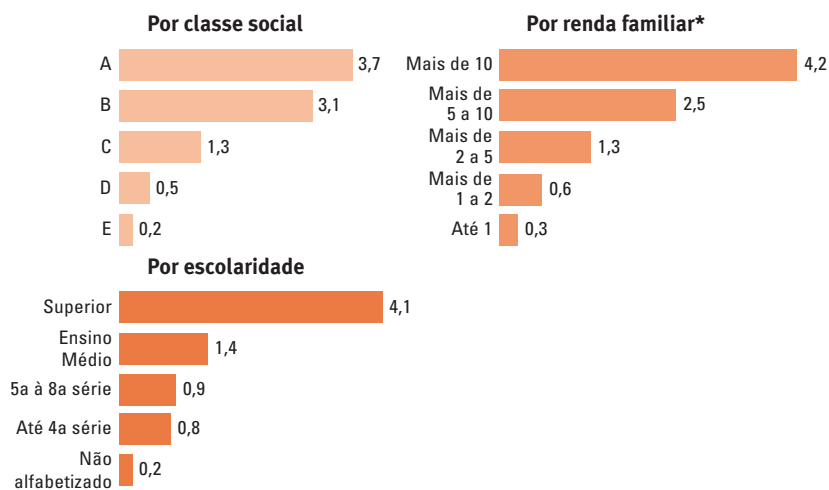
O número de livros indicados pela escola (o que inclui os didáticos) é de 3,4 livros lidos por habitante/ano.

O número de livros lidos fora da escola é de 1,3 livros por habitante/ano.

Por se tratar de metodologias diferentes, não é possível comparar com a 1ª edição, que não pesquisou os *leitores com menos de 15 anos e de 3 anos de escolaridade*).

Número de livros comprados por ano

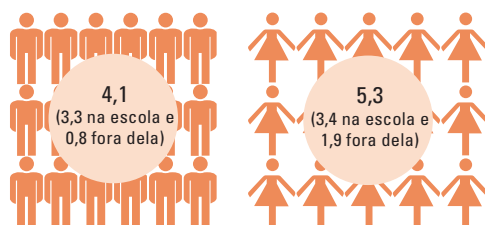
Consumo cresce conforme renda e escolaridade



*Em salários mínimos vigentes.

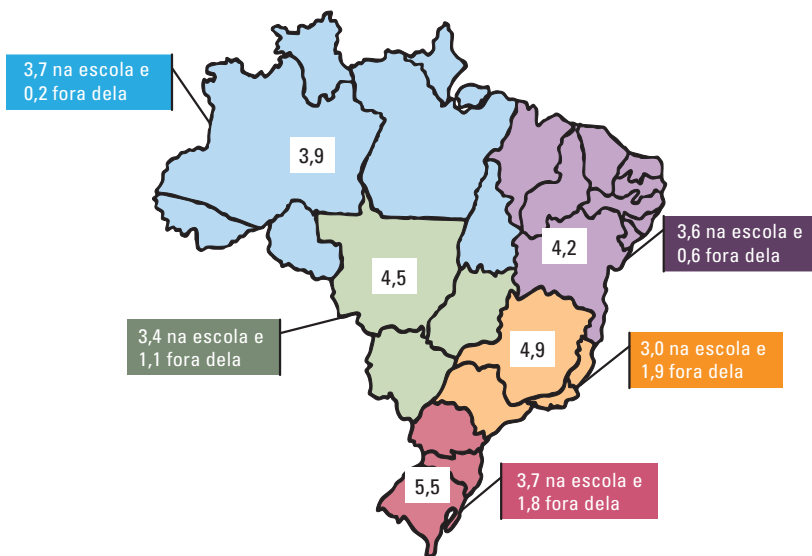
Número de livros lidos por ano

Mulheres leem mais do que homens



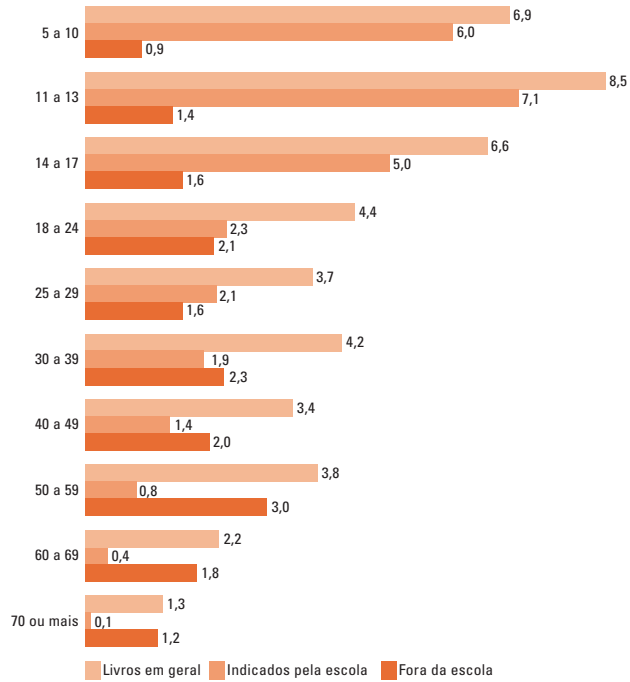
Número de livros lidos por ano

Livros lidos por ano por região

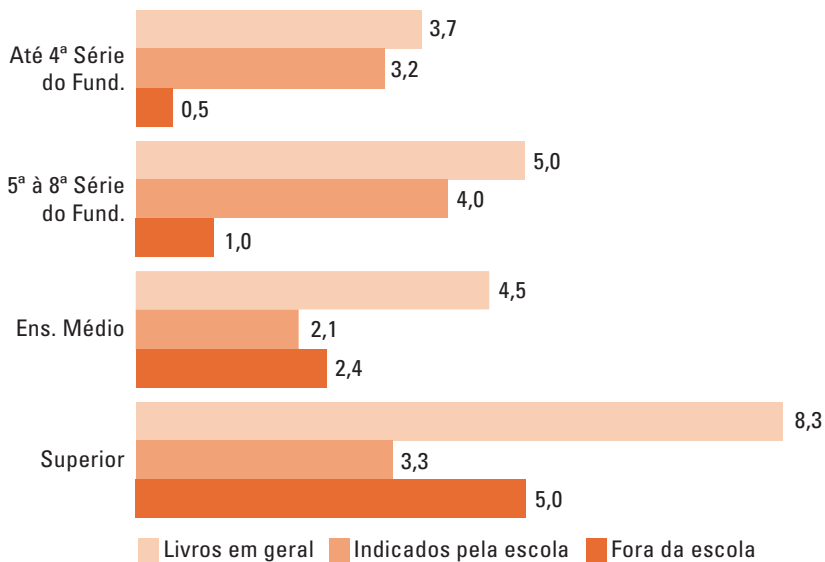


Número de livros lidos por ano

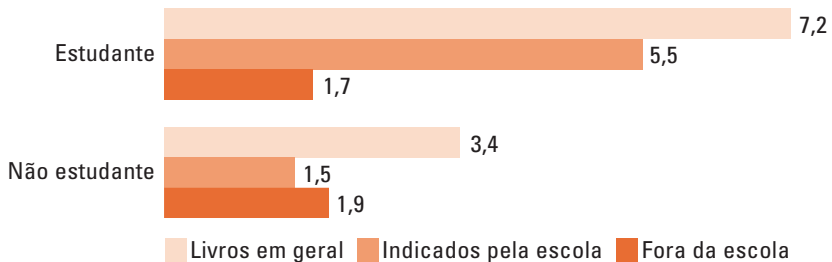
Crianças e jovens leem mais do que adultos



Número de livros lidos por ano Leitura cresce na proporção da escolaridade

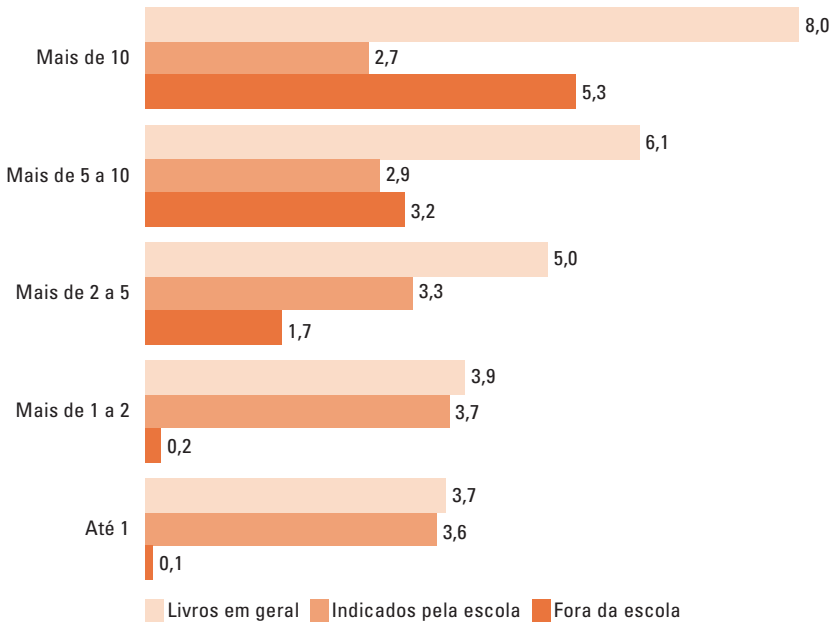


Número de livros lidos por ano Quem está na escola lê mais

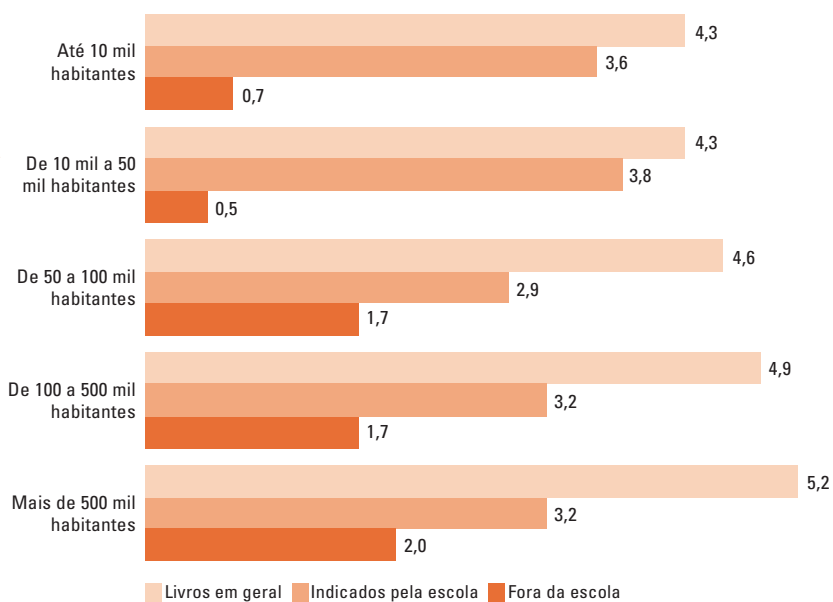


Número de livros lidos por ano

Leitura cresce na proporção do rendimento familiar (em salários mínimos)



Número de livros lidos Leitura evolui conforme porte das cidades



Estudo comparativo 2000 – 2007

2000
(26 milhões de leitores)
1,8 livro lido
por leitor/ano

X

2007
(66,5 milhões leitores)
3,7 livros lidos
por leitor/ano

Foi separado para estudo em cada amostra um grupo com o mesmo perfil: população acima de 15 anos com no mínimo, 3 anos de escolaridade, que leu pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses.

Forma de acesso aos livros

	5 a 10	11 a 13	14 a 17
Comprados	33%	29%	37%
Fotocopiados/ xerocados	3%	4%	6%
Presenteados	25%	19%	25%
Emprestados por bibliotecas (inclui escolares)	49%	53%	47%
Emprestados por particulares	29%	31%	43%
Distribuídos pelo governo e/ou escolas	35%	30%	30%
Baixados gratuitamente da Internet	3%	7%	15%
Não costuma ler livros	1%	3%	2%



Instituto Pró-Livro

Primeiro-secretário
Segundo-secretário
Primeiro Tesoureiro
Segundo Tesoureiro

Francisco Bilac Moreira Pinto Filho
Maria Lúcia Kerr Cavalcante de Queiroz
Bernardo Jorge Israel Gurbanov
Eduardo Salomão

Gerência Executiva

Gerente Operacional
Gerente de Projetos

Hérika Puríssimo
Zoara Failla

Equipe

Coordenação

Galeno Amorim (Observatório do Livro e da Leitura)

Consultores

Edmir Perroti (Universidade de São Paulo)
Felipe Lindoso (Consultor IPL)
Lucília Garcez (Universidade de Brasília)
Maria Antonieta Antunes Cunha (UFMG e PUC-MG)

Comissão de Trabalho

Alfredo Weiszflog (Câmara Brasileira do Livro)
Luciana do Vale (PNLL)
Maria Lúcia Kerr Cavalcante de Queiroz (Abrelivros)
Sérgio Windholz (SNEL)
Zoara Failla (Instituto Pró-Livro)

Gerência Executiva da Pesquisa

Maurício Garcia (Ibope Inteligência)

imprensaoficial

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA

Coordenação editorial

Cecília Scharlach

Assistência editorial

Berenice Abramo
Bia Lopes

Projeto gráfico

Guen Yokoyama

Capa

Via Imprensa Edições de Arte

Editoração e elaboração dos gráficos e tabelas

Ricardo Ferreira

Assistente de arte

André da Silva Simões Moreira

Revisão de texto

Benedito Amancio do Vale

formato 160 x 230 mm
tipologia Utopia, DIN, Metaplus
papel miolo offset 90 g/m²
capa cartão supremo 250 g/m²
número de páginas 232
tiragem 2.000

ctp, impressão e acabamento

imprensa**o**ficial